



Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação
em Filosofia da UFSCar

caderno de resumos

XII Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar

Caderno de Resumos

12 a 16/set 2016

Comissão Organizadora

XII Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar

Caderno de Resumos

1ª edição
31/ago/2016

Comissão Organizadora XII SEPGFil

Adriano Ricardo Mergulhão
Danilo Franco Maimone
Fabio Coelho da Silva
Felipe Thiago dos Santos
Gabriel Gurae Guedes Paes
Lili Pontinta Cá
Lorena de Paula Balbino
Nilton José Savio
Priscila Aragão Zaninetti
Wagner Barbosa de Barros

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Pró-Reitora de Pesquisa

Prof.ª Dr.ª Heloisa Sobreiro Selistre de Araújo

Diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas

Prof.ª Dr.ª Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Prof.ª Dr.ª Débora Cristina Morato Pinto

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho

Arte, diagramação e formatação

Bruno Medeiros



patrocínio



Todas as partes deste material podem ser reproduzidas através de qualquer meio, desde que citada a fonte.

Sumário

trabalhos

clique sobre o título para ser redirecionado

A experiência fenomenológica, via a intuição em Bergson.....	13
A cutia no mundo Panará: buscando uma compreensão pela fenomenologia	14
<i>Tempus Fugit</i> : Polifonias e Contrapontos entre Heidegger e Cassirer.....	15
O lugar da especulação na elaboração das hipóteses metapsicológicas de Além do princípio de prazer.....	16
A musa e a profetisa: existe uma <i>Alétheia</i> da profecia cristã?.....	17
A linguagem verbal e a colonialidade na filosofia	18
Os refugiados: considerações arendtianas e a atual experiência	19
Sentido, presença e encarnação em Merleau-Ponty	20
O Bem e/ou o Um: haveria uma “pirâmide” de Ideias na República de Platão?	21
Fantasia, realidade e verdade em Freud.....	22
Representações sem objeto: um diálogo entre Husserl e Wittgenstein.....	23
Virtude do Caráter e Racionalidade na <i>Ethica Nicomachea</i>	24
Para uma nova filosofia transcendental: em torno de <i>A Estrutura do Comportamento</i> , de Maurice Merleau-Ponty	25
O transcendentalismo posto à prova: notas sobre Bergson e as ciências naturais.....	26
O <i>Bildungsroman</i> como registro da subjetividade na forma romanesca em <i>Teoria do Romance</i> de György Lukács.....	27
<i>O que é isto – a filosofia?</i> na América Latina: uma leitura desde a marginalização e a barbárie e o processo de libertação.....	28
Hobbes el erastiano.....	29
O aristocrático e o popular na sabedoria schopenhaueriana.....	30
Sobre a (im)possibilidade de se pensar a <i>acrasia</i> em Hume	31
A questão da reprodutibilidade técnica na produção artística de Andy Warhol.....	32
A vida enquanto objeto de desejo da consciência de si na Fenomenologia do Espírito de Hegel.....	33
Como Hannah Arendt pensa o preconceito?.....	34
O símbolo e o real: um diálogo entre Husserl e Bergson.....	35
Aproximação e distanciamento entre Kant e Fichte.....	36
A simpatia e as paixões em David Hume	37
A sensação no <i>Ensaio sobre a Origem dos Conhecimentos Humanos</i> de Condillac	38

A noção de <i>modelo</i> e a sua importância para a coesão entre imagem filosófica de ciência e imagem científica de natureza dentro da ecologia cognitiva global de Ludwig Boltzmann.....	39
<i>A vida dos Homens Infames</i> no século XXI: Racismo como legitimidade de assassinio.....	40
A Sexualidade entre a psicanálise freudiana e a fenomenologia da Maurice Merleau-Ponty	41
Cinema e filosofia em Merleau-Ponty.....	42
O problema do perdão em Hannah Arendt.....	43
O materialismo do barão de Holbach e a questão da imortalidade da alma.....	44
O problema do vácuo em Leibniz.....	45
Intuição e verdade em Bergson.....	46
As paixões como “tempero” da vida social: a moral utilitarista de d’Holbach.....	47
A noção de forma no hilemorfismo aristotélico e a forma sensível na explicação da sensação.....	48
O corpo e o <i>Zusammenspiel</i> : a noção de organismo em Nietzsche à luz da obra de Wilhelm Roux	49
A consciência posicional e não-posicional em Sartre: o “cogito pré-reflexivo”.....	50
Sentido do ser, mundo e <i>aletheia</i> em <i>Ser e Tempo</i> de Heidegger	51
As Máscaras da Tragédia	52
Narrativa em Sartre (um diálogo com Walter Benjamin).....	53
A projeção da proposição negativa e o seu lugar lógico – dois aspectos do conceito de negação no primeiro Wittgenstein.....	54
Emmanuel Levinas e a questão da técnica no ensaio “Heidegger, Gagarine et nous”	55
A crítica de Marx ao Estado Moderno.....	56
A filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin.....	57
O pensamento crítico de Foucault. A crítica da fenomenologia e do estruturalismo em <i>As palavras e as coisas</i>	58
O telescópio como o primeiro instrumento da ciência moderna.....	59
O <i>fato da razão</i> como princípio dos juízos morais.....	60
Algumas relações entre natureza e arte na filosofia de Diderot.....	61
A filosofia como antropologia em Kant.....	62
A noção de juízo das Lições de Lógica de Kant e sua utilidade para compreensão da Analítica dos Conceitos.....	63
Da verdade como adequação à verdade como desvelamento: a crítica de Martin Heidegger ao conceito tradicional de verdade.....	64
Sobre o conceito de tolerância e seus paradoxos.....	65
A Especificidade do <i>Bem</i> na ontologia platônica: algumas discussões a partir do <i>Filebo</i>	66

Liberdade como o fundamento da legitimidade política no pensamento de Jean-Jacques Rousseau.....	67
Considerações sobre a noção de vida em Bergson	68
O pensamento dos limites em Albert Camus: a função do mediterrâneo na criação artística camusiana.....	69
O "Elogio de Elena" entre o <i>Lógos</i> e o não-Ser	70
Considerações acerca da questão de natureza na filosofia de Marx	71
Repetição da Diferença: O Eterno Retorno na filosofia de Gilles Deleuze	72
Do Homo Faber ao Místico. O sentido abrangente da biologia em Bergson.....	73
Plotino contra os gnósticos.....	74
Leibniz: um idealista gnóstico.....	75
Uma "física da alma". Sobre os desenvolvimentos da psicologia empírica wolffiana.....	76
As adversidades na teoria ética cartesiana	77
Linguagem e morte: a influência de Heidegger em Blanchot.....	78
Autoerotismo e narcisismo: aspectos da teoria freudiana da sexualidade	79
O ensaio como escrita filosófica em Michel de Montaigne	80
Nietzsche: a inversão do platonismo e afirmação do devir	81
Razão, finitude e positividade: notas sobre o conceito de comunidade ética e suas implicações para a moral kantiana.....	82
Educação e Formação republicana em Maquiavel	83
A filosofia de Kant na perspectiva da metafísica do belo de Schopenhauer	84
Democracia: regime justificado no sistema de Espinosa	85
O desenvolvimento da inteligência nas leituras de Henri Bergson e Jean Piaget	86
As paixões e a interdição do incesto na origem das línguas em Rousseau.....	87
A fenomenologia de Merleau-Ponty a partir de Husserl.....	88
Algumas observações sobre o racismo na filosofia de Kant.....	89
<i>Ethica nostra</i> e <i>ethica uestra</i> : a ética cristã face à ética pagã em Pedro Abelardo	90
A crítica e a verdade em Vico e Voltaire.....	91
Considerações sobre o papel da obra <i>Philosophie des Unbewussten</i> de Eduard Von Hartmann para a construção da visão nietzschiana de linguagem	92
O inconsciente em Henri Bergson.....	93
A crítica à ciência nos "escritos menores" de Maurice Merleau-Ponty.....	94
Subjetividades e insurreições: Experiências inventivas de si, agonismo e (des)identidade	95

O papel da <i>analogia</i> na teoria da participação de Tomás de Aquino	96
O <i>élenkhos</i> socrático e a esfera pública dentro do diálogo <i>Laques</i> de Platão.....	97
Hermenêutica e estética: palavras que revelam, encantam e espantam.....	98
Subjetividade em Sartre: uma filosofia do sujeito?.....	99
Derrida e Agamben: Linguagem, escrita e gesto.....	100
Raciocínios e argumentos.....	101
Heterônimo de um Heterônimo ou Primeiro Fausto de Fernando Pessoa	102
O estatuto da intersubjetividade transcendental nas Meditações cartesianas de Husserl	103
Merleau-Ponty e a metafísica das coisas.....	104
As máquinas de memória acerca da recente ditadura brasileira.....	105
Horkheimer e os estudos sobre autoridade na década de 1930	106
Heidegger e a nulidade existencial do <i>Dasein</i>	107
O sujeito e sua relação com o trabalho abstrato: reflexões acerca da filosofia da <i>práxis</i> na obra do jovem Marx	108
Experiência e Intuição: Um diálogo entre a Fenomenologia e Bergson	109
As Cartas de 1795 e o interesse de Schelling pelo trágico	110
Do texto e do leitor: uma reflexão sobre a função do texto no Idealismo Alemão	111
A antropofagia entre ontologia e filosofia da cultura.....	112
O espírito e a carne: o campo fenomenal em Bergson e Merleau-Ponty.....	113
Natureza e Liberdade na Filosofia da História de Kant	114
Comunicação indireta e o uso de pseudônimos em Kierkegaard.....	115
<i>Stasis</i> : O paradigma da Guerra Civil na Filosofia Política de Giorgio Agamben	116
A Crítica de Nietzsche ao Dualismo Platônico: uma nova virtude filosófica	117
A unidade do ser e a infinitude dos mundos na filosofia de Giordano Bruno	118
Sobre a existência de conceitos na filosofia de Henri Bergson.....	119
Eclipse da Razão: luta de classes e emancipação segundo o método de análise da teoria crítica de Max Horkheimer	120
Notas sobre a relação entre a alma e o Mal em Platão	121

Sumário

autores

clique sobre o nome para ser redirecionado

Adeilson Lobato Vilhena	13
Adriana Werneck Regina.....	14
Adriano Ricardo Mergulhão.....	15
Alice Vieira de Albuquerque.....	16
Allan Wine Santos Barbosa.....	17
Amanda Veloso Garcia	18
Ana Carolina Turquino Turatto.....	19
André Dias de Andrade.....	20
André Luiz Braga da Silva	21
André Santana Mattos.....	22
Andressa Alves Souto.....	23
Angelo Antonio Pires de Oliveira.....	24
Beatriz Viana de Araujo Zanfra.....	25
Bruno Batista Rates	26
Bruno Moretti Falcão Mendes	27
Bruno Reikdal Lima	28
Campo Elías Flórez Pabón	29
Carlos Alberto Leite de Moura	30
Carlota Salgadinho Ferreira.....	31
Cecília Samel Côrtes Fernandes	32
Claudeni Rodrigues de Oliveira.....	33
Claudia Aparecida Galindo Pistori	34
Daniel Peluso Guilhermino	35
Danilo Franco Maimone.....	36
Dario Galvão.....	37
David Ferreira Camargo	38
Denis Paulo Goldfarb	39
Diego Blanco de Sousa.....	40
Diego Luiz Warmling.....	41

Edson Lenine Gomes Prado	42
Elissa Gabriela Fernandes Sanches	43
Elizângela Inocência Mattos.....	44
Eveline de Lourdes Ferreira Diniz	45
Fábio Coelho da Silva.....	46
Fábio Rodrigues de Ávila	47
Felipe Calleres	48
Felipe Thiago dos Santos	49
Fernando Alves Silva Neto.....	50
Gabriel Bonesi Ferreira.....	51
Gabriel da Costa	52
Gabriel Gurae Guedes Paes.....	53
Gustavo Gueralдини Michetti.....	54
Hegildo Holanda Gonçalves.....	55
Isabela Aline Oliveira	56
Ivo di Camargo Junior.....	57
Jefferson Martins Cassiano	58
Jessika Curtinaz da Silva	59
João Paulo Rissi.....	60
José Carlos Alves Junior.....	61
José Henrique Alexandre de Azevedo.....	62
José Luciano Verçosa Marques	63
Juliano Rabello	64
Larissa Cristine Daniel Gondim.....	65
Leander Alfredo da Silva Barros.....	66
Lili Pontinta Cá	67
Lilian Pagani Amorim	68
Lorena de Paula Balbino.....	69
Luca dos Santos Simoni.....	70
Lucas Carvalho Peto	71
Luiz Eduardo Albert Silva	72
Marcelo Marcos Barbosa Vieira.....	73

Marcelo Masson Maroldi.....	74
Maria Aparecida dos Anjos Carvalho.....	75
Mario Spezzapria.....	76
Marvin Sebastián Estrada López	77
Mayara Joice Dionizio	78
Munique Gaio Filla	79
Natanailtom de Santana Morador.....	80
Newton Pereira Amusquivar Junior.....	81
Nicole Martinazzo	82
Nidal Alessandro Lima Abdalla.....	83
Nilton José Sávio	84
Odimar Domingos Gonçalves.....	85
Patrícia Gonçalves	86
Paulo Ferreira Junior.....	87
Paulo Sérgio Calvet Ribeiro Filho.....	88
Pedro Augusto Pereira Gonçalves	89
Pedro Rodolfo Fernandes da Silva	90
Priscila Aragão Zaninetti.....	91
Rafael Hyertquist Bordini.....	92
Rafael Pellegrino.....	93
Rafaela Ferreira Marques	94
Ramon Taniguchi Piretti Brandão	95
Richard Lazarini.....	96
Rineu Quinalia Filho.....	97
Roberta Castrioto Browne.....	98
Roberta do Carmo	99
Roseli Gonçalves da Silva	100
Rosiandra de Fátima Toledo	101
Rubens José da Rocha	102
Scheila Cristiane Thomé	103
Silvano Severino Dias	104
Silvia Maria Brandão Queiroz.....	105

Simone Bernardete Fernandes	106
Taciane Alves da Silva	107
Tatiana Peixoto dos Santos Alves Lima	108
Tayrone Barbosa Justino Alves	109
Thaís Bravin Carmello	110
Thiago das Chagas Santos	111
Uriel Massalves de Souza do Nascimento	112
Vanessa de Oliveira Temporal	113
Wagner Barbosa de Barros	114
Wagner de Barros	115
William Costa	116
William Dubal da Silva	117
Willian Ricardo dos Santos	118
Yasmin Haddad	119
Yasmin Nigri	120
Yasmin Tamara Jucksch	121

A experiência fenomenológica, via a intuição em Bergson

Adeilson Lobato Vilhena

UNIOESTE | Mestrando em Filosofia | Bolsista CNPq

Orientação

**Claudinei Aparecido de
Freitas da Silva**

Palavras-chave

**Bergson; Intuição;
Experiência;
Fenomenologia**

A filosofia de Bergson, via um procedimento *sui generis*, como o método intuitivo, tem por objetivo descrever o real em sua abertura, ou seja, que ele se mostre, sem os estigmas de uma metafísica, que o tornava obscuro. A intuição, apesar de ser uma atitude espiritual, não se esgota em um plano idealista, mas torna-se a chave para restituir o que se encontrava escamoteado pela atitude intelectual. O projeto bergsoniano se encaminha, de uma maneira significativa, para o processo de desnudar a realidade, para que ela se mostre enquanto tal. A empreitada de Bergson, como restabelecimento da experiência real enraíza-se no solo movente, mediante a intuição, para se vivenciar a fluidez substancial que estamos essencialmente submergidos. Fechar os olhos para a mutabilidade que nos envolve, é dar ouvidos aos apelos evasivos da inteligência, que por sua natureza, volta sua atenção à estaticidade. A intuição configura-se, assim, como elemento que possibilita a aparição do real, isto é, a manifestação do fenômeno encontra-se atrelada ao esforço intuitivo de ter contato com a natureza viva das coisas, uma vez que, em grande medida pensamos a favor do espaço, não percebemos que a própria realidade se manifesta. Bergson, entretanto, busca destituir o “envoltório conceitual” produzido por uma racionalidade estreita que nos impede de ver o próprio brotar do real. A peculiaridade fenomenológica apresentada na filosofia de Bergson, diríamos, acopla-se, à ideia de experiência, pois ao dizer que o fundamento da realidade é o movimento, afirma-se também, que se trata de um fluxo constante, sentido e vivenciado de maneira direta em nós mesmos. A duração pode ser vista como conjunto das manifestações reais, quer dizer, o real se doa à atitude intuitiva, deixando-se ver e vivenciar. A intuição torna-se uma maneira pela qual habitamos a heterogeneidade da duração. Assim, a experiência, que aparentava ser subjetiva, torna-se uma experiência fenomenológica, no que possibilita sentir a totalidade em sua imediatez.

A cutia no mundo Panará: buscando uma compreensão pela fenomenologia

Adriana Werneck Regina

UFSCar | Doutoranda em Antropologia Social | Bolsista CAPES

A partir de um mito do povo indígena Panará, acerca de como se iniciou o cultivo de amendoim, articulado às práticas sociais a ele intrínsecas, acessadas por meio de uma pesquisa etnográfica na aldeia deste povo, busca-se compreender, à luz da fenomenologia, como a cutia é significada, assim como quais contextos sociais, também significativos, foram naturalizados como uma realidade concreta, em que a relação com este não humano se desenvolveu, circunscrevendo uma perspectiva de mundo, assumida pelas pessoas Panará como uma verdade corporificada. O texto circunda as manifestações que revelam a especificidade da maneira de se relacionar com a cutia, por sua vez, singularizada como uma subjetividade, apreendida como a dona do amendoim. Embora o percurso dissertativo esteja centrado na relação com ela, alguns apontamentos sobre a noção de natureza operante na cosmologia Panará são rascunhados. É baseando-se num diálogo com Merleau-Ponty, particularmente, que se realiza a atenção para aquilo que revela uma específica maneira panará de pensar, sentir e agir ao construir relação com a cutia, não humana. Ao discutir outros costumes vinculados ao mito, em questão, o delineamento de como esta existência é percebida, tornando-se familiar ganha corpo. As ideias da fenomenologia de Merleau-Ponty são relevantes na maneira de refletir o conjunto destas informações etnográficas, provocando, paralelamente, a abertura para um novo horizonte de mundo possível, ao conhecer o que é tornado real e significado e sob qual ponto de vista. O texto converte-se, portanto, num diálogo entre a Antropologia e a Filosofia, incorporando as considerações de Merleau-Ponty em torno do corpo, tornando a relação entre os corpos humanos e não humanos uma temática central deste trabalho, contornando uma noção de natureza em que a relação com a cutia é de caráter intersubjetivo. Esse trabalho põe em relevo a contribuição da fenomenologia na construção da maneira de se relacionar com o que estudamos; no campo; no exercício reflexivo e; na elaboração textual. O povo Panará, família linguística Jê setentrional, está localizado entre o Norte de Mato Grosso e Sul do Pará.

Orientação

Edmundo Peggion

Palavras-chave

**Panará; Corpo;
Fenomenologia; Noção
de natureza**

Orientação

Paulo Roberto Licht dos Santos

Palavras-chave

Heidegger; Cassirer;
Tempo

Em nossa comunicação iremos desenvolver algumas considerações acerca da concepção do tempo na obra de Heidegger e Cassirer, utilizando a noção de tempo como fio condutor na demonstração de que, além das habituais divergências teóricas, existem possíveis correspondências que possibilitam a abertura de um amplo diálogo entre ambos os filósofos. Nossa hipótese busca superar uma tendência atual de leitura que considera a relação entre os autores como aporética, uma vez que diversos comentaristas contemporâneos (ex: Michael Friedman, Tom Rockmore, dentre outros) presumem de antemão a incomensurabilidade entre as propostas filosóficas dos autores. Este diagnóstico precipitado é resumido pela posição de Robert Nadeau: "O mais chocante dentro de tudo isto, é que, nesta situação de afrontamento, os dois filósofos são arrastados para um diálogo de surdos." Por fim, ele conclui seu argumento afirmando que: "Ao lermos os textos de Cassirer e Heidegger, nós logo percebemos que a história da filosofia não é um longo diálogo. (...) Portanto, entre Heidegger e Cassirer, não há mediação, nem osmose possível. Existe ali um *afrontamento* que nenhuma dialética permite superar" (NADEAU 1973, p.668-9). Tal comentário corrobora a disseminação de um preconceito histórico, pois expõe uma visão centrada apenas nas disparidades, das quais resultaria a pura incomunicabilidade. Tal exemplo ilustra uma linha de interpretação que pretendemos refutar, ao demonstrar que tal hipótese (de que os autores foram levados unicamente a um "*dialogue de sourds*") se revela superficial ao abordar apenas o extremo antitético dessa relação, deixando de lado toda colaboração positiva que efetivamente resultou desse entrelaçamento. Assim, ao invés de submetermos tais pensadores a uma análise comparativa de suas divergências, propomos apresentar uma via que sintetize não só os principais pontos de atrito, mas também a linha de convergência entre as posições filosóficas destes autores que, de certa forma, propuseram, em suas principais obras, um releitura do método crítico-transcendental. Assim, defenderemos que a concepção temporal exposta pelos autores permite a concepção de um "território comum" a ambos, de modo que demonstraremos como, e até que ponto, Heidegger e Cassirer compartilham pressupostos, evidenciando por fim onde se localizaria o *limiar* da partilha de caminhos entre os autores.

O lugar da especulação na elaboração das hipóteses metapsicológicas de Além do princípio de prazer

Alice Vieira de Albuquerque

UFSCar | Mestranda em Filosofia

Na tentativa de entender o lugar do método especulativo utilizado por Freud na elaboração dos conceitos metapsicológicos, o presente projeto de pesquisa adota como estratégia acompanhar a construção das hipóteses metapsicológicas desenvolvidas pelo autor no texto *Além do Princípio de Prazer* (1920). Pretende-se mostrar como o encadeamento de hipóteses especulativas o levaram a postular o conceito central (e bastante controverso) do artigo de 1920, que causou uma espécie de reviravolta na teoria psicanalítica – a pulsão de morte. Sabe-se que, para Freud, existem lacunas entre aquilo que apreendemos através da observação imediata dos fenômenos e a explicação geral de uma teoria, ou seja, a exposição da série completa das determinações causais que envolvem tais fenômenos. A pura descrição dos fatos observados mostra-se, de acordo com o referido autor, insuficiente e, para que se possa obter explicações completas, é necessário lançar mão de conceitos que ultrapassem os fatos empíricos. O material empírico constitutivo da psicanálise provém daquilo que é observado por Freud na clínica, enquanto que o conjunto de conceitos que estão para além desse material constitui a *teoria metapsicológica* – ou *metapsicologia*. Trata-se de uma teoria de caráter especulativo, composta por conceitos que têm por finalidade sistematizar os fatos empíricos já conhecidos e apreender novos fatos. O resultado é uma exposição teórica geral do material empírico específico. A partir dessas considerações e sem perder de vista as especificidades do objeto de investigação da metapsicologia, a saber, os processos psíquicos inconscientes e, dada a sua natureza, os limites impostos a sua apreensão e interpretação, pretende-se, em um segundo momento, analisar em que medida o emprego do método especulativo adotado por Freud no *Além...*, do modo como o próprio psicanalista o descreve, pode indicar um afastamento entre a maneira como o autor elaborava sua teoria e a concepção de ciência que sustentava.

Orientação

Ana Carolina Soliva Soria

Co-orientação

Luiz Roberto Monzani

Palavras-chave

**Metapsicologia;
Especulação; Além do
princípio de prazer**

A musa e a profetisa: existe uma *Alétheia* da profecia cristã?

Allan Wine Santos Barbosa

UFSCar | Mestranda em Antropologia Social | Bolsista FAPESP

Orientação

Marcos P. D. Lanna

Palavras-chave

**Alétheia; Cristianismo;
Discurso; Profecia;
Verdade**

O propósito central deste trabalho é discutir, através de uma abordagem que articule antropologia e filosofia, o estatuto “epistemológico” do discurso profético na teologia e cosmologia da Igreja Adventista do Sétimo Dia e apreender suas relações e/ou oposições com o discurso científico/filosófico. Através de uma reflexão inspirada pelo trabalho de Marcel Detienne sobre a noção de Alétheia (Verdade) na Grécia arcaica, viso abordar o modo pelo qual os fiéis concebem as profecias bíblicas como uma forma discursiva que detém sua própria eficácia, estabelecendo uma concepção de Verdade localizada fora da esfera da suspeita, do diálogo e da prova. Não se trata, evidentemente, de traçar um paralelo anacrônico de identidade entre tais noções de Verdade, mas de buscar nessas formas de conhecimento que estão além da clássica divisão entre discurso e real, divisão que está no cerne do surgimento da Sofística e da Filosofia, pontos de encontro e analogias. Os trabalhos de Paul Veyne, sobre o estatuto do mito na sociedade e grega, e de Michel Foucault, em especial o curso de 1970-1971 no *Collège de France* sobre a Vontade de Saber, são referências importantes que também auxiliam no movimento de comparação. O esforço visa entender o que dá ao discurso do(a) profeta(isa) sua eficácia, quais os elementos que decompõem a divisão entre ação e enunciação e posicionam essa forma discursiva fora de uma noção convencional de temporalidade. Em suma, o que faz com que um fiel acredite, acima de qualquer suspeita, numa profecia? Por fim, também busco apreender a articulação desse saber mântico com a ciência e/ou filosofia, entendidas como forma de discurso dialógico alinhado à noção de prova e fundados na separação entre linguagem e realidade.

A linguagem verbal e a colonialidade na filosofia

Amanda Veloso Garcia

UNESP | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Neste trabalho investigamos a relação entre a Filosofia e a prática de escrita de textos de maneira a tratar dos seguintes problemas: Existem formas alternativas de expressão e desenvolvimento da Filosofia além daquelas relacionadas a recursos da linguagem verbal? Em caso afirmativo, através de que formas a Filosofia poderia se expressar? Como parece haver, na tradição filosófica Ocidental, uma vinculação necessária entre a Filosofia e a linguagem verbal, temos como objetivo repensar as práticas filosóficas dentro da universidade e analisar a potencialidade de pensamento existente em diversos formatos de pensar. Inicialmente apresentaremos as contribuições de uma abordagem inter/multidisciplinar para a Filosofia, de modo a apontar a complexidade como um paradigma dos problemas da contemporaneidade. Entendemos que o paradigma da complexidade tem se delineado de forma a proporcionar uma virada na Filosofia que extrapola o domínio da linguagem verbal. Como um estudo de caso, discutiremos características centrais da Filosofia brasileira no contexto da universidade pública brasileira laica. A partir da caracterização da Filosofia na universidade brasileira, analisaremos os limites da linguagem verbal como forma de expressão de pensamentos. Por fim, discutiremos o potencial de formas não verbais na reflexão filosófica, analisando suas contribuições e limites para o desenvolvimento de um filosofar genuíno.

Orientação

**Maria Eunice Quilici
Gonzalez**

Palavras-chave

**Linguagem Verbal;
Colonialidade; Filosofia
Brasileira**

Os refugiados: considerações arendtianas e a atual experiência

Ana Carolina Turquino Turatto

Universidade Estadual de Londrina (UEL) | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Maria Cristina Müller

Palavras-chave

**Cidadania;
Nacionalidade; Hannah
Arendt**

Trata-se de uma reflexão acerca do tema refugiados, com base na análise de textos de Hannah Arendt, em especial *Origens do totalitarismo* e *Nós, os refugiados*. Pretendeu-se responder à indagação: Até que ponto o pressuposto arendtiano de nacionalidade e cidadania assegura, efetivamente, a integridade do ser humano e o respeito aos direitos humanos, quando o Estado-nação ao qual o indivíduo se vincula não lhe fornece a proteção devida? Da pesquisa teórica, apoiada em revisão bibliográfica de obras da filósofa e de seus comentadores, pode-se depreender que, apesar de a nacionalidade e a cidadania conferirem a possibilidade de um espaço público para a interação política, de modo que os indivíduos possam ter pleno acesso à ordem jurídica, terão pouquíssima efetividade se o próprio Estado-nação não reclamar por seus nacionais, não obstante a existência de direitos com os mais variados conteúdos. No caso dos refugiados, eles perdem não só os seus lares, porque os seus Estados-nação não os protegem adequadamente, mas também o direito a ter um lugar no mundo; são colocados “provisoriamente” em campos de “internamento”/refugiados e lá, em prisões abertas, suportando toda espécie de violação aos tais direitos humanos, aguardarão o deslinde de seu destino pela comunidade internacional.

Sentido, presença e encarnação em Merleau-Ponty

André Dias de Andrade

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

Trata-se de uma análise da obra *Fenomenologia da Percepção* e de seu principal problema: a reabilitação de um sentido que se apreende na percepção – bem entendido, um *sentido percebido*. Se Merleau-Ponty visa conferir estatuto positivo a tal instância antepredicativa da experiência é fundamental que se demonstre a inerência do sujeito dessa experiência ao território em que ela se dá, vale dizer, o mundo enquanto campo percebido. Há uma dupla preocupação, portanto, a respeito da *caracterização* e da *amplitude* deste dado percebido. Para validar a tese de que tal instância é detentora de um sentido próprio, ou seja, de que a percepção dá acesso a um dado positivo e basilar, o autor recorre à mediação da psicologia e à fenomenologia enquanto alternativas ao realismo e ao representacionismo; estes caracterizando duas maneiras de se perder o fenômeno da percepção e de determinar erroneamente seu sentido. Após reconstruir tal trajetória caracterizamos o projeto de Merleau-Ponty como o de uma *teoria do sentido* e empreendemos uma crítica à consecução de tal projeto, uma vez que a noção de sentido que ali figura, embora não recaia nos modelos criticados, reivindica um “primado da presença” que converte todo percebido em intuição e compromete o enraizamento do sujeito no mundo.

Orientação

Luiz Damon S. Moutinho

Palavras-chave

**Merleau-Ponty;
Fenomenologia;
Representacionismo;
Realismo; Intuicionismo**

O Bem e/ou o Um: haveria uma “pirâmide” de Ideias na República de Platão?

André Luiz Braga da Silva

USP | Doutorado em Filosofia

Orientação
Roberto Bolzani Filho

Palavras-chave
**Bem; Um; Ideias;
República; Ontologia**

Algumas das colocações do personagem Sócrates nos livros VI e VII da *República* dão ocasião a diversos problemas exegéticos, quando confrontadas com outras apresentadas pelo mesmo personagem em outros diálogos platônicos. Dentre tais colocações, a principal é aquela segunda a qual a Ideia de Bem, sendo causa da cognoscibilidade, do ser e da essência das Ideias, seria um ente que possuiria uma realidade diferente delas, estando ainda para além da realidade delas (*República* VI 508b-509b). Renomados intérpretes modernos consideraram que a chave para resolução destes problemas é ler este texto em articulação com outras obras platônicas e com outras fontes antigas, e entender que nessa passagem estaria sendo estabelecido ou considerado: a) que há uma identificação do Bem com o Um, entendido(s) como uma Ideia ou meta-Ideia; b) que a realidade está ordenada segundo uma estrutura rigorosa de hierarquia de Ideias, em forma de “pirâmide”, no cume da qual se encontraria esta Ideia ou meta-Ideia. Tendo em mente isto, a presente comunicação pretende: i) buscar uma coerência interna ao próprio texto platônico, que prescindia do recurso às fontes utilizadas por estes intérpretes para ser explicada; ii) apresentar soluções diferentes aos problemas identificados por eles; iii) confrontar nossa leitura com a boa argumentação que tais comentadores apresentaram (SHOREY, 1895; KRÄMER, 1959; BOUSSOULAS, 1962; GAISER, 1980; SZLEZÁK, 1991; GUTIERREZ, 2003, 2009 e 2010).

Fantasia, realidade e verdade em Freud

André Santana Mattos

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

A questão da fantasia, em Freud, se interpretada a partir de suas possíveis implicações filosóficas, pode nos levar por alguns caminhos diversos. Se pensada não apenas como uma atividade psíquica dos seres humanos, cuja vida psíquica é objeto da psicanálise de Freud, mas também como uma atividade necessariamente envolvida no processo de conhecimento humano, onde se inclui a psicanálise de Freud, a fantasia é colocada no cerne de questões filosóficas que dizem respeito ao valor de verdade do conhecimento produzido pela psicanálise e à sua relação com a realidade. Se a fantasia for tomada como uma forma de distorção e mascaramento da realidade, impulsionada por pulsões e desejos dos indivíduos, e se todos nós estamos submetidos a essa condição, a própria teoria científica que encerra essas formulações estaria diante de uma vulnerabilidade no que diz respeito às bases do seu valor de verdade, se entende a verdade enquanto correspondência à realidade. Se, contudo, tomamos a concepção freudiana de fantasia sem entendê-la a partir dessa relação de discordância com a realidade, ou se consideramos a realidade algo imanente ao sujeito, não existindo independentemente dele e do processo de conhecimento, ou mesmo se empregamos um outro conceito de verdade, nos colocaríamos talvez fora do terreno epistemológico onde se configura o problema acima citado. Visitaremos aqui alguns textos de Freud, como “O poeta e o fantasiar” (1908) e a conferência sobre a *Weltanschauung* (1933), que fornecem elementos para iniciar uma discussão acerca das questões epistemológicas levantadas.

Orientação

Luiz Roberto Monzani

Palavras-chave

**Freud, fantasia,
realidade, verdade**

Representações sem objeto: um diálogo entre Husserl e Wittgenstein

Andressa Alves Souto

UFSCar | Doutorado em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Bento Prado Neto

Palavras-chave

**Representação;
Figuração;
Intencionalidade**

Meu objetivo no presente trabalho é mostrar o modo como Husserl e Wittgenstein, embora com projetos filosóficos bem distintos, são motivados em suas filosofias pelo enfrentamento de um mesmo problema. Trata-se do clássico problema da representação, formulado sob diferentes contextos e aspectos ao longo da história da filosofia. Por "problema da representação" entendo a questão da correlação entre pensamento e realidade, isto é, a questão de como é possível a correlação entre pensamento - atividade de um sujeito racional - e conteúdo representado - objeto a que esta atividade se refere. Dada a referencialidade pressuposta na própria noção de representação, o que dizer quando seu conteúdo diz respeito a algo que não é? É esta mesma dificuldade que, no diálogo Sofista, de Platão, irá constituir o que podemos denominar "paradoxo do falso" e que será retomado, de forma mais abrangente, no século XIX sob o chamado paradoxo das representações sem objeto. A hipótese de trabalho aqui defendida é a de que tanto na filosofia do primeiro Wittgenstein, como na do primeiro Husserl, este problema irá motivar a busca pelas condições lógicas e ontológicas de significação de uma representação proposicional ou, no caso do último, de toda representação em geral. Tendo em vista estes aspectos, procurarei mostrar, de modo geral, que apesar da distância de estratégias que separa ambos os autores, o problema das representações sem objeto será o propulsor tanto da teoria da figuração que Wittgenstein desenvolverá no *Tractatus*, como da teoria da intencionalidade desenvolvida por Husserl nas *Investigações Lógicas*.

Virtude do Caráter e Racionalidade na *Ethica Nicomachea*

Angelo Antonio Pires de Oliveira

UNICAMP | Mestrando em Filosofia | Bolsista FAPESP

Na *Ethica Nicomachea* (EN), Aristóteles defende que duas virtudes operam no campo da moralidade: a prudência (*phronesis*) e a virtude do caráter. Tais virtudes são, primeiramente, apresentadas pelo estagirita em EN I.13. Nesse capítulo, Aristóteles caracteriza, preliminarmente, as duas virtudes. A virtude do caráter é descrita como uma virtude da parte não-racional da alma enquanto que a prudência é apresentada como uma virtude da parte racional. Essa caracterização traz consequências indesejadas para a divisão de tarefas entre virtude do caráter e prudências no que tange à delimitação de meios e fins da ação moral. Isto ocorre devido ao fato de que Aristóteles, em EN VI.13, parece defender que a virtude do caráter responde pelos fins da ação moral, o que traz como consequência que os fins estariam sob a égide de uma virtude não-racional. Em decorrência disso, Lorenz, recentemente, argumentou contra a caracterização da virtude do caráter como não-racional, defendendo que ela deve, em alguma medida, comportar um elemento racional. No presente trabalho, argumentaremos, à revelia das teses defendidas por Lorenz, que há elementos suficientes no interior da EN para caracterizar a virtude do caráter como uma virtude da parte não-racional da alma.

Orientação

Lucas Angioni

Palavras-chave

**Virtude do Caráter;
Phronesis; História da
Filosofia Antiga**

Para uma nova filosofia transcendental: em torno de *A Estrutura do Comportamento*, de Maurice Merleau-Ponty

Beatriz Viana de Araujo Zanfra

UNIFESP | Doutoranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação
**Alexandre de Oliveira
Torres Carrasco**

Palavras-chave
**Estrutura;
Comportamento;
Transcendental;
Fenomenologia**

Na obra *A estrutura do comportamento*, de 1942, Merleau-Ponty se empenha em mostrar, por meio da *Gestalttheorie*, que uma descrição adequada do comportamento humano precisará superar a tradição científica e filosófica que consiste em separar radicalmente ciência e filosofia, ou seja, que trata separadamente aquilo que diz respeito ao corpo e aquilo que diz respeito à consciência ou à alma. Para o autor, a solução para isso virá da noção de *estrutura*, extraída da teoria *Gestalt*, noção segundo a qual há uma conexão fundamental entre o corpo e a alma e que permite, ao mesmo tempo, a distinção e a união desses dois termos. Entretanto, para Merleau-Ponty o problema da *Gestalt* é estar ainda presa aos modelos mecanicistas da física, que resumem tudo a relações matemáticas de causa e efeito, de modo que prender-se a esse tipo de explicação causal continua fazendo com que o corpo e a consciência sejam reduzidos à condição de *coisas*, ainda que sejam coisas dotadas de um “poder” especial de transformação de si mesmas e das outras coisas que as cercam. Contra isso, Merleau-Ponty falará a respeito da necessidade de uma filosofia que trate da consciência de maneira *transcendental*, ou seja, que reconheça nela a condição de possibilidade do funcionamento e mesmo da existência do corpo, mas sem fazê-lo à maneira criticista, pois a filosofia crítica ainda erraria ao tratar toda a realidade (inclusive a do nosso próprio corpo) como fruto do juízo, ou seja, da atividade do entendimento, fazendo, assim, com que o corpo continue sendo concebido como coisa e que a separação entre ele e a consciência seja mantida. Dessa forma, Merleau-Ponty indicará a necessidade do desenvolvimento de uma filosofia transcendental não criticista, que, para ele, será a *fenomenologia*, que será capaz de dar conta ao mesmo tempo do realismo típico da atitude científica e do idealismo típico da atitude filosófica, por meio de um *retorno* ao *mundo vivido* antes de qualquer reflexão científica ou filosófica que se possa fazer dele.

O transcendentalismo posto à prova: notas sobre Bergson e as ciências naturais

Bruno Batista Rates

UFSCar | Doutorado em Filosofia | Bolsista CNPq

A utilização recorrente de teorias ou experimentos provenientes das ciências naturais não é segredo na produção filosófica de Bergson, e sua importância pode inclusive ser mensurada pela grande quantidade de comentários que foram-lhe dedicados pela posteridade crítica. Um dos momentos – talvez o maior – desta aliança é o programa teórico sugerido em 1907, logo no prefácio de *A evolução criadora*, que visa a interdependência entre teoria do conhecimento e teoria da vida. No entanto, pouco atenção parece ter sido dada a um aspecto específico, mas crucial, dessa estratégia. Trata-se da tentativa de *acomodar o argumento transcendental no interior dos avanços científicos predominantemente empíricos*. Mas não só. Pois ainda que tal *démarche* de Bergson possua características próprias, não é difícil encontra-la em outros filósofos que procuraram, cada um a seu modo, uma saída filosófica que não caísse no idealismo especulativo e nem totalmente no idealismo transcendental, mas que, no entanto, pudesse guardar a especificidade da filosofia frente às ciências naturais num gesto que compatibilizasse ambas. Nossa comunicação tentará, assim, explicitar a estratégia bergsoniana tendo em vista os meandros ensejados por algumas tentativas historicamente anteriores, geograficamente distantes, mas teoricamente semelhantes.

Orientação

**Débora Cristina Morato
Pinto**

Palavras-chave

**Bergson; Ciências
naturais; Empírico;
Transcendental**

O *Bildungsroman* como registro da subjetividade na forma romanesca em *Teoria do Romance* de György Lukács

Bruno Moretti Falcão Mendes

UNIFESP | Doutorado em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Luciano Ferreira Gatti

Palavras-chave

Lukács; Teoria do Romance; Totalidade; Romance de formação

Em *Teoria do Romance*, o romance enquanto narrativa épica moderna traz consigo a mesma intenção configuradora que a epopeia homérica, a intenção para a totalidade extensiva da vida. Não obstante à formalização subjetiva presente na narrativa épica moderna, a epopeia traz em si a totalidade fechada como algo não problemático, ou seja, sobressai aqui o ideal de comunidade para um mundo que ainda não sente a cisão entre a alma e a efetividade do mundo. No que tange à análise específica do romance, Lukács discorre sobre o problema das formas em construir a totalidade da vida que não é mais possível na realidade social da vida prosaica burguesa, ou seja, pela forma e na forma não é possível reconciliar as intenções da alma do herói com a efetividade [*wirklichkeit*] do mundo. A não conciliação dá-se justamente devido ao sistema abstrato do romance, que só pode formular uma totalidade fechada a partir de um afastamento com a realidade efetiva. Esse afastamento vincula-se a uma ética subjetiva que engendra a forma do romance como um todo, compreendida pelo autor de modo histórico-filosófico. Porém, embora na Primeira Parte de *Teoria do Romance* Lukács acentue o caráter histórico-filosófico das formas artístico-literárias, mais especificamente, o condicionamento do romance em sua relação com a grande épica, é na Segunda Parte da obra, tendo por influência a metodologia típico-ideal oriunda das Ciências do Espírito [*Geisteswissenschaft*], que Lukács formula os conceitos sínteses correspondentes às formas específicas da intenção configuradora do romance. A ética-subjetiva irá se manifestar de modo distinto nas diversas formas que o romance assume ao longo da história. Se o *idealismo abstrato*, configurado em obras como o *Dom Quixote*, de Cervantes, manifesta um estreitamento da alma do herói em sua ânsia de ação no mundo, mas de modo quimérico e cômico, sem condições de penetrar a efetividade do real, e o *romance da desilusão*, analisado a partir de *A educação sentimental*, de Flaubert, marca um alargamento da alma, que se perde encarcerada em si mesma, a tentativa de síntese no romance de formação a partir de *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe revela a tentativa de conferir sentido às estruturas prosaicas da vida burguesa.

O que é isto – a filosofia? na América Latina: uma leitura desde a marginalização e a barbárie e o processo de libertação

Bruno Reikdal Lima

UFABC | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o contraste entre o modo como Martin Heidegger e Leopoldo Zea reconstituem a história do *logos* e, em seguida, como apresentam a filosofia. Nesta relação, com as aproximações e distanciamentos entre Zea e Heidegger, perceberemos como este se posiciona em continuidade e como herdeiro da cultura helênica, enquanto aquele reconstrói a história do *logos* tomando posição de exterioridade, do não-grego, do marginalizado frente ao mundo heleno. Em *O que é isto – a filosofia?*, o filósofo alemão cria a imagem de um círculo para a filosofia, que se auto-referencia, um sistema fechado com uma história exclusiva na qual apenas “o Ocidente e a Europa, e somente eles, são [...] originariamente ‘filosóficos’” – e isso seria atestado contemporaneamente pelo poderio militar e desenvolvimento das ciências. Contrastando à interpretação de Heidegger, o mexicano Leopoldo Zea remonta o *logos* grego – entendido como linguagem e racionalidade – em oposição ao “*logos*” do bárbaro, do não-grego. Neste movimento, Zea apresenta a etimologia do termo “bárbaro”, que é aquele que balbucia, fala mal a língua, ou seja, não maneja o *logos* grego. Da experiência de oposição, o *logos* helênico se coloca como paradigma e critério de verdade para os demais *logos*, impondo-se, com caráter de dominação, pondo à margem a linguagem e racionalidade bárbara. Desta feita, a história do *logos* grego converter-se numa história de dominação, colonização, de poder. Em sua reconstituição do *logos* a partir da marginalização, Zea proporá que a filosofia para a barbárie é mais um dos campos de luta por libertação: o bárbaro deve conscientemente barbarizar o *logos* dominador para abrir diálogo, romper com o sistema fechado, auto-referente, exclusivo. O que se coloca é que a posição assumida por um filósofo e por outro quanto ao *logos* determina a relação com “o que é filosofia”. No mais, não se pretende definir a filosofia, qual sua “verdadeira” origem ou tratar do pensamento integral destes filósofos, mas, no contraste Heidegger-Zea, propor uma abertura ao papel que pode ser desempenhado *por* ela e *com* ela frente à tradição e no processo de libertação.

Orientação

Daniel Pansarelli

Palavras-chave

logos; barbárie; libertação

Orientação

Yara Adario Frateschi

Palavras-chave

**Hobbes; Erastianismo;
Religión**

El presente trabajo tiene como objetivo presentar el erastianismo expreso de Thomas Hobbes en la construcción de su programa político absolutista en favor del Estado, el cual culmina con su obra el Leviatán entre 1630 -1651. Dicho programa será determinado por el ostracismo auto-impuesto en Francia por parte del mismo autor, pero también por la cuestión religiosa desempeñada en Inglaterra durante ésta época por parte de los movimientos anglicanos, presbiterianos y cristianos católicos en pugna por una religión nacionalista. Razón por la cual, el filósofo de Malmesbury, tendrá acusaciones constantes de herejía y ateísmo hasta el final de su vida, por parte de los que antes eran amigos y aliados. Para desarrollar el presente trabajo se partirá de un análisis del Leviatán de la siguiente manera. La primera y segunda parte del texto concurrirá como una construcción racional que visa a superar el ceticismo de la época, la tercera parte se profundizará como un argumento histórico-racional, y la cuarta parte del escrito se expondrá como una perspectiva retórica frente al absolutismo propuesto por el autor en su obra.

O aristocrático e o popular na sabedoria schopenhaueriana

Carlos Alberto Leite de Moura

Faculdade de São Bento | Mestre em Filosofia

A filosofia de Arthur Schopenhauer entende a existência como um mau negócio (não cobre os gastos), juízo que decorre de sua essência volitiva, marcada pela dor das intermináveis carências e o tédio das satisfações passageiras, porém o caráter aristocrático da natureza, constatável na diversidade de indivíduos humanos (do tolo ao sábio), é capaz de relativizar a questão. Se na abordagem metafísica (relativa à regra) *“uma vida feliz é impossível”*, na abordagem empírica (relativa à exceção) torna-se possível não só uma *“vida menos infeliz”* mas até uma *“suprema felicidade”* (*hohes Glück*). O filósofo considera a felicidade inerente à pessoa em seus *“Aforismos para a sabedoria de vida”*. O texto, compreensível aos não iniciados em terminologia filosófica, apresenta ao menos uma barreira, não filológica mas sim ontológica. O fator mais importante e decisivo para a felicidade acessível ao homem provém daquilo que ele é, trata-se de algo previamente concedido ou não pela natureza (caráter, inteligência, jovialidade etc). A irrevogável perspectiva aristocrática transparece, por exemplo, na seguinte constatação: os sábios (minoría) sempre disseram o mesmo, já os tolos (maioría) sempre fizeram o mesmo, ignoraram os sábios. Apesar destes fatores, segundo o biógrafo Karl Weissmann, foi com a obra que inclui este texto (*Parerga und Paralipomena*) que Schopenhauer tornou-se popular no que há de mais impopular: a filosofia. Enfim, sendo decisiva a predisposição inata para a sabedoria e constante o coletivo humano que lhe é adverso, por que este texto continua popular perante um público diversificado? Por outro lado, se a natureza humana – como tudo no mundo – provém de uma raiz metafísica beligerante, vontade cega, como é possível que um fator inato (relativo à pessoa) faça frente a esta predisposição cósmica para o sofrimento (*“alles Leben Leiden ist”*) e conceda uma existência privilegiada? Em quais aspectos estas perspectivas coerem? A partir destas questões o presente trabalho investigará alguns aspectos do popular e do aristocrático na seara da sabedoria de vida schopenhaueriana, visando esclarecer minimamente a coexistência tensional que ela abriga, tarefa elucidativa na medida em que articulará parte dos temas centrais do autor por meio de um de seus textos mais acessíveis.

Orientação

Franklin Leopoldo e Silva

Palavras-chave

**Sabedoria; Aristocrático;
Popular; Metafísico;
Empírico**

Sobre a (im)possibilidade de se pensar a *acrasia* em Hume

Carlota Salgadinho Ferreira

PUC-Rio | Doutoranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Danilo Marcondes Filho

Palavras-chave

**Arasia; Crenças;
Sentimentos morais;
Causalidade; Caráter**

Assente numa fraqueza da vontade, a *acrasia* conduz a uma ação contrária ao que seria o *melhor* juízo (motivo, razão) do agente. Pode mesmo parecer um lugar comum que todos os agentes, em alguma altura da sua vida (enquanto agentes) levam (quando não deveriam) ou podem levar a cabo uma ação acrática. Porém, a justeza desse juízo depende de se possuir ferramentas e pressupostos filosóficos para apoiar a tese de que há (ou pode haver) ações acráticas. A existência de uma ação acrática supõe, em primeiro lugar, que o agente tem *conhecimento* das suas razões para agir, e possui um juízo (sobre o curso futuro da sua ação) que é *melhor* que outros, que nos diz o *que* fazer. Em segundo lugar, supõe um elemento, que é preponderante na decisão (como uma *crença* ou um *desejo*), que, de alguma maneira, a distorce, motivando o agente a uma ação que este, na realidade, não pretendia levar a cabo, por não ser o resultado do seu melhor juízo. A discussão sobre a possibilidade de uma ação ser acrática está associada, em grande medida, a uma distinção entre *explicação* e *justificação* da ação: é possível *explicar*, do ponto de vista da cadeia causal dos factos, o que levou o agente a agir; ou também, por exemplo, sob o ponto de vista da sua eficácia como meio para atingir um fim, ou mesmo moralmente, refletir sobre o que *legítima* ou uma ação ou faz de uma razão para agir uma *boa* (ou mesmo *a melhor*) razão para agir. David Hume não se posicionou explicitamente sobre a questão da *acrasia*. No entanto, questiona-se sobre e analisa o que explica, de facto, a ação humana (de onde vem a conhecida tese de que *a razão é escrava das paixões*), e onde reside o *fundamento* ou *justificação* da moralidade das ações (nos *sentimentos morais*, provenientes de *paixões*), enquanto tais, existirem. Com base na sua análise, mas também numa sugestão de Simon Blackburn em *Ruling Passions* procuraremos responder à questão de saber se (e em que medida) é possível falar de ação acrática na filosofia moral de Hume.

A questão da reprodutibilidade técnica na produção artística de Andy Warhol

Cecília Samel Côrtes Fernandes

UFJF | Mestranda em Artes, Cultura e Linguagens

Walter Benjamin desenvolveu sua teoria sobre a perda da aura da obra de arte em 1935, teoria que reflete a mudança da relação do espectador com a obra de arte. Com o advento da fotografia, a reprodução de obras de arte se tornou muito mais fácil, o que gerou a difusão de obras até então inacessíveis ao grande público. Entretanto, esse fato toma um aspecto negativo no texto de Benjamin, que afirma que as obras originais acabaram sendo desconsideradas, havendo uma priorização da reprodução fotográfica. Isso resulta da perda da aura dessas obras originais e da banalização do uso da fotografia. Segundo Benjamin, a fotografia tinha um grande potencial artístico, contudo ele foi perdido devido à automação do seu uso e processo. Andy Warhol, uma das principais figuras da pop art, pretendia aproximar a cultura de massas com a cultura erudita trazendo imagens do seu cotidiano para suas obras. Em 1962, o artista começou a usar o método de serigrafia, que é um método de impressão que permite uma reprodução fácil e precisa de imagens e fotografias. A técnica auxiliou a expressar melhor a reprodução em massa das fábricas, assim como os produtos e simulacros da cultura de consumo que Warhol retratava, como as latas de sopa Campbell e a célebre série de imagens de Marilyn Monroe. Com esses conceitos e informações em mente, é possível fazer uma leitura de Warhol a partir da perspectiva de Benjamin. Devido ao caráter pessimista do filósofo em relação à era da reprodutibilidade técnica, é possível pensar no uso da serigrafia como o ápice da perda da aura. O motivo para isso é o uso em massa da reprodução de imagens e a integração praticamente completa dos meios industriais à arte. Contudo, restam as questões: e se a serigrafia fosse encarada como uma expressão do potencial artístico da fotografia? Não seria talvez uma tentativa de crítica velada à cultura de consumo utilizando seus próprios meios, mesmo com a atitude superficial e distante de Warhol? Seria toda a *persona* artística warholiana e seu processo criativo um meio de criticar a superficialidade da sociedade?

Orientação

Renata Zago

Palavras-chave

Reprodutibilidade técnica; Serigrafia; Andy Warhol; Walter Benjamin

A vida enquanto objeto de desejo da consciência de si na Fenomenologia do Espírito de Hegel

Claudeni Rodrigues de Oliveira

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CNPq

Orientação
José Eduardo Marques
Baioni

Palavras-chave
Consciência de si;
Desejo; Vida;
Reconhecimento

O objetivo da comunicação é analisar o conceito de vida enquanto objeto de desejo da consciência de si na busca pelo reconhecimento, considerando, sobretudo, o § 168 da obra Fenomenologia do Espírito de Hegel. Nesse momento, a consciência de si é desejo e o seu objeto de desejo, a vida. Portanto, enquanto nas experiências precedentes, realizadas no âmbito da certeza sensível e da percepção, o objeto visado era o mundo sensível, agora, ele é desejo e o seu objeto de desejo é a vida, isto é, uma outra consciência de si. No entanto, o que se verifica, pelo menos no primeiro momento, é a independência de cada uma das consciências de si. Cada uma delas está certa de si mesma, mas ainda não está certa da outra. As duas consciências de si ainda não se confrontaram. Por esse motivo, essa suposta independência natural, logo mais será rompida, o que abrirá caminho para a dialética do desejo entre os dois lados da consciência de si, o que será fundamental ao processo de reconhecimento.

Como Hannah Arendt pensa o preconceito?

Claudia Aparecida Galindo Pistori

UEL | Mestranda em Filosofia

Muitos são os preconceitos que dominam as sociedades civilizadas, mesmo as mais evoluídas, tal como ocorre em relação aos negros e homossexuais, por exemplo. O “diferente” pode se tornar assustador, alerta a filósofa política alemã, Hannah Arendt, tal como ocorrera com os judeus e minorias (negros, ciganos, trotskistas, homossexuais), durante a dominação nazista na Alemanha, no século XX. A pretensão desta pesquisa não é levantar quais são os preconceitos, mas, utilizar de conceitos formulados por Arendt, tais como, natalidade, igualdade, singularidade e pluralidade, bem como domínio político, para que se possam compreender os motivos que levam os homens à dificuldade de aceitarem o “diferente”. O trabalho será disposto da seguinte maneira: introdução, na qual será apresentada a filósofa Hannah Arendt, sua importância na Filosofia Política e a questão do preconceito; na sequência, será apresentado o título “Somos iguais?”, no qual serão apresentados os conceitos da natalidade, singularidade e pluralidade; o segundo título será “Existe uma natureza humana?”, em que serão retomados os princípios do tópico anterior, para apresentar a ideia de Arendt de que não existe uma natureza humana e sim, uma condição humana, que é constituída pela ação, pelo discurso e pela imprevisibilidade do ser humano; por fim, uma conclusão, em que se retomarão as principais ideias de Arendt, contidas no texto científico. O método a ser utilizado é o de pesquisa bibliográfica das obras da pensadora: Origens do Totalitarismo e A Condição Humana; e, de Peg Birmingham: Hannah Arendt & Human Rights. The Predicament of Common Responsibility.

Orientação

Maria Cristina Müller

Palavras-chave

**Natureza humana;
Condição humana;
Singularidade;
Pluralidade; Espaço
público**

O símbolo e o real: um diálogo entre Husserl e Bergson

Daniel Peluso Guilhermino

USP | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

**Carlos Alberto Ribeiro
de Moura**

Palavras-chave

**Husserl; Bergson;
Simbolismo; Intuição**

Pretende-se, com esta comunicação, apresentar uma breve comparação acerca do estatuto e natureza do símbolo nas filosofias de Husserl e Bergson. Enquanto que para Husserl a estrutura mesma da psique exige, necessariamente, que o acesso à realidade se dê através de uma mediação simbólica, para Bergson é justamente essa mediação que será responsável por deturpar e trair a nossa coincidência com o dado imediato. De um lado, portanto, temos, com Husserl, uma acepção *positiva* do simbolismo como condição *sine qua non* do acesso ao real; de outro, com Bergson, uma acepção *negativa* que aponta para uma concepção radical e inovadora que se insere num contexto dialético de proximidade e distância. Em Husserl, o foco será dado à sua primeira filosofia, isto é, à fenomenologia enquanto crítica da razão, e não enquanto idealismo transcendental. Já em Bergson, consideraremos tão somente o problema da simbolização quando aplicado ao domínio do *espírito*, e não quando aplicado ao objeto da ciência, ou seja, ao objeto de índole *material*. A estrutura deste breve trabalho seguirá os seguintes passos: 1- Apresentação geral da Semiótica husserliana; 2- Apresentação geral da crítica bergsoniana à tendência de tradução do dado imediato através de uma mediação simbólica; 3- Breve conclusão.

Aproximação e distanciamento entre Kant e Fichte

Danilo Franco Maimone

UFSCar | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Em 1791 Fichte se encontra com Kant e apresenta-lhe o *Versuch...* (*Ensaio de uma crítica de toda a revelação*), cuja publicação é feita equivocadamente no nome de Kant. Desfeito o equívoco, a filosofia de Fichte começa a ganhar espaço e entre os anos de 1794 e 1795 escreve os *Grundlage...* (*Fundamentos de toda a doutrina-da-ciência*). O ponto de partida do autor da doutrina-da-ciência está na filosofia kantiana, mas certamente o ponto de alcance não. Por exemplo, alguns trechos da *Dissertação de 1770*, especialmente o §10 da secção II e a secção V, os quais são aperfeiçoados na *Estética* e na *Analítica Transcendentais* da primeira crítica, como também os parágrafos §§ 76 – 77 da terceira crítica mostram que Kant nega a possibilidade da Intuição Intelectual, por esta não estar dada na sensibilidade. Nas correspondências redigidas à Stephani, Fichte afirma que “Kant tem absolutamente a filosofia correta; mas só em seus resultados, não segundo seus fundamentos...” (Cf. *Briefwechsel*, edição crítica de H. Schultz, I p. 319, na edição de I. Herрман, p. 510). A citação aponta a direção em que Fichte está transitando, cuja crítica é dirigida aos princípios do entendimento kantiano, como ciência dos objetos externos em geral, em que este forneceu uma crítica a partir dos pressupostos apriorísticos em determinados domínios do espírito (Cf. R. Lauth, *Die transzendente Naturlehre Fichtes...* p. 28), mas não em outros mais fundamentais. Fichte não pretende negar que as formas do pensamento sejam geradas desde a razão, mas somente dizer que entram em funcionamento simultâneo com o produto da imaginação originariamente produtora. O alcance de Fichte estaria justamente na originária ação (*Tathandlung*) do EU, a qual é impossível intuirmos sensivelmente, mas a sabemos por intuição absolutamente inteligível. Fichte mostra que o campo transcendental inteiro é constituído pela intuição intelectual, de modo que o conhecimento dedutivo aqui supõe algo não deduzido e não dado, distinguindo-se de Kant. Deduz toda a consciência a partir da ação pura e simplesmente do EU, em contraste com a imutabilidade da coisa em si (Cf. Gueroult, M., *Études sur Fichte*, p.47). Pretendemos nesta comunicação apresentar a aproximação e o distanciamento entre as duas filosofias.

Orientação

José Eduardo Marques Baioni

Palavras-chave

Conhecimento; Crítica; Intuição intelectual; Transcendental

A simpatia e as paixões em David Hume

Dario Galvão

USP | Mestrando em Filosofia | Bolsista FAPESP

Orientação

Pedro Paulo Pimenta

Palavras-chave

Hume; Simpatia; Paixões

Nesta exposição gostaríamos de apresentar um estudo sobre a importância do princípio da simpatia ao Livro II (“Das paixões”) do *Tratado da natureza humana* (1739-40) de David Hume. Definida como a comunicação de sentimentos e opiniões entre os homens, a simpatia possui, para o filósofo, um papel fundamental na origem das paixões. Orgulho, humildade, amor, ódio, apreço, coragem, alegria, melancolia, avareza, curiosidade, luxúria, enfim, todas elas dependeriam mais da relação com os outros do que de uma disposição natural do indivíduo (*Tratado*, II, 1, 11). Por um lado, nos deteremos no exame da natureza da simpatia, destacando a correspondência entre este princípio e as operações da imaginação. Por outro, examinaremos sua influência sobre as paixões, em especial aquelas a que Hume dá mais atenção: orgulho e humildade; amor e ódio. Em nossa abordagem, tomamos como ponto de partida duas imagens concebidas pelo filósofo para explicar o princípio: na primeira, ele afirma que as mentes dos homens são como “espelhos umas das outras” (*Tratado*, II, 2, 5), dado que refletem, irradiam e reverberam sentimentos e opiniões entre si; na segunda, as mentes são tratadas como “cordas afinadas no mesmo tom” (*Tratado*, III, 3, 1), que comunicam suas vibrações umas às outras.

A sensação no *Ensaio sobre a Origem dos Conhecimentos Humanos de Condillac*

David Ferreira Camargo

UFSCar | Doutorando em Filosofia

Ao remontar a origem de nossos conhecimentos e como eles podem se desenvolver, Condillac apresenta o funcionamento das operações da alma. Tais operações são as condições pelas quais as ideias se dão e se relacionam entre si. A sensação é, para ele, a maneira pela qual as ideias nos chegam através dos sentidos. Diversos outros filósofos têm negado a validade objetiva, ou a certeza de que as sensações nos permitem um conhecimento verdadeiro das coisas. Veremos como Condillac considera o papel da sensação enquanto ideias que tem sua validade objetiva. Porém, a mera sensação não poderia dizer o que as coisas são efetivamente. Todavia, não se poderia negar que as ideias que nos vêm pela sensação seriam em algum grau um modo de conhecimento, ou mesmo uma condição para sua efetividade. Além disso, a sensação seria uma operação primária da alma que teria seus desdobramentos, isto é, a partir da sensação, diversas outras operações da alma como a percepção, a atenção, a memória, a imaginação, etc., surgiriam como consequência. O objetivo dessa comunicação é, portanto, apresentar qual é o papel da sensação no *Ensaio* de Condillac e apontar alguns problemas que surgem a partir da consideração desse tipo de ideia enquanto dado objetivo. Apresentar, ainda que rapidamente, como Condillac analisa a geração das operações da alma. Tais operações são relativas ao entendimento humano, e são a chave para se compreender como as ideias podem se tornar efetivamente conhecimentos.

Orientação

Fernão Oliveira Salles dos Santos Cruz

Co-orientação

Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Palavras-chave

Condillac; Sensação; Entendimento; Empirismo

A noção de *modelo* e a sua importância para a coesão entre imagem filosófica de ciência e imagem científica de natureza dentro da ecologia cognitiva global de Ludwig Boltzmann

Denis Paulo Goldfarb

USP | Mestrando em Filosofia

Orientação

Valter Alnis Bezerra

Palavras-chave

**Atomismo; Boltzmann;
Mecânica Estatística;
Modelo; Pluralismo**

A pesquisa científica de Boltzmann, ao longo da segunda metade do século XIX, se espalhou por múltiplos registros. Ela insere, na descrição dos fenômenos cinéticos, o ingrediente *probabilidade* e, com isso, contribui enormemente para semear o solo em que germinaram, no século XX, novos ramos da Física e da Matemática, como a Mecânica Estatística (que tem em Boltzmann um dos fundadores), a Física Quântica e a Relativista, só para citar os exemplos mais usuais. Destarte, entra em confronto com uma axiologia cognitiva que sustentava uma imagem determinista de natureza e o método indutivista de uma ciência clássica eminentemente empirista. Para defender-se neste confronto de valores cognitivos, Boltzmann enveredou-se pelo debate metacientífico. Suas teses filosóficas acerca da metodologia e da teoria do conhecimento, aplicados à Ciência, serviram não apenas para que Boltzmann validasse sua pesquisa científica, mas também como uma importante defesa da manutenção do método hipotético-dedutivo como uma ferramenta heurística essencial para favorecer a descoberta científica e, por conseguinte, o progresso do conhecimento em geral. O presente trabalho, desta forma, pretende mostrar como a concepção boltzmanniana de *modelo* (ou a sua concepção-*Bild*) serviu como um poderoso operador conceitual que favoreceu a unidade entre suas imagens científica de natureza e filosófica de ciência e foi condição seminal para dar coerência às defesas dos valores advogados por Boltzmann, como o seu pluralismo epistemológico e metodológico em sua abordagem formalizada do atomismo, em prol de uma Ciência livre das amarras da ortodoxia da axiologia clássica do *hypotesis non fingo* vigente que, por si só, não favoreceria o progresso científico, tampouco representaria a realidade da prática científica.

A vida dos Homens Infames no século XXI: Racismo como legitimidade de assassinio

Diego Blanco de Sousa

UFABC | Mestrando em Filosofia

No texto de 1977, *A Vida dos Homens Infames*, Foucault reflete sobre uma série de narrativas passageiras da história do século XVIII provenientes de documentos encontrados no Hospital Geral e da Bastilha na França. Nesse texto, o filósofo propõe que essas narrativas sejam trazidas de volta à tona, narrativas daqueles que ele chama de “homens infames”, ou todos aqueles que foram, de alguma forma, excluídos, esquecidos, apagados e violentados pela sociedade. Em um de seus cursos no *Collège de France*, intitulado *Em defesa da Sociedade*, Foucault cunha um conceito importantíssimo para a análise dos Estados Totalitários: o racismo, ou o que ele chama de legitimidade de matar aqueles que não se encaixam nas normas. Diante do recente acontecimento em Orlando, onde um homem matou 49 pessoas na boate *Pulse* em Orlando e, em seguida, foi morto pela Polícia local, dos seguidos casos de agressão e morte por homofobia no Brasil, e diante do cenário político atual, nos propomos a fazer uma reflexão sobre aqueles homens infames e sobre estes homens infames, sobre as categorizações às quais essas pessoas são inseridas e como e lida com isso. Uma reflexão que não dê soluções e não seja apenas uma análise estrutural por meio da filosofia foucaultiana, mas que se proponha a, de fato, pensar sobre tamanha violência e seus possíveis porquês. Para isso, exploramos alguns textos de Foucault, além dos já citados, especialmente os que datam dos anos de 1970, para mobilizar alguns conceitos e reflexões que possam nos ajudar a tentar compreender nossa própria realidade permeada por essa violência.

Orientação

Marília Mello Pisani

Palavras-chave

Foucault; Homens Infames; Racismo; Sexualidade; Ética

A Sexualidade entre a psicanálise freudiana e a fenomenologia da Maurice Merleau-Ponty

Diego Luiz Warmling

UFSC | Mestrando em Filosofia

Orientação

Marcos José Muller

Palavras-chave

**Merleau-Ponty;
Psicanálise;
Fenomenologia;
Sexualidade**

Das noções merleau-pontianas entorno da corporeidade, este trabalho versa sobre os modos como sexualidade e existência são compreendidas à luz da reinterpretação fenomenológica da psicanálise freudiana. De Freud, veremos como nossos atos não são apenas determinados por um inconsciente involuntário; dado que as produções do outro influem sobre o inconsciente subjetivo (e vice-versa), o teor destes possuiriam uma significação pulsional de ordem sexual e conflitiva que se estenderia da infância à vida adulta e que deveria ser medida e direcionada para mantermos, em termos de economia libidinal, o controle da sexualidade frente ao social. Contudo, haveria aí algo censurável, pois – refletindo sobre sua prática – o analista serve-se de uma tese em terceira pessoa que se distancia do discurso do consultante desde sua singularidade – a sexualidade seria uma força autônoma determinante das ações humanas. Assim, se desejamos devolver o mental ao mundo da vida sem abdicar de seu aspecto essencialmente sexual, será em Maurice Merleau-Ponty onde a sexualidade não será mais objeto contemplativo, e sim vivência que expressa nosso comprometimento ao mundo inter-humano. Neste, sendo o corpo potência exploratória e forma ampla de inserção no mundo da vida, o ser-no-mundo só pode ser compreendido a partir de sua relação com outras realidades sensíveis. A sexualidade emerge aqui como modo de ser que evidencia nossa relação de autonomia e dependência com as coisas. Da própria estrutura psicanalítica, Merleau-Ponty nos revelará uma atmosfera que não é nem transcendência da vida humana, nem imagem de representações conscientes ou inconscientes, mas promiscua à infraestrutura existencial. Evitando certos postulados segundo os quais a sexualidade determinaria as demais esferas da vida, veremos que grande parte dos problemas descritos na psicanálise não remetem necessariamente à uma estrutura sexual, mas estão antes ligados à atitude geral de ser no mundo, que pressupõe o campo afetivo. Posta de bases fenomenológicas, veremos que esta reinterpretação da sexualidade não apenas devolve o ser a sua vivência de mundo, como dissolve a ideia de uma síntese objetiva, pois – sendo corpo no mundo em relação com a alteridade – será sempre implícita e misteriosa.

Cinema e filosofia em Merleau-Ponty

Edson Lenine Gomes Prado

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

O objetivo deste trabalho é investigar as relações entre cinema e filosofia tomando como referência um ensaio de Maurice Merleau-Ponty – fruto de uma conferência pronunciada no Institut des Hautes Études Cinématographiques (IDHEC), em Paris, em 13 de março de 1945 – intitulado “O cinema e a nova psicologia”. Trata-se de buscar elucidar em que medida o pensamento filosófico e a arte cinematográfica são capazes de convergir no sentido de nos “fazer ver” a ligação que entretemos com o mundo e com os outros, ou ainda, a união do espírito e do corpo, do espírito e do mundo e a expressão de um no outro.

Orientação

**Luiz Damon Santos
Moutinho**

Palavras-chave

**Cinema; Fenomenologia;
Merleau-Ponty**

O problema do perdão em Hannah Arendt

Elissa Gabriela Fernandes Sanches

UNIOESTE | Mestranda em Filosofia

Orientação

**Gilmar Henrique da
Conceição**

Palavras-chave

**Perdão; Ação; Hannah
Arendt; Natalidade**

O estar no mundo exige a ação, bem como o discurso. Precisamos agir e falar para nos tornarmos visíveis, aparentes, seres humanos. Hannah Arendt não considerava o isolamento contemplativo dos gregos antigos como algo positivo, visto que requer o distanciar-se do mundo, o qual implica no afastamento da própria existência. Somos no interior do mundo, no qual nascemos, somos seres humanos porque somos seres mundanos. Contudo, tanto o agir como a palavra promovem conflitos, os quais devem ser remediados para que possamos desenvolver novas ações e, assim, permanecer no mundo. Hannah Arendt entende o perdão como uma característica humana que vai além da simples relação indivíduo-indivíduo, e expande sua compreensão para vínculos entre povos e nações. Perdoar não é se esquecer voluntariamente de um fato, não é negligenciar os erros cometidos por outrem em virtude de um dever para consigo, mas é permitir que o próximo possa continuar agindo, construindo sua própria história. É uma forma de conceder abertura para que o novo aconteça. Nossa intenção é refletir sobre a noção arendtiana de perdão. Pretendemos delimitar o conceito, que abrange outras ideias essenciais à filosofia da autora como a memória, a natalidade, o milagre e a ação. Dessa forma, desejamos demonstrar que o perdão, em Arendt, assume um novo sentido, um ato que necessita do outro, visto que não pode ser realizado entre eu e eu mesmo (*Self*). E, ao cumprir sua função de liberar o agente das consequências de sua ação, contribui para preservar o mundo comum, um ambiente que todos compartilhamos mutuamente e que depende continuamente de nossa capacidade começar algo novo.

O materialismo do barão de Holbach e a questão da imortalidade da alma

Elizângela Inocêncio Mattos

UFSCar | Doutoranda em Filosofia

O barão de Holbach (1723-1789) representa o materialismo radical do século XVIII francês, e descreve em sua obra maior, *Sistema da Natureza*, publicado em 1770, o mundo como um sistema onde o movimento é sua característica, com leis próprias à natureza. Seu conhecimento torna verossímil a tese da materialidade da alma, corroborando assim o argumento. O presente trabalho intenta apresentar a tese de Holbach, por onde refuta o dogma da imortalidade, compreendendo que ele contradiz as verdades da natureza. Para tanto, cumpre discutir a maneira de um dogma como a questão da imortalidade da alma se instaurou, sob sua ótica, a partir do papel da religião. É oportuno analisar, como o barão abordou a ideia de superstição e preconceito, para então alcançar a questão da alma humana e seu lugar no materialismo professado por ele. Compreender a natureza, onde o homem é designado para a felicidade, constitui a chave para a tese apresentada. A organização que o compõe seria suficiente para romper com o dogma da imortalidade da alma, pois conhecer a natureza seria alcançar o homem e seus atributos. Resultado das implicações físico-químicas, ele tem seus efeitos na conduta moral, de onde a superação do preconceito e da superstição seria condição fundamental.

Orientação

Luiz Roberto Monzani

Palavras-chave

**Holbach: materialismo:
Natureza**

O problema do vácuo em Leibniz

Eveline de Lourdes Ferreira Diniz

UNICAMP | Mestranda em Filosofia | Bolsista FAPESP

Orientação

**Fátima Regina Rodrigues
Évora**

Palavras-chave

**Leibniz; Espaço; Tempo;
Vácuo**

Na *Correspondência com Clarke*, o velho Leibniz, diferentemente do jovem, não admite o vácuo em sua filosofia. Esta negação ocorre mediante os Princípios da Razão Suficiente e da Identidade dos Indiscerníveis, os quais também são usados para contestar o espaço e tempo absolutos de Isaac Newton. Na *Correspondência*, afinal, Clarke, que é partidário de Newton, afirma que espaço e tempo possuem existência *per se*, independente dos corpos do mundo. Para Leibniz, contrariamente, espaço e tempo existem como relações entre estes corpos, e não possuem o estatuto ontológico absoluto advogado por Clarke. Esta defesa sobre o espaço e tempo relacionais, contudo, tomada por si só, à parte dos Princípios supracitados, não nos permite inferir diretamente qual posição Leibniz toma a respeito do vácuo, se lhe é ou não possível. De modo que tal possibilidade, neste âmbito, para além dos Princípios da Razão Suficiente e da Identidade dos Indiscerníveis, referir-se-á ao modo como espaço e tempo comportam-se em sua estrutura ontológica, a qual, Leibniz afirma, é ideal, ou mental, mas capaz de ser considerada no âmbito do real. Para nosso propósito, o qual é analisar a possibilidade do vácuo no espaço e tempo, em Leibniz, cabe analisar seus argumentos a este respeito, no histórico de sua filosofia, de modo que a compreensão do espaço e tempo servir-nos-á como chave de leitura, nesta proposta.

Intuição e verdade em Bergson

Fábio Coelho da Silva

UFSCar | Doutorando em Filosofia

O objetivo deste trabalho é avaliar a ideia de verdade na perspectiva filosófica de Bergson. Se considerarmos que sua proposta de reestruturação da metafísica parte da constatação da passagem do tempo, cuja apreensão pressupõe a instauração criteriosa de um processo de crítica da inteligência, da linguagem e do conceito, convém então investigar como a concepção da verdade se coloca no horizonte da filosofia da duração. É certo que esse eixo temático não apresenta um “capítulo” explícito e direto em sua produção filosófica. Apesar disso, se tomarmos como ponto de partida a análise de seus textos metodológicos, *Introdução à Metafísica* e as duas partes da introdução de *O Pensamento e o Movente*, parece inevitável identificar que a concepção da verdade é fruto da inteligência, a qual se apoia em princípios imutáveis e na expressão conceitual com a finalidade de edificar um campo favorável de ações para o homem. Uma das consequências dessa filiação é a de que o desenvolvimento do método intuitivo, responsável pelo contato com a singularidade das coisas, desencadeia a rejeição do conhecimento verdadeiro, cuja estruturação seria dependente de uma visão geral e abstrata. Por outro lado, em *Sobre o Pragmatismo de William James – Verdade e Realidade*, texto originalmente publicado como prefácio da edição francesa do livro do pensador norte-americano (*Le pragmatisme*), Bergson oferece um breve comentário sobre a temática em questão. A despeito do teor introdutório e de certa afinidade declarada com o pensamento jamesiano, podemos verificar que o filósofo francês oferece a indicação de que existem “verdades” que são “sentidas e vividas”, isto é, enraizadas na experiência e insubmissas aos quadros fixos do pensamento.

Orientação

**Débora Cristina Morato
Pinto**

Palavras-chave

**Metafísica;
Conhecimento; Verdade**

As paixões como “tempero” da vida social: a moral utilitarista de d’Holbach

Fábio Rodrigues de Ávila

UNIFESP | Mestre em Filosofia

Orientação
Jacira de Freitas

Palavras-chave
**Materialismo; Moral;
Virtude; Prazer**

Em sua obra *A Moral Universal*, o barão d’Holbach procura sistematizar seu sistema moral e político, propondo uma análise da natureza humana a partir de sua filosofia materialista. Ele busca elencar uma série de qualidades morais que servem como princípios da virtude e da sociabilidade, ao mesmo tempo em que aponta os vícios que são nocivos à vida social. Através de uma profunda investigação das idiosincrasias humanas, ele expõe uma concepção de paixão que se liga à tradição espinosista, do qual as paixões são tomadas por sentimentos de amor ou ódio pelos objetos que afetam a sensibilidade, de acordo com as impressões de prazer e dor que esses objetos propiciam. Assim, um objeto que proporcione prazer nos sentidos desperta uma sensação de amor, em que o homem sente-se impelido a buscá-lo; e do mesmo modo, um objeto que proporcione uma sensação dolorosa despertará o ódio que fará com que esse objeto seja repelido e evitado. Esses operadores funcionam tanto com relação aos objetos inanimados que servem para satisfazer as necessidades humanas, como também serve para estabelecer as formas das relações sociais entre os indivíduos. Por isso o autor sugere alguns princípios morais como deveres, dos quais a virtude é seu fundamento. Logo, ações como a temperança, a prudência, a compaixão ou a tolerância funcionam como motores das relações sociais, assim como a alegria e o prazer as “temperam”. Por outro lado, sentimentos como a inveja, o orgulho, a avareza ou o fanatismo tornam essas relações nocivas e contribuem para que os homens sejam inimigos uns dos outros. Portanto, para que uma sociedade seja estável, d’Holbach sugere que as paixões derivadas das impressões de prazer e dos impulsos de amor sejam o tempero das relações humanas que tornam a vida social agradável e desejada.

A noção de forma no hilemorfismo aristotélico e a forma sensível na explicação da sensação

Felipe Calleres

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

A noção de forma possui duas acepções na *Física* de Aristóteles: pode significar tanto *forma substancial* quanto *forma accidental*. Nosso intuito é explorar as relações do conceito de forma accidental com o modo pelo qual ele comparece na teoria aristotélica da sensação. Segundo o filósofo, a sensação é a recepção da forma sensível sem a matéria. Na *Física*, o foco da introdução dos conceitos correlativos de forma e matéria está na explicação do movimento tomando como referência algo que permanece (um substrato) e algo que é ganho ou perdido (uma determinação formal). Nesse caso, a forma determina a mudança. Já no *De anima*, a forma sensível não determina senão a própria sensação. Se assumirmos que a noção de forma accidental é ostensiva em relação à forma sensível, ainda assim é necessário avançar a discussão para a distinção entre mudança (*metabolé*) e atividade (*enérgεια*) para encontrar a especificidade da afecção sensível. Na sensação não há um processo realizado em etapas através das quais uma sensação é atualizada, inversamente, ver e ter visto são o mesmo, portanto, a sensação é uma atividade, e não uma mudança. Isso implica que o tipo de determinação que a forma sensível tem sobre aquele que sente configura outro tipo de determinação formal. Passamos, portanto, da determinação formal que envolve a mudança em um ente, para a relação entre a determinação formal que um ente possui e o modo como essa determinação é *recebida* por um ser sentiente.

Orientação

Marisa Lopes

Palavras-chave

Sensação; Forma; Forma sensível

O corpo e o *Zusammenspiel*: a noção de organismo em Nietzsche à luz da obra de Wilhelm Roux

Felipe Thiago dos Santos

UFSCar | Doutorado em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Palavras-chave

Nietzsche; Corpo; Organismo; Wilhelm Roux; *Zusammenspiel*

Podemos destacar as noções de corpo e organismo na filosofia de Nietzsche num duplo movimento: por um lado, se insere criticamente num debate que remonta, dentre outras, as teorias de Espinosa e Kant e, num segundo momento, dialoga – de maneira não menos crítica – com o mecanicismo darwinista e os evolucionistas do século XIX. Aos olhos de Nietzsche, Espinosa se equivoca ao admitir uma *potentia ratiōnatis* como fundamentação mecânica dos organismos. Kant, por sua vez, atribui à fundamentação espiritual dos organismos uma essência teleológica subjetiva. A aposta de Nietzsche também não será no darwinismo, porquanto este procurar em causas externas a explicação para a dinâmica dos organismos. Embora singular, as ideias de Nietzsche acerca do corpo e dos organismos assumem certos traços que remontam as teses do zoólogo e embriologista alemão Wilhelm Roux presentes na obra *Der Kampf der Teile im Organismus* (1881). Tomamos por intento, mostrar como Nietzsche vai para além das teorias citadas anteriormente, uma vez que, para ele, no processo da vida (*Lebenprozess*) e sua formação (*Gestalt*), o fundamental é a dinâmica que surge propriamente *Do-interno-vindouro* (*Von-Innenher*). Neste sentido, recorre o filósofo à obra de Roux, ao reconhecer nos organismos a existência de um arranjo (*Vorbereitung*) de uma ação que se manifesta como luta. Se, por um lado, essa luta dos organismos se nos afigura de modo oculto, por outro, é possível reconhecer a interação ficcional das forças (*Zusammenspiel*) do organismos pelos seus traços mais íntimos: auto-regulação, assimilação, secreção, regeneração e estímulo de vida. Tal luta não ocorre, portanto, de modo casual-mecânico, tampouco é regulada por uma potência racional ou espiritual, mas se expressa de modo artístico, rumando à intensificação de poder.

A consciência posicional e não-posicional em Sartre: o “cogito pré-reflexivo”

Fernando Alves Silva Neto

UEM | Mestrando em Filosofia | Bolsista da Fundação Araucária

O presente trabalho procura percorrer o caminho de Jean-Paul Sartre na *Introdução* da obra *O Ser e o Nada* (1943), com o objetivo geral de compreender o conceito de “cogito pré-reflexivo”. Com o intuito de alcançar tal objetivo pretende-se reconstruir a argumentação sartreana sobre a intencionalidade da consciência como atividade de saída de si, para a descoberta do mundo. Pois Sartre estabelece uma relação entre sujeito e objeto, que estrutura a base de toda a discussão pautada na *Introdução*, assim, a compreensão do conceito de intencionalidade é essencial, pois é com a consciência intencional que supera os problemas enfrentados pela filosofia e a psicologia de sua do século XX, que compreendiam a consciência como uma caixa de conteúdo, na qual todas as qualidades do mundo eram armazenadas. Portanto, é a partir dessa nova concepção de consciência fundada dentro da intencionalidade de Husserl que Sartre define a diferença entre homem e objeto, e estabelece um discussão sobre a percepção do homem sobre o objeto (ser-em-si), que lhe aparece como um fenômeno completo em si mesmo e insolúvel na consciência, o que abre caminho para Sartre investigar a estrutura da consciência estabelecendo uma relação entre a consciência posicional e a não-posicional, que é necessária para a compreensão do cogito pré-reflexivo.

Orientação

Wagner Dalla Costa Félix

Palavras-chave

**Consciência;
Intencionalidade; Pré-
reflexivo**

Sentido do ser, mundo e *aletheia* em *Ser e Tempo* de Heidegger

Gabriel Bonesi Ferreira

UEL | Mestrando em Filosofia

Orientação

Eder Soares Santos

Palavras-chave

**Sentido do ser; Mundo;
*Aletheia***

Trabalharemos nessa apresentação a conexão e a relação entre a questão sobre o sentido do ser, verdade [*aletheia*] e o conceito de ser-no-mundo na obra *Ser e Tempo* de Heidegger; tentaremos estabelecer a maneira pela qual é colocada a questão sobre o sentido do ser a partir do *Dasein* enquanto ser-no-mundo. A questão que norteia as investigações de *Ser e Tempo* é a questão pelo sentido do ser, como ponto de partida e fundamento. A questão sobre o sentido do ser acaba também trazendo o problema da essência da verdade enquanto desvelamento por isso se anuncia a questão sobre o sentido do ser e não pelo “o que é ser?”, com isso Heidegger pretende deixar aberto um âmbito maior de possibilidades de resposta à questão, bem como eleger uma via de acesso a ela, ou ao menos colocá-la de uma maneira a permitir a investigação proposta. A partir disso, o mundo não é visto como uma reconfiguração alcançada através inteligência do homem, mas como o âmbito de todos os âmbitos, somente nele o sentido poderia emergir. As palavras ‘âmbito’ e ‘emergir’ não são aleatoriamente escolhidas, pretende-se justamente utilizá-las, talvez, em seu sentido mais literal: de que o mundo é o *lócus* onde o *Dasein* pode ser e existir, bem como, que ao dizer que o sentido emerge no mundo, reputa-se ao fato de que a verdade [*aletheia*] ocorre sempre no movimento de desencobrimento e encobrimento. Ao colocar a questão sobre o sentido do ser Heidegger traça também o caminho de sua investigação; em sua argumentação observamos que a forma de acesso à resposta da questão será a partir do *Dasein*, mas essa opção pode ter levado ao seu obscurecimento na medida em que esse ente pode não ser capaz da abertura pretendida, em razão justamente de suas características de ser-no-mundo e como tal, já possuidor de uma compreensão fática e um caráter compreensivo no-mundo, sublimando seu primado para a compreensão do ser.

As Máscaras da Tragédia

Gabriel da Costa

USP | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma reflexão acerca da tragédia, centrando-se, sobretudo, no prazer trágico. A partir da *Poética* de Aristóteles conhecemos a gênese e a estrutura da tragédia, bem como seus efeitos sobre a audiência. A identificação do espectador com a personagem e sua condição trágica, resulta - por meio do “terror e da piedade” - no que Aristóteles denomina como *catarse*, isto é, a purgação de suas paixões. Nessa perspectiva, o espectador, ao se afeiçoar e sofrer concomitantemente com a personagem, encontra correspondência de seus sentimentos com os vividos cenicamente, e, dessa forma, sairá do teatro com suas emoções purificadas. Portanto, contrariamente ao que se poderia imaginar, o arrebatamento proporcionado pela tragédia não implantará a tristeza no espectador, mas a vitalidade. Da aproximação e da simpatia do espectador em relação às circunstâncias trágicas e heroicas da personagem (no sentido estabelecido por Corneille), verificamos o surgimento de um deleite. A relutância do herói frente a seu destino e aos desafios impostos pelos deuses, elevam o espectador à sua *grandeur d'ame*. Trata-se da resistência da natureza humana em superar o implacável destino. Nesse âmbito, “a sublimidade do espírito do herói ultrapassa a sublimidade do poder que o avassalou” (Raphael, *The Paradox of Tragedy*). Para Hume: “Toda a arte do poeta é empregada para despertar e manter a compaixão e a indignação, a ansiedade e o ressentimento de sua audiência. O prazer desta é proporcional à sua aflição, e jamais é tão feliz como quando suas lágrimas, suspiros e gritos servem para dar vazão à sua tristeza e aliviar o coração inflado pela simpatia e pela compaixão mais ternas” [Hume, *Da Tragédia*]. Logo, o teatro desempenha o papel de pedagogo das paixões ao suscitá-las e conduzi-las ao caminho do prazer.

Orientação

**Luiz Fernando Batista
Franklin de Matos**

Palavras-chave

**Tragédia; Prazer trágico;
Paradoxo; Catarse;
Identificação**

Narrativa em Sartre (um diálogo com Walter Benjamin)

Gabriel Gurae Guedes Paes

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Silene Torres Marques

Palavras-chave

**Sartre; Benjamin;
Existencialismo;
Narrativa**

Em *A Náusea* encontramos uma questão política ligada ao tema do olhar e da má-fé. Roquentin, no *café Camille*, disputa o olhar com o “Dr. Rogé para não ser classificado no interior da narrativa deste “chefe”. Em contrapartida, o “amador” Achille, querendo ser objeto para o outro, assume uma posição masoquista diante do mesmo olhar classificatório. A narrativa e os retratos oficiais colocam os “chefes” com o direito de mandar, um direito que funciona como um dado da natureza que precede a existência. E se os chefes usam a má-fé da experiência narrada para se perpetuarem no poder, os “amadores” aceitam a narração dos chefes para serem enquadrados na segurança de um papel pré-definido. Vemos em *A Náusea* algo como uma sociologia da má-fé onde papéis sociais diferentes elaboram suas diferentes narrativas para se tornarem objetos. Há a narrativa do “amador” que pode falar no interior de sua casa e que deve se calar perante o “chefe” que é o profissional da experiência detentor do direito de narrar nos espaços públicos. O “chefe” tem o direito de existir e o sentido da existência dos “amadores” está a ele subordinada. Aqui é possível dialogar com Walter Benjamin para quem o poder se exerce não só pela dominação política e econômica, mas também pela imposição de uma narrativa histórica que se apresenta como uma sucessão de vitórias dos poderosos. Podemos encontrar em Sartre uma outra estrutura narrativa que seja distinta da narrativa protofascista dos “chefes”? Para nós já é possível encontrar em *O ser e o nada* uma narrativa que não constitui um Eu, um falso ser pleno como o dos chefes cujo direito de mandar é uma essência que precede a existência, mas uma ipseidade onde o para-si nunca se fecha em uma definição, mas busca-se fora de si, nas lonjuras de suas possibilidades: “corremos rumo a nós mesmos, e somos, por tal razão, o ser que jamais pode se alcançar”.

A projeção da proposição negativa e o seu lugar lógico – dois aspectos do conceito de negação no primeiro Wittgenstein

Gustavo Gueraldini Michetti

UFSCar | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Nos *Notebooks (1914-1916)*, o “mistério da negação” apresenta-se enquanto um dos problemas inerentes à teoria da proposição enquanto figuração lógica da realidade. Uma proposição completamente analisada entra em “contato” com uma situação a ser representada através do ato de nomeação. Nomear é estabelecer uma relação simples entre nomes e os objetos que eles significam. Os nomes em seu uso sintático na proposição determinam uma forma lógica e, ao serem relacionados aos seus significados, determinam a forma pela qual os objetos podem se concatenar em um estado de coisas. É nesse sentido que uma proposição pode ser projetada sobre o mundo, na medida em que se estabelece o modo de articulação dos nomes que nela ocorrem como sendo o mesmo modo pelo qual os objetos podem se articular em um estado de coisas. Nesse caso, uma proposição determina uma existência possível, ela determina uma possibilidade dentro do campo de todas as possibilidades. Este campo caracteriza aquilo que o primeiro Wittgenstein chama de espaço lógico. A proposição mais o seu modo de projeção determinam um lugar no interior deste espaço, eles determinam uma possibilidade de existência. Entretanto, a negação parece trazer um certo constrangimento a esta concepção de proposição. A proposição negativa diz que certa situação não ocorre no espaço lógico, ela diz que “as coisas *não* estão assim”. Ora, se toda proposição tem que determinar um lugar no espaço lógico, uma existência possível, então, como uma proposição que nega uma certa existência é capaz de determinar o seu lugar lógico? Ademais, toda proposição mantém uma relação projetiva com a situação que ela afigura. No caso da proposição negativa, como ela deve se projetar na situação a ser afigurada? O meu trabalho pretende expor e esclarecer estas questões, como também, apresentar uma possível resposta sugerida por Wittgenstein em seus *Notebooks*.

Orientação

**Bento Prado de Almeida
Ferraz Neto**

Palavras-chave

**Figuração; Negação;
Projeção; Notebooks
(1914-1916);
Wittgenstein, Ludwig**

Emmanuel Levinas e a questão da técnica no ensaio “Heidegger, Gagarine et nous”

Hegildo Holanda Gonçalves

UFSCar | Doutorando em Filosofia

Orientação
**Luiz Damon dos S.
Moutinho**

Palavras-chave
Técnica; Alteridade; Ética

No ensaio intitulado “*Heidegger, Gagarine et nous*”, publicado em 1961 em *Information Juive*, Emmanuel Levinas traz a questão da técnica diferenciando-a da abordagem heideggeriana. No texto ele faz uma distinção entre a “*paisagem urbana tecnológica*”, pautada nas relações face-a-aface e, nesse sentido, eticamente positiva e a “*paisagem rural pagã*” relacionada intimamente com o enraizamento ao solo, o que para Levinas é eticamente negativo. A paisagem rural pagã é aquela na qual as pessoas domesticam a impessoalidade da existência e buscam, numa tentativa de suprir essa impessoalidade, explorar os recursos do mundo e do trabalho, buscando, para isso, um sustento prazeroso, através de instrumentos e/os meio fornecidos tanto pelo mundo quanto pelo trabalho. “Paganismo” é entendido por Levinas como um culto da natureza que nos permite, através de nossa posição no mundo, nos identificarmos a nós mesmos como pessoas poderosas e separadas dos demais. Desse modo, a técnica para Levinas não é e si mesma negativa, mas ela vem a se tornar má quando se compromete com fins pagãos. O problema é que, muitas vezes, o “amor ao país”, ou ao território, à sua terra é maior por causa da abundância de prosperidade que ele possibilita. Para Levinas é, aí, que se encontra a origem pagã de toda tecnologia. A paisagem urbana tecnológica é aquela na qual não há identificação com a terra, mas com as pessoas. E por que Levinas ver na cidade o símbolo do espaço tecnológico onde é possível a existência ética? Por dois motivos: primeiro porque há o rompimento com a Totalidade e, segundo, porque há a irrupção do rosto do Outro como verdadeiro “espaço” ético, que se traduz no acolhimento do Outro enquanto Pobre, Órfão, Viúva e Estrangeiro. Nesse contexto, a técnica representa a possibilidade do desenraizamento, liberta o indivíduo, outorgando-lhe a oportunidade de perceber-se fora da situação em que se encontra implantado, revelando o seu rosto em toda a sua nudez. A técnica seduz porque desnuda o indivíduo, o desvela em sua verdadeira condição de finito. Ela suprime o privilégio do enraizamento e do exílio.

A crítica de Marx ao Estado Moderno

Isabela Alline Oliveira

UFSCar | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

A ideia de democracia contemporânea está relacionada a concepção hegeliana de Estado. Para Hegel o estado ergue-se sobre a égide da racionalidade, "o fim racional do homem é a vida no Estado". Na obra *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1943), Marx questiona o papel do Estado como órgão que assegura a democracia, sendo uma obra essencial para a percepção da tensão entre a concepção hegeliana de Estado e a concepção marxista, ou seja, é nessa obra que encontraremos explicitamente a crítica da política como negação do Estado burguês. Nessa obra, escrita em 1943, Marx desenvolve a crítica das ideias hegelianas e neohegelianas, afirmando que o fundamento do Estado Moderno não é o espírito absoluto como pensava Hegel, mas a sociedade: o estado deve ser explicado pelas relações sociais. A sociedade civil, para Marx e Engels, refere-se exclusivamente à estrutura econômica da sociedade, enquanto a sociedade política refere-se ao Estado. A superestrutura jurídica e política são forjadas pela estrutura econômica. Tal estrutura é determinada pelos modos de produção, ou seja, o conjunto das forças produtivas e das relações de produção. Dessa maneira, a mudança da estrutura política está necessariamente relacionada à mudança dos modos de produção. O estado na concepção marxista é, portanto, inseparável da divisão social do trabalho. Essa divisão que em última instância o determina. O paradoxo do estado moderno e conseqüentemente da democracia reside justamente na distinção entre estado e sociedade civil. Para Marx a sociedade civil é a sociedade política real. Posto isto, buscaremos nesse trabalho tecer algumas considerações sobre a crítica marxista ao estado, para que a partir disso possamos investigar o percurso filosófico da noção de democracia no pensamento do autor.

Orientação

Wolfgang Leo Maar

Palavras-chave

**Estado; democracia;
Marx**

A filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin

Ivo di Camargo Junior

UFSCar | Doutorando em Linguística

Orientação

**Mônica Baltazar Diniz
Signori**

Palavras-chave

**Mikhail Bakhtin;
Filosofia da Linguagem;
Análise do Discurso**

Mikhail Bakhtin foi um pesquisador, filósofo, teórico e pensador russo que viveu de 1895 a 1975 e é figura das mais importantes na história e evolução dos estudos de linguagem e literatura no século XX. Foi notadamente reconhecido estudioso das obras do escritor francês Rabelais e do russo Dostoiévski, de onde criou a noção de romance polifônico para os estudos literários. Suas pesquisas hoje norteiam diversos estudos e aplicações em quase todas as reconhecidas sete artes e avança sobre saberes cada vez mais técnicos do criar humano. Especificamente, sua influência se dá notadamente sobre a história, antropologia, literatura, psicologia, sociolinguística, análise do discurso e semiótica. Contudo, a sua maior contribuição se dá na área dos estudos da linguagem ao ter desenvolvido uma visão “translinguística” já que para o pensador russo a língua não se encaixava em moldes ou sistemas isolados, sendo que qualquer forma de se analisar algo linguisticamente deveria levar em consideração fatores como relações humanas, emissor, receptor, contextos extraverbais e fatores sociais. De acordo com ele não haveria, sem estes elementos, nenhuma forma satisfatória de compreensão. É também considerado o líder intelectual do conhecido “Círculo de Bakhtin” que produziu conceitos conhecidos como dialogismo, polifonia, carnavalização, memória de futuro, ideologia, entre inúmeros outros. Em especial, Bakhtin é de suma importância para os estudos em educação no Brasil haja vista que seu texto “Os gêneros do discurso” fazem parte dos Parâmetros curriculares nacionais, sendo muito estudados por pesquisadores de diversas áreas. Dessa maneira, vale uma apresentação mais pormenorizada desse importante pensador do século XX ao público de filósofos e pensadores que pretendem conhecer novos e inquietantes conceitos intelectuais.

O pensamento crítico de Foucault. A crítica da fenomenologia e do estruturalismo em *As palavras e as coisas*

Jefferson Martins Cassiano

UnB | Mestrando em Filosofia | Bolsista FAP-DF

Os últimos textos e entrevistas de Michel Foucault apresentam um esforço do autor em destacar a importância do pensamento crítico, definindo sua filosofia em termos de uma história crítica do presente ou de uma ontologia crítica de nós mesmos. Com isso, o objetivo dessa análise procura verificar se este autoexame proposto por Foucault corresponde aos registros de seu legado filosófico. Uma vez que a referência à filosofia crítica envolve toda a sua obra, um apontamento a ser destacado diz respeito à noção de crítica presente em *As palavras e as coisas* (1966). A obra em questão reúne de modo drástico, duas concepções filosóficas bem desenvolvidas na França de seu tempo: a fenomenologia, sobretudo Sartre, e o estruturalismo, principalmente Lacan. Segundo as análises de *As palavras e as coisas*, a fenomenologia se mostra incapaz de superar o impasse da analítica da finitude, revertendo o transcendente em empírico à custa de um sujeito doador de sentido. A abordagem estruturalista tenta separar o sujeito e o sentido, buscando leis objetivas que governam toda a atividade humana. Em *As palavras e as coisas*, há um empenho do autor em destacar as transformações históricas nos modos de experiência que o homem tem com o mundo pela dimensão das práticas discursivas. Nesse sentido, a possibilidade de um pensamento crítico como o mencionado por Foucault, parece ser uma tentativa de superar o impasse da fenomenologia e do estruturalismo infiltrados em *As palavras e as coisas*. Portanto, a hipótese que pretende-se abordar, a partir da referência indica por Foucault acerca de sua filosofia, diz respeito a quais elementos podem ser constituintes de seu pensamento crítico, considerando os aspectos presentes na obra *As palavras e as coisas*. Tal pretensão se vale de uma interpretação que, contando com o desenvolvimento completo da filosofia do autor, considera o exame das condições para experiências possíveis uma assinatura do pensamento crítico de Foucault. Nesse sentido, o pensamento crítico se revela implicado nas práticas de sujeição antropológicas que sustentam o conhecimento sobre quem é o homem, à custa de uma depreciação sobre o que acontece com o homem em sua atualidade.

Orientação

Maria Cecília Almeida

Palavras-chave

**Pensamento crítico;
Fenomenologia;
Estruturalismo**

O telescópio como o primeiro instrumento da ciência moderna

Jessika Curtinaz da Silva

UNIFESP | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

**Eduardo Henrique
Peiruque Kickhofel**

Palavras-chave

**Renascimento; Galileu
Galilei; Telescópio;
Instrumento; Ciência
moderna**

O telescópio foi o primeiro instrumento feito no contexto da ciência moderna, diferenciando-se dos instrumentos anteriores principalmente por três motivos: (a) sua criação baseada em uma teoria; (b) a função do instrumento na sua utilização; (c) e os objetivos que se efetivaram com os dados fornecidos pelo instrumento. (a) Galileu Galilei apenas esboçou a teoria das refrações no início de *Sidereus nuncius*. Todavia, não desenvolveu a teoria na qual o telescópio estaria inserido. A ausência de um tratado sobre a aplicação da teoria no instrumento pode ter algumas explicações. Como a preservação do feito de Galileu, que não queria que outros atingissem a mesma amplitude que ele. Outra possibilidade é que Johannes Kepler publicou esta teoria no ano de 1611, o que tiraria a necessidade de um segundo tratado. Contudo, não pode ser negado o fato de que havia uma teoria científica contemporânea ao telescópio que estava no fundamento do funcionamento deste instrumento, que Galileu sabia da existência e que ela explicava o funcionamento do telescópio. (b) O telescópio corrigia as falsas impressões da nossa percepção e mostrava como os objetos eram de fato, além de potencializar o sentido da visão. O céu era visto mais próximo, revelando aquilo que não era possível de ser alcançado a olho nu e corrigia as imperfeições daquilo que era observado à vista desarmada. Este é um ponto importante, pois até o observatório construído por Tycho Brahe era a olho nu. Por fim, (c) as imagens obtidas por meio das observações através do telescópio foram utilizadas como evidência visual para, pela primeira vez, contestar o que era verdade necessária e a partir delas afirmar qual era a realidade. Para Galileu, as demonstrações obtidas através do telescópio eram as verdades necessárias visto que elas se encontravam na natureza, enquanto que as verdades que se tinham no Renascimento eram baseadas nos antigos ou nas escrituras sagradas. Por isso as evidências visuais formavam a base de tudo o que Galileu desenvolvia, e deviam vir antes do que qualquer autoridade, seja ela religiosa ou filosófica.

O *fato da razão* como princípio dos juízos morais

João Paulo Rissi

UFSCar | Doutorando em Filosofia

Immanuel Kant, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, preocupa-se em provar como é possível o princípio de nossos juízos morais. Diferentemente, na *Crítica da Razão Prática*, Kant afirma haver um *fato da razão*. Temos, assim, duas vias de argumentação: de um lado, na *FMC*, o princípio supremo da moralidade (imperativo categórico) precisa ser provado como possível para que a moralidade não seja uma mera ideia quimérica. A saber, para que nossos juízos morais possuam validade objetiva, é preciso haver uma dedução; por outro lado, na *CRPr*, não é mais necessário que o princípio dos juízos morais seja provado como possível, uma vez que ele se apresenta como um *fato* inerente à razão do qual somos conscientes a priori. Portanto, através desses dois argumentos, pretendemos apresentar os pormenores de ambos, bem como suas implicações e possíveis desdobramentos na obra kantiana.

Orientação

Paulo Roberto Licht dos Santos

Palavras-chave

Razão; Moral; Fato; Dedução; Princípio

Algumas relações entre natureza e arte na filosofia de Diderot

José Carlos Alves Junior

UFSCar | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

**Luís Fernandes do
Nascimento**

Palavras-chave

**Ciências da natureza;
História natural;
Natureza; Artes; Moral**

No texto *Da interpretação da natureza*, Diderot apresenta a hipótese de uma série entre os seres vivos que, ligados uns aos outros por graus cujos limites são quase imperceptíveis, se estende ao domínio do mundo vivo em geral, possibilitando uma reconstrução da origem dos seres a partir de variações sucessivas. Nessa mesma direção, Diderot redige alguns verbetes de História Natural, para a *Enciclopédia*, incluindo observações acerca da organização fisiológica do homem, que posteriormente são retomadas em seus escritos teóricos sobre as artes. Sempre se referindo a condições concretas da vida dos indivíduos, o filósofo francês desenvolve a construção de uma concepção do homem e do mundo recorrendo aos limites do entendimento humano, que além de fornecer elementos para as reflexões estéticas também possibilita a assimilação de uma moralidade que se encerra no interior da espécie. Tendo em vista a perspectiva que caracteriza as produções da natureza, ao lado da descoberta dos procedimentos que permitem conhecê-las, o intuito é mostrar como Diderot participa do debate acerca das relações entre ciência natural e artes no século XVIII, e como algumas de suas reflexões elaboradas no campo da filosofia da natureza se apresentam no âmbito das artes.

A filosofia como antropologia em Kant

José Henrique Alexandre de Azevedo

UNICAMP | Doutorando em Filosofia

Nosso trabalho tem por objetivo demonstrar que a filosofia kantiana, apesar de se iniciar em 1781 como uma crítica à metafísica dogmática de modo a transformá-la em uma metafísica científica, finalizou-se como uma *Antropologia Filosófica*, que tem por objeto o homem e por escopo mostrar como viver bem. Mais precisamente, achamos que há uma flexão considerável no pensamento de Kant após a publicação de sua *Religião nos limites da simples razão*, uma vez que aqui se vê respondida a terceira das perguntas do *cânone da razão pura* que interessam, diretamente, à razão, a saber, "o que me é permitido esperar?" (as outras duas são: "o que posso conhecer?" e "o que devo fazer?"). Nossa tese baseia-se em alguns textos de Kant, mas sobretudo em dois de fundamental importância: a carta Carl Friedrich Stäudlin de 04/05/1793 e a *Lógica* de Jäsche (1800), nas quais aparece, claramente, que a pergunta fundamental da filosofia em que todas as outras estão contidas é "o que é o homem?". Isto posto, duas coisas são fundamentais nessa pesquisa: 1-o *conceito de filosofia cosmopolita* proposto por Kant é o fio condutor de sua reflexão, na medida em que pauta, guia e organiza o pensamento desde seu início na *KrV* até seu final na *Lógica de Jäsche*; 2-a Antropologia feita por Kant é bem ampla e percorre todo o seu pensamento, por meio do método crítico (análise de demandas e proposição de resultados), de modo a levantar as instituições da humanidade que, racionalmente, mostram como o ser humano deve viver, tais são a Metafísica, a História, a Religião, a Política, o Direito, a Moral e etc. Com isso, por conta de o homem ser o principal objeto para a Filosofia, esta deve ser uma Antropologia.

Orientação

Daniel Omar Perez

Palavras-chave

**Filosofia; Antropologia;
Bem Viver**

A noção de juízo das Lições de Lógica de Kant e sua utilidade para compreensão da Analítica dos Conceitos

José Luciano Verçosa Marques

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Paulo R. Licht dos Santos

Palavras-chave

Kant; Juízo; Lições de Lógica; Analítica dos Conceitos; Síntese

As Lições de Lógica, por não se tratarem de textos escritos pelo próprio Kant, apresentam-se como textos de suporte à interpretação da filosofia crítica que demandam cuidado. Contudo, se utilizadas de maneira adequada, podem fornecer elementos importantes para interpretação das demais obras do autor, como a Crítica da Razão Pura. É nas Lições que encontramos o esclarecimento de passagens importantes para a Analítica dos Conceitos, como a noção de juízo e o papel que esta representação assume em relação à constituição de toda validade objetiva do pensamento. Nas Lições, encontramos a explicação pormenorizada do que significa coordenar e subordinar representações, que são maneiras de relacionar conceitos, cujo esclarecimento é de fundamental importância para a compreensão das deduções metafísica e transcendental (A e B) – e, conseqüentemente, para o projeto crítico de Kant como um todo. Assim, o objetivo de nossa comunicação consiste em apresentar em linhas gerais, em primeiro lugar, como a noção de juízo está apresentada nas Lições de Lógica e, em segundo, como a apresentação dessa noção nesses textos serve para compreensão da Analítica dos Conceitos, na medida em que esclarece a estrutura judicativa dos conceitos e as regras segundo as quais a atividade de síntese da imaginação deve ser operada.

Da verdade como adequação à verdade como desvelamento: a crítica de Martin Heidegger ao conceito tradicional de verdade

Juliano Rabello

UNESP | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

O presente trabalho pretende tratar da noção de verdade (*Alétheia*) no pensamento de Martin Heidegger tendo como ponto de partida para a elaboração da questão a obra *Ser e Tempo*. Heidegger termina a primeira seção de *Ser e Tempo* com o desdobramento da verdade no decisivo §44, no qual este conceito recebe sua elaboração mais pormenorizada. Embora, de maneira implícita tal conceito já estivesse compreendido na *Analítica existencial* empreendida nos parágrafos anteriores, é neste parágrafo que ela assume relevância dentro do projeto geral do tratado. Nossa abordagem visa esclarecer, portanto, o todo estrutural da verdade no sentido que esta noção assume no pensamento do filósofo. Para isso, adentraremos de maneira mais específica no movimento da interrogação do § 44 e com isso tentaremos ampliar a compreensão deste conceito tal como ele é tratado por Heidegger em *Ser e Tempo*. Nesta direção, faz-se necessário tornar clara a distinção de dois âmbitos de significação da verdade: Primeiro: o *caráter derivado do conceito tradicional de verdade*; que para o filósofo é a abordagem da verdade tal como foi pensada pela História da Filosofia, polarizada na estrutura da enunciação (adequação), como verdade lógica e proposicional. Segundo: O *fenômeno originário da verdade*; que é justamente a verdade enquanto velamento/desvelamento (*Alétheia*) que, por conseguinte, caracteriza-se como uma crítica radical à noção de verdade tal como fora pensada no interior da tradição metafísica.

Orientação

**Ubirajara Rancan de
Azevedo Marques**

Palavras-chave

**Filosofia; Heidegger;
Metafísica; Verdade**

Sobre o conceito de tolerância e seus paradoxos

Larissa Cristine Daniel Gondim

UFSCar | Doutoranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

**José Eduardo Marques
Baioni**

Palavras-chave

**Tolerância; Liberalismo;
Democracia**

Em se tratando de tolerância, pode-se afirmar que ela é descrita não só como uma espécie de virtude moral, mas também como uma necessidade política que se concretiza na atitude de suportar algo a que se tem aversão, mesmo quando se tem o poder de intervir. Durante a Modernidade, muitas justificativas foram elaboradas para fundamentar o caráter imprescindível dessa postura, entretanto, o desenvolvimento das Democracias Liberais terminou esvaziando esse conceito, afirmando que ele é desnecessário e contraditório. De modo geral, existem cinco paradoxos que envolvem o conceito clássico de tolerância: o paradoxo do objeto moral, o paradoxo do racista tolerante, o paradoxo da escolha dos limites, o paradoxo da relativização da verdade e o paradoxo da autodestruição. O objetivo dessa comunicação é analisar em que consistem esses paradoxos, evidenciando até que ponto eles realmente inviabilizam uma possível virtude da tolerância. A hipótese é a de que esses paradoxos são apenas o reflexo de uma falha estrutural do conceito de tolerância, qual seja, a ligação entre a tolerância e a ideia de aversão, de modo que é viável contornar tais problemas ao se propor uma reformulação da noção de tolerância. Sob essa perspectiva, a tolerância é uma virtude que continua sendo tão possível quanto necessária, principalmente em face da crescente onda de violência e intolerância que permeia o cenário ético e político contemporâneo.

A Especificidade do *Bem* na ontologia platônica: algumas discussões a partir do *Filebo*

Leander Alfredo da Silva Barros

UFU | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

No que tange a uma ontologia, ou “Teoria das Formas”, o *Filebo* é um diálogo que desperta uma série de dissensos entre os intérpretes do *corpus* platônico. No contexto específico do diálogo, Filebo considera o prazer (*hedonè*) como o bem por excelência (*agathón*), tese também assumida pelo deuteragonista Protarco quanto à busca pela definição da vida feliz (*bíos eudáimon*), proposta inicialmente por Sócrates. Em contraposição, a tese socrática postulada declara ser a sabedoria (*phronésis*) o bem maior para uma vida autêntica. Ao retomar as noções clássicas de *péras* (limite) e *apeirón* (ilimitado), pela mistura desses termos antitéticos, o filósofo grego apresenta-nos uma ontologia que considera a mais adequada para a compreensão da estrutura da realidade. Ainda na mesma obra, tal compreensão é formulada tendo em vista também as noções platônicas relativas à Ideia do *Bem*, compreendida a partir da clássica e problemática relação *Uno-múltiplo*. *A priori* nosso intuito é destacar a interpretação, usualmente defendida, segundo a qual, o *Bem* pode ser compreendido na obra tendo-se em vista principalmente o método dialético-platônico, bem como os objetivos ético-políticos do filósofo. Por intermédio da supraessencialidade do *Bem* ressaltada no diálogo, atesta-se um terceiro termo ontológico que está para além do conhecimento e do prazer humanos. Posteriormente, daremos ênfase ao debate suscitado entre essa primeira posição e uma segunda: a da literatura esoterista platônica. De acordo com tal abordagem, pela retomada das teses ético-socráticas presentes num primeiro plano do diálogo, culmina-se, como verifica-se já ao final do diálogo (59d-67b), numa nova ontologia, da qual alguns vestígios já são perceptíveis. Tal interpretação afirma ser o fundamento da realidade circunscrito a dois princípios, correlatos ao limite e ao ilimitado, um formal e o outro material: o Uno e a Díade Indeterminada. Portanto, o empreendimento socrático no *Filebo* consiste já numa revisão da “Teoria das Formas” por parte de Platão, numa evolução de sua produção intelectual. Ademais, verifica-se uma henologia ou “Teoria dos Princípios”, que se estabelece em face da retomada à filosofia oral de Platão exposta pelos testemunhos do platonismo tardio, princípios os quais ainda são demonstrados preferencialmente sob uma economia textual presente na *écriture* dialógica.

Orientação

Dennys Garcia Xavier

Palavras-chave

**Filebo; Bem; Ontologia;
Uno; Díade**

Liberdade como o fundamento da legitimidade política no pensamento de Jean-Jacques Rousseau

Lili Pontinta Cá

UFSCar | Doutorado em Filosofia

Orientação

Marisa Lopes

Palavras-chave

**Rousseau; Legitimidade;
Vontade geral;
Soberania; Atividade
política**

O presente trabalho tem como objetivo estudar a legitimação das regras da coexistência humana a partir da soberania da vontade geral, desenvolvida por Rousseau em suas obras políticas, mormente em *Do Contrato social*. O filósofo pensa a possibilidade da vida em sociedade através do direito. Contudo, este não deve advir senão da atividade política exercida pelos cidadãos e ratificada pela vontade geral. Isto é, os pactuantes devem ter igual e livre participação no exercício público da soberania e, a partir disso, decidirão o que convém à sociedade. Essa decisão, porém, só é legítima se estiver fundada sobre o princípio de liberdade, porquanto esta é um dom natural irrenunciável. Renunciar a liberdade nada é senão renunciar à qualidade de homem, aos direitos e deveres humanos. Essa teoria política possibilita pensar leis e direitos legítimos e, por conseguinte, leis justas e injustas, dado que o justo, ou o injusto, seria fruto da deliberação e decisão dos cidadãos ancoradas no princípio de liberdade do homem.

Considerações sobre a noção de vida em Bergson

Lilian Pagani Amorim

UFSCar | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

A noção de "duração" (*durée*) bergsoniana tem um duplo sentido: um sentido ontológico - referindo-se à intuição de que a essência da realidade é o *devenir* - que é inseparável de um sentido teórico - que faz referência à ideia de que um conhecimento absoluto, ou o conhecimento do absoluto, é um *pensamento em duração*. Essa noção não constitui nem o centro nem o princípio, mas precisamente o *ponto de passagem* obrigatório para todos os problemas tratados por Bergson ao longo de sua obra. Por esse motivo, podemos dizer que é possível compreender "a verdadeira natureza da vida" partindo da duração, mas a vida não é "o todo" da duração. Como veremos nesta apresentação, a intuição da duração nasce de uma certa experiência de vida e devolve à "vida" o sentido abrangente que Bergson lhe atribui. Tomando como ponto norteador o primeiro e o segundo capítulo de *Evolução Criadora*, publicado em 1907, nosso principal objetivo é tentar estabelecer as fronteiras da essência da *teoria da vida* de Bergson em relação à sua *teoria do conhecimento* e sua *metafísica*. Nossa intenção não é organizar um sumário de todas as implicações de sua teoria da vida, mas oferecer, partindo desta temática determinada, algumas das chaves para a compreensão de sua obra em geral.

Orientação

Silene Torres Marques

Palavras-chave

**Duração; Metafísica;
Vida**

O pensamento dos limites em Albert Camus: a função do mediterrâneo na criação artística camusiana

Lorena de Paula Balbino

UFSCar | Doutorado em Filosofia

Orientação
Monica Loyola Stival

Palavras-chave
**Arte; Mediterrâneo;
Camus; Absurdo**

A tragédia reflete para Camus a condição da existência, na qual o homem tem de lidar cotidianamente com forças opostas. Cabe ao homem a tarefa de encontrar uma medida, um limite, em meio as forças como a da morte, da fugacidade das alegrias e paixões, da efemeridade da vida etc. A revolta do homem contra essa condição existencial deve respeitar um limite que ordena essas forças para que ele não sucumba diante do absurdo, enxergando a realidade como um fardo insuportavelmente pesado, e nem caia em uma revolta inconsciente que deseja o absoluto. O pensamento dos limites de Camus toma como referência o pensamento mediterrâneo/pensamento solar dos gregos, a fim de que o recurso aos antigos sirva de inspiração ao necessário equilíbrio no devir, o apego à terra e o olhar incessante no presente. O tema camusiano das “núpcias com o mundo”, presente tanto em seu trabalho de juventude como no de maturidade, relembra ao homem que a felicidade só é possível justamente no âmbito da condição humana, da relação com a terra, o sol, ou seja, no sentido pleno da *phýsis*. As lições que Camus toma da relação entre o homem e a natureza são frutos de sua experiência de juventude na Argélia. A infância argelina de Camus esculpiu fortes impressões que contribuíram para formar suas críticas à tradição do pensamento político de sua época. Desse modo, a escrita “solar” permitirá ao homem religar-se ao mundo pela criação artística.

O “Elogio de Elena” entre o *Lógos* e o não-Ser

Luca dos Santos Simoni

UFSCar | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

O objetivo desse trabalho é expor como, a partir da articulação entre dois pequenos tratados de Górgias, o “Elogio de Elena” e o “Tratado do não-Ser”, transparece certa noção central e, contudo, plurívoca de *Lógos* cuja significação, dependendo do momento argumentativo, pode oscilar entre “discurso/linguagem” e “palavra”. A partir das três teses enunciadas no “Tratado do não-Ser”, se buscará mostrar como a noção gorgiana de *Lógos* permite construir certa imagem de linguagem que, tendo como base um padrão relativista, nega a possibilidade do discurso dizer o ser: seu domínio, deste modo, não seria o do conhecimento de verdades, mas o das relações humanas privilegiando sua ação sobre a subjetividade do auditório, produzindo uma crença através da persuasão e colocando-se, por conseguinte, como independente do objeto. Ora, os parágrafos centrais do “Elogio de Elena” se inserem justamente nesse panorama especulativo ao apresentar o *Lógos* como instrumento de persuasão e de ilusão, capaz de encantar quem o escuta, de suscitar nos ouvintes as mais terríveis, belas e aterradoras visões; todo esse poder seria fruto da instabilidade à qual o homem está condenado, a instabilidade da *dóxa* e das flutuações do devir e ao fato deste, o homem, não dispor de qualquer instância intelectual capaz de fixar a fugacidade do fluxo do vir- a- ser. Contudo, é exatamente por isso, pelo fato do *Lógos* estar completamente destacado do Ser e por não ser um instrumento eficaz para captar, fixar e comunicar o aspecto imutável das coisas, admitindo que um tal aspecto possa existir, que é possível que este exerça seu poder sobre o homem: por não ter que se preocupar com o Ser, a linguagem pode *enfeitiçar* o homem e persuadi-lo pela ilusão que é capaz de criar. A palavra, assim, quando bem usada, ao ser proferida, exercita todo seu poder sobre o aparato emotivo de quem a escuta, sendo capaz, por isso, de construir mundos *no* mundo quando o orador capta o momento oportuno (*kairós*) para lançar mão de seus artifícios retóricos.

Orientação

Eliane Christina de Souza

Palavras-chave

**Górgias; Kairós; Lógos;
Não-Ser**

Considerações acerca da questão de natureza na filosofia de Marx

Lucas Carvalho Peto

UNESP | Mestrando em Psicologia | Bolsista FAPESP

Orientação

Danilo Saretta Verissimo

Palavras-chave

**Karl Marx (1818 - 1883);
Filosofia da natureza;
Filosofia**

Marx afirma que o ser humano só produz em contato com a natureza. Não há ser humano que não seja um ser natural. Com efeito, o ser humano [...] nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível [*sinnlich*]. Isso porque é no mundo exterior sensível, na natureza, que o processo de trabalho se efetiva. E o ser humano se efetiva no trabalho. Isso significa que o ser humano só se efetiva em relação com a natureza. Em uma relação com o mundo natural que é mediada pelo processo de trabalho. Fora dessa dimensão, fora do contato com a natureza, não há trabalho. O trabalho [*Arbeit*] é um processo [*ein Prozeß*] que se estabelece entre seres humanos [*Mensch*] e natureza [*Natur*]. Neste processo, os primeiros se confrontam com a última. Na concepção marxiana, a natureza não é compreendida como algo que é determinado à priori. Ela aparece como uma potência, uma potência natural [*Naturmacht*] que se atualiza quando o ser humano, por meio de sua ação, estabelece uma relação metabólica com o meio natural. É impossível separar o humano do natural em Marx. Não obstante, os seres humanos não podem ser confundidos com a natureza. E a natureza não pode ser entendida como uma dimensão totalmente moldada pelos seres humanos. Nessa relação há um processo de humanização da natureza e, ao mesmo tempo, um processo de naturalização do ser humano. Essa relação implica uma dialética. Dialética na medida em que concebe que seres humanos e natureza formam uma unidade. Uma unidade relacional. Uma unidade que não apaga as especificidades das partes que a constituem. E é essa dialética da transformação constante de si mesmo mediante a transformação do mundo, e seu vetor contrário, que fundamenta a produção do ser humano enquanto tal. Por isso, Marx considera a natureza o corpo inorgânico [*unorganische Leib*] do ser humano.

Repetição da Diferença: O Eterno Retorno na filosofia de Gilles Deleuze

Luiz Eduardo Albert Silva

UFSCar | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Esta comunicação constitui-se de dois movimentos. Implicação e explicação. Comentar a interpretação de Gilles Deleuze do "eterno retorno" é implicar-se a constituição de uma filosofia própria a Deleuze e explicitá-la através de uma interpretação original de Nietzsche. O eterno retorno é o ápice do antiplatonismo de Deleuze e o momento culminante de sua reversão da ontologia. É o mesmo que difere, o mesmo produzido pela diferença. O ser unívoco que se diz no devir. Este movimento está fundado em uma torção operada no núcleo da filosofia dionisíaca: a distinção entre vontade de potência e força originalmente inexistente em Nietzsche. Retoma-se um tema comum a Deleuze em sua interpretação de outros filósofos; a conexão heterogênea entre elementos, um de natureza transcendental e outro de caráter empírico. A vontade de potência é um elemento plástico, transcendental e genético que se implica e se explica nas relações entre as forças. Elemento genético significa o princípio da qualidade que cada força adquire nessa relação. O que sugere Deleuze é que uma vontade interna complementa as forças e que este princípio não é empírico, mas transcendental. A vontade de potência corresponde na obra de Deleuze ao campo transcendental, mundo das intensidades puras, cuja atualização só pode ser pensada de maneira afirmativa através da seleção operada no eterno retorno. A partir destes conceitos pretende-se recusar a interpretação de que Deleuze retoma a ontologia a fim de reformá-la. Neste sentido, não há ontologia de Deleuze, mas uma "perversão" do discurso ontológico. A substituição do É pelo E, e do ser pelo devir. Crítica as filosofias do ser e do negativo, em prol de uma filosofia que se constitui de devires e acoplamentos transversais.

Orientação

**Débora Cristina Morato
Pinto**

Palavras-chave

**Filosofia contemporânea
francesa; Ontologia;
Eterno retorno;
Empirismo
transcendental**

Do Homo Faber ao Místico. O sentido abrangente da biologia em Bergson

Marcelo Marcos Barbosa Vieira

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação
**Franklin Leopoldo e
Silva**

Palavras-chave
**Bergson; Vida;
Sociedade; Pressão;
Aspiração**

Ao concluir o primeiro capítulo d'*As duas fontes da moral e da religião* Bergson nos apresenta com precisão as duas forças que seriam constituintes da realidade social. Definidas como tendências complementares da própria vida, *pressão* e *aspiração* vêm mostrar dois sentidos da sociedade humana, a qual no registro d'*A Evolução Criadora* parecia caminhar em uma única direção. Quando aprofundamos as origens das relações sociais, a inteligência — antes definidora da abertura pela qual a vida continua evoluindo — não é mais suficiente para liberar o homem dos círculos instintivos que caracterizam as demais espécies. Ainda que a necessidade de fabricar instrumentos artificiais para sobreviver tenha permitido à consciência se descolocar das necessidades materiais, gerando assim indivíduos livres, há nas sociedades humanas a busca de contornar um desequilíbrio vital provocado pela própria inteligência, uma tendência à conservação que as coloca no sentido do fechamento, ou seja, de uma parada do impulso vital. Tal investigação irá retomar as relações entre linguagem (eu social) e o eu profundo (eu individual), descritos desde o *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, para esclarecer a gênese da consciência pessoal no meio social, ao mesmo tempo que procura indicar o poder de transformação que uma consciência em particular pode exercer sobre a própria sociedade, e cujo exemplo paradigmático será a figura do místico.

Plotino contra os gnósticos

Marcelo Masson Maroldi

USP | Doutorando em Filosofia | Bolsista FAPESP

Na famosa biografia que fez de seu mestre Plotino, o filósofo Porfírio menciona que Plotino e sua escola conheceram e discutiram algumas obras gnósticas, entre elas dois textos denominados *Zostriano* e *Alógeno*, que não chegaram a ser preservados. Contudo, fragmentos com estes mesmos nomes fazem parte das descobertas arqueológicas da biblioteca copta de Nag Hammadi, no Egito, em 1945. Estes dois textos, juntamente com outros encontrados na mesma biblioteca, descrevem o quadro conceitual geral do chamado "gnosticismo setiano", e que pode, agora, ser reconstruído a partir de seus próprios documentos. O principal objetivo de nossa comunicação é investigar as críticas de Plotino ao gnosticismo, como encontradas em seu tratado das *Eneádas* chamado *Contra os gnósticos*, comparando-as com os textos que foram encontrados há poucas décadas no Egito. De um modo geral, Plotino critica os gnósticos por sua má interpretação de Platão e um completo desrespeito ao divino e a prática virtuosa, bem como por uma concepção equivocada de universo, do mal e da matéria. Em nossa análise, contudo, damos amplo destaque a dois outros elementos fundamentais do pensamento gnóstico que também são atacados por Plotino, a crítica ao mito de Sophia e a ideia de criação do cosmo pelo demiurgo tal como entendido pelos gnósticos.

Orientação

**João Vergílio Gallerani
Cuter**

Palavras-chave

**Plotino; Gnosticismo;
Zostriano; Alógenes**

Orientação

Djalma Medeiros

Palavras-chave

**Leibniz; metafísica;
ocultismo renascentista;
cabala**

O artigo pretende trazer as teses da Professora Allison P. Coudert, da Universidade da Califórnia, acerca da metafísica de Leibniz – que teria recebido enorme influência da cabala judaica, em especial, da cabala luriânica, pela via de Francis Mercury van Helmont, Anne Conway e Christian Knorr von Rosenroth. Foi utilizado como base essencial o texto da mencionada comentadora, intitulado *LEIBNIZ AND THE KABBALAH* - resumo de uma obra sua que leva o mesmo título - e que foi publicado pela Kluwer Academic Publishers, na obra, *LEIBNIZ, MYSTICISM AND RELIGION*, sem tradução ainda no Brasil.

Uma "física da alma".

Sobre os desenvolvimentos da psicologia empírica wolffiana

Mario Spezzapria

USP Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne | Doutorando em Filosofia na | Bolsista FAPESP

Christian Wolff (1679-1754) foi o primeiro filósofo que separou a doutrina da alma em duas partes: a "psychologia empirica" e a "psychologia rationalis". Ele deu uma certa ênfase sobretudo à primeira parte, mais nova e original, que tratava daquele conhecimentos das faculdades da alma, derivantes da observação dos dados da experiência, ao passo de que a segunda parte tratava das reflexões (derivantes de uma longa tradição metafísica) sobre a essência e a imortalidade da alma. Em certa medida, a psicologia empírica propugnava de proceder segundo um método análogo aquilo da física newtoniana e da astronomia kepleriana, baseado num círculo virtuoso entre fatos observados e reflexões teóricas. A importância desta concepção de "experiência" estaria à origem do rápido abandono, nas traduções alemãs e franceses (a "psychologia empirica" foi originariamente publicada em latim), do adjetivo "empírico" – embora ele existisse em francês e alemão – para *Erfahrungspsychologie*, *Experimental-Seelenlehre* e *Psychologie expérimentale*. Astronomia e física newtoniana fascinavam pela capacidade heurística de produzir *novo* conhecimento. Agora, tratava-se de deslocar este método da natureza física para o conhecimento do homem. Assim, na segunda metade do século dezoito, assiste-se na Alemanha aos desenvolvimentos de uma "física da alma" (*Physik der Seele*), como foi definida por Sulzer e Herder. Autores como Johann Krüger, Karl Moritz, Ernst Platner, Marcus Hertz trabalham em projetos de aprofundamento desta pesquisa sobre os "fatos" da alma, dando a estas reflexões psicológicas a consistência de uma antropologia.

Orientação

Márcio Suzuki e Danièle Cohn

Palavras-chave

Psicologia empírica; Experiência; Física da alma; Antropologia

As adversidades na teoria ética cartesiana

Marvin Sebastián Estrada López

UFU | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

**Alexandre Guimarães
Tadeu de Soares**

Palavras-chave

**Felicidade; Fortuna;
Desejo; Infortúnios;
Virtude**

Descartes afirma que uma pessoa virtuosa pode superar as adversidades da vida sem comprometer sua felicidade e que também pode tirar partido delas. Isto se pode conseguir levando três coisas em conta: 1. Limitar o desejo só a aquelas coisas que dependam por completo de nosso poder. 2. Se acostumar a olhar todas as coisas desfavoráveis que acontecem tentando sempre de encontrar nelas algo bom. 3. Reconhecer que a Fortuna não existe: isto é, que nada do que está fora de nosso poder acontece pelo capricho dessa força caótica senão que tudo acontece de acordo à perfeita vontade de Deus. Para lograr isto último, também será importante reconhecer que Deus não tem feito todas as coisas do mundo “para nosso benefício, no sentido em que elas não tem algum outro uso” (AT VIII-A 81). Segundo Descartes, se uma pessoa segue essas três recomendações poderá evitar desejar que os acontecimentos ocorram de um jeito diferente e conseguirá encontrar algo favorável nas desgraças. Vou explicar os meios que Descartes oferece para que uma pessoa possa evitar os efeitos negativos dos infortúnios: aprender a aceitar todas as adversidades que acontecem, reconhecer que elas não podiam ocorrer de um jeito diferente e se acostumar a olhar os infortúnios desde um ponto de vista favorável que permita encontrar as coisas boas que eles trazem.

Linguagem e morte: a influência de Heidegger em Blanchot

Mayara Joice Dionizio

UEL | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Esta apresentação tem por fim demonstrar as reverberações da leitura de Heidegger feita por Blanchot sobre literatura, linguagem e morte. Toda arte levanta a suposição de uma força fundamental do fazer artístico, que move seu acontecimento e se recusa a aparecer. Sua ilegitimidade como coisa real, ou existência bruta, constitui sua preservação e se, é ela algo impalpável, nulo ou mesmo ilegítimo, temos então nela um espaço isolado de força irreal, como fazedora de si que não tem o poder de revelar seu centro ou comprovar essa irrealidade, mas sim ao ponto que a colocam como nada, ela se torna tudo. Blanchot constata que a reposta em busca da verdade do que a literatura, nesse sentido, leva a um caminho: a depreciação. Quando a representação tenta delimitar a coisa imediatamente a afasta, a destrói. Pela leitura blanchoteana buscarei delimitar a influência do termo heideggeriano *'aletheia'*, tendo na linguagem o dispositivo de desvelamento ou velamento de algo. A morte do ser ocorre na linguagem quando nomeamos algo, uma vez que matamos todas possibilidades de outras existências. Afirmar que o sentido deste ser é o tempo, é o espaço onde tudo surge e desaparece e que o ser humano é quem tem consciência para observar essa passagem, inclusive isso o faz consciente de sua morte, do caminhar para o nada, traz o futuro e a morte para o presente, e implica em uma leitura de temporalidade da palavra e da morte que há nela. Nessa reflexão sobre se chegar à verdade como o segredo da literatura e a morte do ser representado na palavra que morre, a ambiguidade e enigma na obra do escritor, nos leva à relação de impossibilidade de expressão da coisa, como se a verdade fosse (é) algo que se insinua, que tem passagem pelo texto, que o texto a rodeia, é uma incitação de possibilidade à impossibilidade, e que se possível fosse exprimi-la, tocá-la, discorrê-la, ela se destruiria. É essa ambivalência que aparece no literato.

Orientação

**Marcos Alexandre
Gomes Nalli**

Co-orientação

Gabriel Víctor Pinezi

Palavras-chave

**Linguagem; Morte;
Literatura; Obra**

Autoerotismo e narcisismo: aspectos da teoria freudiana da sexualidade

Muniquê Gaio Filla

UFSCar | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação
Ana Carolina Soliva Soria

Palavras-chave
**Autoerotismo;
Narcisismo; Sexualidade;
Freud**

No segundo dos *Três ensaios da teoria sexual* (1905), Freud introduz o tema da sexualidade infantil e a qualifica segundo os conhecidos adjetivos "perversa" e "polimorfa". A sexualidade da criança, conforme o autor, é marcada pelo autoerotismo - por não conhecer outro objeto sexual que não o próprio corpo, por seu alvo sexual ser dominado por uma zona erógena e por ela ser constituída por pulsões parciais, singulares, que aspiram ao ganho de prazer cada uma por sua conta. No terceiro ensaio, Freud busca traçar a passagem dessa sexualidade infantil para a sexualidade adulta - do polimorfismo ao primado da genitalidade e do autoerotismo para a objetividade. Ao enfatizar o conceito de autoerotismo, é notável que seu delineamento vem a se completar com a introdução do narcisismo na teoria freudiana, mencionado pela primeira vez na edição de 1910 dos *Três ensaios...* Em textos como o caso Schreber (1911), *Totem e tabu* (1912) e *Introdução ao narcisismo* (1914), Freud define o desenvolvimento da libido a partir do autoerotismo e sua característica parcialidade das pulsões, intermediado pelo estágio narcisista em que as pulsões se reúnem em uma unidade e tomam o eu como objeto de amor, para enfim suceder-se a escolha de objeto. Por outro lado, em escritos mais tardios, sobretudo nas *Conferências de introdução à psicanálise* (1916-1917), a distinção entre autoerotismo e narcisismo parece obscurecer-se e ambos parecem se confundir na trajetória do desenvolvimento libidinal. Com o advento da segunda tópica, em obras como *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) e *O eu e o isso* (1923), Freud passa a considerar o narcisismo primário como estágio primitivo, anterior à formação do próprio eu, sendo o narcisismo do eu tido como secundário. O presente trabalho buscará tratar de algumas questões suscitadas em relação a esse tema: como se daria a passagem da sexualidade infantil autoerótica para a sexualidade adulta objetual e qual poderia ser o papel do narcisismo nessa transição; as consequências da obscuridade da distinção entre autoerotismo e narcisismo e a posterior concepção do narcisismo primário como anterior à formação do eu; a pertinência ou não de se falar de um estado anobjetal na teoria freudiana da sexualidade e do consequente caminho a partir desse estado até o reconhecimento do objeto.

O ensaio como escrita filosófica em Michel de Montaigne

Natanailtom de Santana Morador

UFSCar | Mestrando em História, Filosofia e Sociologia da Educação

Michel de Montaigne, apoiando-se numa formação humanista e na valorização dos grandes pensadores helenísticos, inaugura na França, na segunda metade do século XVI, uma nova forma de escrita: o ensaio como gênero literário. Marcados pela presença constante do seu autor, ou – como o próprio filósofo chama – numa tentativa de pintar a si mesmo, os ensaios de Montaigne versam sobre temas variados sem a intenção de esgotá-los, com uma escrita descontínua que pode, por vezes, ser entendida como desordenada e paradoxal. No entanto, muito além de um gênero da literatura e de uma escrita fragmentada, a forma ensaística possibilitou a Montaigne tratar de assuntos que, até então, se restringiam ao campo do privado e, portanto, alguns estudos montaignianos apontam um princípio de subjetiva, tal como concebemos este conceito na contemporaneidade, indicando uma forte relação entre forma, conteúdo e autor. Neste sentido, o presente trabalho busca compreender a natureza desta escrita ensaística e as suas implicações para o terreno da filosofia. Ao mesmo tempo, pretende, partindo do pressuposto de que é por meio desta escrita mais intimista e pessoal que Montaigne emite seus juízos e opiniões sobre grandes temas das escolas helenísticas – como felicidade, morte, amizade, educação, política –, investigar em que medida poderíamos tomar os textos deste filósofo como uma escrita filosófica, já que autor e obra são consubstanciais e parecem querer ultrapassar o mero âmbito da literatura e da particularidade numa tentativa de entender a condição humana, a partir do que poderíamos chamar de uma filosofia da transitoriedade.

Orientação

Adriana Mattar Maamari

Palavras-chave

**Michel de Montaigne;
Ensaio; Filosofia**

Nietzsche: a inversão do platonismo e afirmação do devir

Newton Pereira Amusquivar Junior

UNICAMP | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Oswaldo Giacoia Junior

Palavras-chave

**Nietzsche; Platão;
Heráclito; Devir**

O presente trabalho pretende investigar como a filosofia de Nietzsche está inserida em uma inversão do platonismo (anunciada em um fragmento póstumo de 1870/1871: 7[156]) que ao mesmo tempo realiza um retorno à filosofia de Heráclito na qual afirma que tudo está em perpétuo fluxo. Platão considera que o perpétuo fluxo do devir ocorre em relação ao sensível, porém é possível haver uma realidade inteligível e imutável que estabelece uma verdade fundamental para o conhecimento e a moral. Para Nietzsche, a filosofia platônica vai inverter os valores dos gregos arcaicos sendo, portanto, um anti-grego entre os helenos. Sendo assim, quando Nietzsche considera que a sua filosofia é uma inversão do platonismo, então ele retoma como princípio filosófico o pensamento de Heráclito, principalmente de que tudo está em constante devir e fluxo, logo o devir é a verdade, já o idêntico e imutável é a fonte de erros e ilusões. Utilizarei como fonte para essa investigação os textos da primeira fase intelectual de Nietzsche como as preleções Introdução ao estudo dos diálogos de Platão e Os filósofos pré-platônicos, e os livros *O nascimento da tragédia* e *A filosofia na era trágica dos gregos*, mas também considerarei algumas passagens das suas obras de outras fases.

Razão, finitude e positividade: notas sobre o conceito de comunidade ética e suas implicações para a moral kantiana

Nicole Martinazzo

UFPR | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Nossa exposição versa sobre o conceito de “comunidade ética” como Kant estabelece em *A Religião nos Limites da Simples Razão* (1793). Como passo anterior, faz-se necessário frisar o caráter racional segundo o qual nosso autor concebe a própria religião: ela não é um modo de se relacionar com o divino, mas de conceber o dever. Assim, o conceito de comunidade ética surge em um contexto específico, no qual Kant procura entender a gênese e as motivações da corrupção moral do homem e estabelecer as formas pelas quais seria possível então se reestabelecer moralmente. Buscaremos expor a necessidade e a evolução de tal conceito para entender a novidade que ele coloca. Nossa hipótese é a de que o texto da *Religião* procura aproximar moral e antropologia. Para além da análise do funcionamento de uma moral pura (válida para todo o ser racional em geral), ele busca inscrever a moral na História e nas relações do homem enquanto ser racional finito. A consequência imediata dessa análise é certa interdependência entre os homens no que diz respeito ao comportamento moral: é necessária a passagem do assim-chamado “estado de natureza ético” (um estado de plena desconfiança entre os homens) para uma “comunidade ética” onde os homens encontram-se unidos sob as leis da virtude. O “coletivo” se mostra uma categoria importante para a realização da moral. Dessa forma, Kant aponta também para uma forma de organização social que é anterior às instituições jurídico-políticas e prescinde delas.

Orientação

Vinicius Berlendis de Figueiredo

Palavras-chave

Religião; Comunidade ética; Moral; História

Educação e Formação republicana em Maquiavel

Nidal Alessandro Lima Abdalla

UNIMEP | Mestre em Educação

Orientação

Lidia Maria Rodrigo

Palavras-chave

**Maquiavel; Educação;
Cidadania; Política; Ética**

O objetivo deste trabalho é analisar alguns dos recursos que Maquiavel empreende para superar os conflitos da Itália dividida. Ele investiga e elabora uma compreensão, realista, da política propondo o retorno aos princípios da República Romana, ou seja, fundado sobre a imitação dos bons costumes da Antiguidade, atualizar e reproduzir na Modernidade a formação republicana. Para tanto, ele abordará a vida ativa e a virtude cívica como elementos basilares de imitação da antiguidade para formar uma educação republicana. Mesmo não pensando a educação como um educador Maquiavel elaborou, por meio das observações dos hábitos da vida social, as condições para um método próprio de formação psicológica e moral indispensável para o indivíduo tomar para si a responsabilidade de uma vida política num ambiente coletivo. No pensamento de Maquiavel, a educação torna possível modelar o procedimento do homem face aos estímulos sociais e da natureza de tal forma que possibilita imprimir uma nova orientação para o curso das coisas, bem como a conformação coletiva, ou seja, a obediência civil. Assim sendo, queremos explicitar que os recursos de força da educação maquiaveliano engendrados para sanar as lacunas deixadas pela natureza e combater as adversidades da vida separando a ética da política auxilia/garante a soberania do Estado, mas em contrapartida não considera a autonomia humana.

A filosofia de Kant na perspectiva da metafísica do belo de Schopenhauer

Nilton José Sávio

UFSCar | Mestrando em filosofia | Bolsista CNPq

O filósofo alemão Arthur Schopenhauer foi um grande admirador da filosofia de Immanuel Kant, ao mesmo tempo em que era seu crítico. Desse modo, no apêndice d' *O Mundo como vontade e representação*, intitulado "Crítica da filosofia kantiana", podemos ver a tensão entre a crítica e a admiração, em face da necessidade de realizá-la. No fundo, semelhante crítica é antes a tentativa de Schopenhauer justificar sua própria doutrina. A construção desta filosofia utiliza muitos dos conceitos e estruturas do pensamento kantiano, com a devida assimilação e reconfiguração. Para ilustrar, podemos considerar a problemática da coisa em si: é de amplo conhecimento a interdição, após todo o trabalho crítico, quanto ao conhecimento da coisa em si, limitando-nos aquilo que aparece, o fenômeno. Não obstante, em Schopenhauer vemos a identificação do conceito de Vontade com o da coisa em si, sem com isso retornar a uma posição pré-crítica, conforme defende Cacciola. Para que isso ocorra é feito extenso trabalho de análise, interpretação e reconfiguração, que vai desde a compreensão sobre as faculdades, até uma aproximação com a filosofia de Platão. Todo esse movimento caracteriza a originalidade do pensamento schopenhaueriano. A partir desse contexto, em nosso trabalho, buscaremos entender a tensão entre admiração e crítica, assim como a assimilação e reconfiguração conceitual/ sistêmica, na forma que ocorrem no âmbito da metafísica do belo, sobretudo, no terceiro livro d' *O Mundo como vontade e representação*. Consideraremos a relação entre a coisa em si de Kant e as Ideias de Platão, somada a particularidade da produção artística, expressa na obra do gênio.

Orientação

Ana Carolina Soliva Soria

Palavras-chave

**Schopenhauer; Kant;
Crítica; Metafísica do
Belo**

Democracia: regime justificado no sistema de Espinosa

Odimar Domingos Gonçalves

UNESP | Mestrando em filosofia

Orientação

Lúcio Lourenço Prado

Palavras-chave

**Autopreservação,
Democracia, Deus,
Política**

Espinosa propôs com seu racionalismo uma nova concepção à ação e localização de Deus na natureza. Em primeiro, Deus e natureza passam a ser a mesma coisa; em segundo, por conseqüência, admite que só haja uma única substância se compreendermos substância como o que pode ser concebido e existente por si mesmo, sem a necessidade de uma causa externa. Deus é a única causa incausada na natureza e porque está essencialmente em todo lugar é um Ser imanente, cuja relação com a criação se estabelece não mais de modo verticalizado. As implicações dessa nova abordagem são as que tornam o homem mais conhecedor de si e, por isso mesmo, do próprio Deus. Parecido com Hobbes, sugere que a razão possa fazer com que sempre nos tornemos causa adequada de nós mesmos. Porém, se Hobbes defendia a necessidade da instituição de uma força autônoma, exterior ao próprio homem para restringir suas ações em função do bem viver, restrições políticas e sociais, o objetivo da teoria Ética de Espinosa é que tal autonomia seja garimpada dentro do próprio homem. Se o homem tivesse plena ciência de como transformar suas relações com os afetos de maneira a sempre evitar a servidão, permanecer em sua situação natural sem a constituição de instâncias que o ajudasse a vencer a passividade seria o ideal, porém o homem nem sempre é causa adequada de si. Portanto, é a mesma lógica da autopreservação que fará com que as relações entre os homens formem mecanismos e instituições que assegurem sua vocação maior. Ou seja, ainda que, na prática, a vida feliz necessite para todos os homens do respaldo de suas instituições ou Estado, estes não possuem uma legitimidade no pensamento de Espinosa se não garantirem a autopreservação de cada um e perceberem todos como iguais e, por isso, numa manifestação política, com os mesmos direitos. Assim, percebendo a inserção dos conceitos metafísicos também na política, Espinosa defende um Estado que garanta a autonomia, que se organize através da participação de todos. A democracia seria esse modelo e seu fundamento estaria alicerçado na liberdade dos indivíduos.

O desenvolvimento da inteligência nas leituras de Henri Bergson e Jean Piaget

Patrícia Gonçalves

UFPR | Mestranda em Filosofia

Henri Bergson em *A evolução Criadora*, afirma que a inteligência está destinada a assegurar a inserção perfeita de nosso corpo no meio em que vivemos, a representar as relações entre coisas exteriores e a pensar a matéria. Segundo ele, a espécie humana poderia ser chamada de *homo faber*, ao invés de *homo sapiens*, por esta capacidade de fabricação, pois diferente de outros animais que já nascem dotados de todos os instrumentos necessários para bem viverem durante toda a sua vida, o ser humano traz consigo, o poder de fabricar, através da matéria inerte, utensílios que possam ajudá-lo a sobreviver no meio em que está inserido. Para Piaget, leitor de Bergson, o desenvolvimento da inteligência também é pensado em sua relação com os atos de adaptação dos organismos ao meio ambiente, sempre tendo em vista, a manutenção do equilíbrio. Sua função é estruturar o universo, da mesma forma que o organismo estrutura o meio ambiente, não havendo diferenças essenciais entre os seres vivos, mas somente tipos específicos de problemas, que implicam em níveis diversos de organizações. Neste sentido, analisaremos nesta pesquisa, como Piaget examina a obra de Bergson e aponta algumas fragilidades em seu conceito, sobretudo no que diz respeito à redução da inteligência ao trato com a matéria. Nosso objetivo será analisar estas concepções definidas como 'frágeis', por Piaget, tendo em vista a superação ou não destes conceitos, nas obras Piagetianas.

Orientação

Maria Adriana Cappello

Palavras-chave

**Bergson; Piaget;
Inteligência**

As paixões e a interdição do incesto na origem das línguas em Rousseau

Paulo Ferreira Junior

UFSCar | Doutorando em Filosofia

Orientação

**Luís Fernandes
Nascimento**

Palavras-chave

**Paixões; Incesto;
Línguas; Rousseau**

Jean-Jacques Rousseau apresenta uma alegoria da festa primitiva no *Ensaio sobre a origem das línguas*. Nesse texto, a festa ocorre de modo semelhante à narrativa da festa primitiva presente no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. No entanto, há entre essas duas exposições algumas diferenças; por semelhança, na exposição do *Ensaio* também é suposto um comércio sexual entre as primeiras famílias; pela diferença, não encontramos na alegoria do *Ensaio* uma árvore ou uma cabana, mas sim um poço; também não encontramos o mesmo tom pessimista na gênese do amor que prevalece no segundo *Discurso*. Com o amor, lemos no *Ensaio*, nascem as línguas populares e as nações; desse modo, a comunhão que imediatamente é negada pelo nascimento do *amor-próprio* no segundo *Discurso*, no *Ensaio*, consolida-se na formação das línguas populares e na identificação com os semelhantes. Além disso, Rousseau também mostra que a sexualidade e os sentimentos oriundos dela desempenham um papel importante no desenvolvimento de formas culturais de conservação. Rousseau se refere à lei de interdição do incesto; essa lei foi de grande importância tanto para uma abertura social mais ampla e um desenvolvimento mais geral das línguas, quanto para reforçar virtudes oriundas das primeiras convenções sociais como, por exemplo, a honestidade. O objetivo desse trabalho é apresentar a articulação entre as paixões e a interdição do incesto na origem das línguas na alegoria da festa no *Ensaio* de Rousseau.

A fenomenologia de Merleau-Ponty a partir de Husserl

Paulo Sérgio Calvet Ribeiro Filho

PUC/RJ | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

O início da abordagem fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty resultou nesta pesquisa, que tem por objetivo apresentar a origem do pensamento do filósofo neste âmbito. Tal ponto de partida foi encontrado diante dos pensamentos do filósofo Edmund Husserl, na obra *A filosofia como ciência de rigor* (1965), por este ter delineado as bases da fenomenologia, bem como o seu método, encarando-a como original neste sentido. Husserl aponta que uma das dificuldades nesse caminho seria o fato desta estar sempre sendo atrelada às convicções de quem a pratica. Merleau-Ponty argumenta em sua obra que a fenomenologia está longe de ser resolvida. Situa-a, então, numa dupla tarefa: empreender um estudo das essências e repor as essências na existência. Através de uma atitude de suspensão em relação ao natural, a filosofia procede, e quando esta se orienta pelo método fenomenológico, deve considerar que o mundo está sempre ali. Assim, a filosofia é, para Merleau-Ponty, o estudo das essências. O início da obra de Husserl, trata-se sobre a necessidade de empreender uma “crítica radical” a Filosofia encarada de uma maneira naturalista, isto é, uma crítica que deve se voltar as raízes ou as essências, justamente como comentou Merleau-Ponty no início do prefácio de sua obra. Aos poucos, percebemos essa crítica criar forma e compreendemos sua necessidade bem como sua urgência, a partir da análise de alguns pontos específicos para que sejam estabelecidos paralelos entre as obras dos dois filósofos. A obra *Filosofia como ciência de rigor* sinaliza para o que realmente compete a Husserl como orientação fenomenológica: uma análise dos problemas das origens. E é com uma crítica que o filósofo já se opõe ao naturalismo o qual é preciso libertar. Quanto à Merleau-Ponty, observamos que esta fenomenologia, enquanto método, sempre lidar com o estudo das essências. Temos assim, as bases da fenomenologia expostas: se trata, nos dois autores, de uma busca por um fundo original, e por mais que esta possa se estender por “objetos” vários, o núcleo comum de tal investigação será sempre esta empreitada.

Orientação

Luiz Camillo Osorio

Palavras-chave

**Fenomenologia;
Essência; Existência;
Naturalismo; Merleau-
Ponty**

Algumas observações sobre o racismo na filosofia de Kant

Pedro Augusto Pereira Gonçalves

UFPR | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Marco Antonio Valentim

Palavras-chave

**Kant; Raça; Racismo;
Descolonização**

Partindo da consideração de Fanon (1980) sobre o racismo, sobretudo no que tange à procura de suas repercussões, nosso estudo pretende investigar como ele opera nos escritos de Immanuel Kant, compreendido não como desvio ou preconceito de época, mas como parte fundamental de seu sistema filosófico, ou, ainda, como “sistema normativo” (Mills, 2005). Através da análise de alguns de seus textos canônicos - tais como, *À paz perpétua* (1795), *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784) e *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798) - bem como de outros não tão conhecidos - como *Determinação do conceito de raça humana* (1785) e *Sobre o uso de princípios teleológicos na filosofia* (1788) - é possível perceber, como aponta Robert Bernasconi (2003), o problema da coexistência entre o racismo e o universalismo moral. Assim, pretendemos analisar como Kant desenvolve sua teoria moral-política a partir das definições de raça. Nossa hipótese interpretativa considera que a universalidade moral só pode existir na medida em que opera a exclusão de outros seres humanos que resistem, em muitos casos, ativa e resolutamente, à inscrição numa comunidade cosmopolita. As condições universais de reconhecimento da humanidade de outrem só se afirmam e se validam, assim, na medida em que outrem preencha os requisitos do que seja a humanidade forjada por Kant e seguida por boa parte da tradição ocidental europeia moderna. Trata-se, portanto, de uma separação no interior da espécie humana que opera por meio do racismo. Entretanto, grande parcela de leitores de Kant, salvaguardando sua “verdadeira filosofia”, o isenta de sua escrita à pena racista, sobretudo quando toma por “preconceito de época” ou “anomalia” certas passagens que procuramos analisar. Pensamos que a evidência textual possa, pelo menos, ensejar a hipótese de uma conexão sistemática entre o racismo e a teoria moral e política kantiana. O objetivo exegético de nossa pesquisa é, portanto, desenvolver a referida hipótese de leitura, com vistas a entender como a construção filosófica de Kant opera a partir do conceito de raça e a consequente discriminação dos humanos em tipos raciais, hierarquicamente ordenados no sentido da ordem cosmopolita.

Ethica nostra e *ethica uestra*: a ética cristã face à ética pagã em Pedro Abelardo

Pedro Rodolfo Fernandes da Silva

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista FAPEAM

Pedro Abelardo (1079 – 1142), ao escrever a obra *Comentários às Epístolas de Paulo aos Romanos* (*Commentaria in Epistolam Pauli Ad Romanos*) por três vezes afirma que deixaria certo conteúdo para tratar na *Ethica nostra*. Com essa expressão, pode ser que estivesse apenas mencionando uma obra genérica na qual trataria de questões morais, mas pode ser também o prenúncio do título de sua futura obra. De qualquer modo, o qualificativo *nostra* mostra-se significativo, pois com ele Abelardo pretendia marcar a diferença entre a ética cristã e a ética pagã, sobretudo a estoica que recebera por meio de Cícero e Sêneca. Na obra *Collationes* ou *Dialogus inter philosophum, Iudaeum et Christianum*, as personagens Filósofo e Cristão, depois de indicar, de comum acordo, que a *ethica, id est moralis*, para o Filósofo, e a *diuinitas* para o Cristão, são o fim de todas as disciplinas, estabelecem a distinção entre a *ethica nostra* e a *ethica uestra*. Tal distinção apoia-se, entre outras coisas, no fato de que a primeira, a cristã, fundamenta-se na razão (*ratio*) e nos argumentos das autoridades (*locis auctoritatis*), e a segunda, exclusivamente na razão (*ratio*), ou seja, na lei natural (*lex naturalis*). Nesse sentido, tem-se que as duas éticas são filosóficas porque se apoiam na razão; porém, a cristã, aceita os argumentos das autoridades e a pagã não. Não obstante essa diferença, para as personagens Filósofo e Cristão, o essencial é que a ética indique o que é o sumo bem e por qual caminho se pode alcançá-lo.

Orientação

Carlos Eduardo de Oliveira

Palavras-chave

**Filosofia Medieval; Ética;
Pedro Abelardo;
Dialogus**

A crítica e a verdade em Vico e Voltaire

Priscila Aragão Zaninetti

UFSCar | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

**José Eduardo Marques
Baioni**

Palavras-chave

**Crítica; História;
Verdade; Vico; Voltaire**

Os relatos das origens das nações, em Vico e Voltaire, são manifestações da imaginação de uma racionalidade ainda nascente que, pela sua própria condição, compreende o mundo através da fábula e da fantasia. A possível convergência entre esses dois filósofos, no entanto, parece se dissolver quando seguimos os desdobramentos de tal afirmação: o caráter mítico da história dos primeiros homens, para o primeiro, não está apartada da verdade, como estará para o segundo, já que a uniformidade apresentada por aquelas manifestações em diferentes nações indicaria que elas são parte relevante de um processo histórico concebido como uma obra propriamente humana e, portanto, passível de ser conhecida. Em contrapartida, para Voltaire, o conceito de história, apesar de também estar circunscrito à história dos homens, deve estar desvinculado dos elementos fabulosos, pois eles seriam a conservação, no tempo presente, da irracionalidade de um passado com o qual se pretende romper. Porém, a distinção entre a concepção viquiana e a voltairiana do processo histórico talvez possa ser delineada através de um outro conceito que está presente em ambas – a crítica – que ocupada em identificar regularidades em um, parece se esforçar mais detidamente em combater a infâmia, no outro e esse será o objeto do presente trabalho.

Considerações sobre o papel da obra *Philosophie des Unbewussten* de Eduard Von Hartmann para a construção da visão nietzschiana de linguagem

Rafael Hyertquist Bordini

UFSCar | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

O pouco conhecido *Vom Ursprung der Sprache* [Da origem da linguagem] foi escrito por Nietzsche para servir de introdução ao curso de gramática latina ministrado por ele no inverno de 1869-1870 na universidade da Basel. Na ocasião da introdução, o jovem professor se deteve em realizar alguns apontamentos sobre a natureza da linguagem. Hoje sabemos que esse texto foi montado a partir de reproduções quase fiéis (colagens) de trechos de obras de dois autores: Theodor Benfey e Eduard Von Hartmann. Ambos eram contemporâneos ao jovem professor e se ocupavam da questão da linguagem. Entretanto, apesar de não ser tão debatido como ensaio *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral* e o *Curso de retórica*, esta pequena introdução é chave para a compreensão da linguagem de Nietzsche. O objeto da presente comunicação é sugerir como a análise de *Philosophie des Unbewussten* de Eduard Von Hartmann pode ser esclarecedora para compreender questões relativas à linguagem presentes no texto de 1869, tais como inconsciente, instinto e consciência nesta. Feito isso, o passo seguinte é mostrar que algumas das passagens célebres da seção 354 de *Gaia ciência* também são extraídas diretamente de Hartmann.

Orientação

**Thelma Silveira da Motta
Lessa da Fonseca**

Palavras-chave

**Linguagem;
Inconsciente; Instinto;
Consciência**

O inconsciente em Henri Bergson

Rafael Pellegrino

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Silene Torres Marques

Palavras-chave

**Consciência;
Inconsciente; Psicologia;
Memória**

O tema do inconsciente, especialmente na forma como é mais difundido e, portanto, conhecido, na sua concepção segundo a doutrina psicanalítica da Freud, pode aparecer, a partir desse ponto de vista, como incompatível com a filosofia de Henri Bergson e a magnitude que esta oferece ao tema da consciência. Magnitude que é, tanto em seu alcance metafísico quanto no seu sentido epistemológico, uma das mais notáveis características do bergsonismo e, por isso mesmo, um dos principais focos dos estudos sobre ele. No entanto, ao leitor que se pauta nessa perspectiva (que é, concordamos, de grande relevância no geral da obra bergsoniana) a respeito da filosofia de Bergson pode parecer um tanto inusitado que o conceito, ou mais precisamente, o tema do inconsciente apareça em *Matéria e Memória*, sua obra mais importante a respeito da consciência (subjéctiva) e justamente com especial relevo em seu terceiro capítulo, que trata de formular o que Bergson mesmo chama de *um esboço de psicologia*. A questão, neste ponto do capítulo, é responder a aparente desaparecimento das imagens na memória, ao que Bergson irá resolver a partir do teor pragmático a que o corpo e, mais precisamente, o sistema nervoso se atribui. Assim, as imagens do passado vêm à representação na lembrança em função da atenção que o sistema nervoso lhe lança; uma atenção que, pelos motivos fundamentais de sua necessidade de manter-se vivo, está em função da ação, dos interesses práticos do momento. Haveria então, neste sentido, um momento inconsciente da psique para Bergson. Deste modo, nosso trabalho tem por objetivo compreender melhor qual o sentido de um inconsciente no bergsonismo e como seu conceito poderia ser delineado.

A crítica à ciência nos “escritos menores” de Maurice Merleau-Ponty

Rafaela Ferreira Marques

UFSCar | Mestranda em filosofia | Bolsista CAPES

Além das duas obras mais importantes do que se chama “primeira fase” do pensamento merleau-pontiano – sendo elas *La structure du comportement* (1942) e a *Phénoménologie de la perception* (1945) – até o ano de 1949, tido como o último dessa primeira fase, o fenomenólogo lançou alguns outros livros. É verdade que contrariamente àqueles citados acima, essas “obras menores” não foram necessariamente pensadas pelo autor como livros fechados. Por exemplo, *Causeries*, de 1948, é uma série de mini-conferências proferidas na rádio nacional francesa, o que dá ao livro um caráter mais informal e acessível, sem, no entanto, que o rigor filosófico fique de lado. Nossa intenção neste trabalho é refletir sobre a crítica feita por Merleau-Ponty à ciência e também à tradição filosófica da qual ele mesmo é herdeiro, baseando-nos principalmente, mas não só, nas obras menores desse autor. No *Primat de la perception et ses conséquences philosophiques* (1946), o autor dialoga com toda uma filosofia clássica anterior a ele, tecendo-lhe críticas e demonstrando até onde esta o influenciara. Não podemos nos furtar, porém, de recorrer aos livros de 1942 e 1945, devido à riqueza com que o tema é tratado pelo autor. Acreditamos que muito do que é dito nesses dois livros está também presente nas outras obras de Merleau-Ponty, ainda que desenvolvidas diferentemente ou mesmo com menos espaço. Portanto, é nossa intenção trabalhar tanto com as duas grandes teses do autor, quanto com seus escritos intermediários, a fim de esclarecer os problemas encontrados por ele na perspectiva adotada pela ciência e pela filosofia clássicas. Perspectivas essas que contêm em si uma ambiguidade pois impediam e ao mesmo tempo abriam caminho para nova filosofia que ele intentou realizar: a fenomenologia.

Orientação

Luiz Damon S. Moutinho

Palavras-chave

**Ciência; Fenomenologia;
Merleau-Ponty**

Subjetividades e insurreições: Experiências inventivas de si, agonismo e (des)identidade

Ramon Taniguchi Piretti Brandão

UNIFESP | Mestre em Ciências Sociais

Orientação

**Ana Lúcia de Freitas
Teixeira**

Palavras-chave

**Foucault; Estética da
existência; Insurreição;
Subjetivação**

A presente proposta, marcada pelo pensamento de Michel Foucault, se consagra a problematizar as formas através das quais o indivíduo se reconhece como sujeito de suas próprias ações. Essas formas, como veremos, surgem tanto a partir de uma relação que o indivíduo trava consigo mesmo (relação ética) quanto do conjunto de acontecimentos históricos no âmbito do saber e do poder característicos de uma época. Veremos ainda que modelos cristalizados de pensamento sempre deixam brechas para o exercício da insurreição, lugar de experiências agônicas onde o indivíduo cria para si novas possibilidades de vida. Neste contexto, a problemática de uma estilística da existência, isto é, a problematização das formas de vida “pelas quais o homem se manifesta, se inventa, se esquece ou se nega na sua fatalidade de ser vivo e mortal” (FOUCAULT, 2001, p.1467), torna-se uma dimensão fundamental do que chamaremos de “ética foucaultiana”. Assim, buscaremos revelar que o processo de subjetivação do indivíduo, na tomada de uma posição ética, caminha em direção a uma estética da existência. Em outras palavras, buscaremos afirmar uma subjetividade para o indivíduo contemporâneo que se organize não a partir de um princípio de identidade, onde se pressupõe uma unidade, uma unicidade, mas a partir de um princípio de transformação, um modo de ação no qual o sujeito se concebe no devir, sendo, em si mesmo, o nó de múltiplas relações.

O papel da *analogia* na teoria da participação de Tomás de Aquino

Richard Lazarini

USP | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Uma das teses fundamentais da filosofia tomista é aquela que defende que a existência dos entes depende do ser superior. Tal dependência é chamada por Tomás – segundo a recepção que faz de alguns elementos da filosofia platônica – de *participação*. Para compreender a *participação* dos entes no ser, o homem, no estado de vida presente, precisa realizar, a partir dos dados recebidos dos entes concretos, uma série de processos racionais e intelectuais. Deste modo, a *participação* caracteriza-se pela *proporção* de vários entes num ser que seja uno, o qual, neste caso, é deus. Essa *proporção*, enquanto considerada pela razão humana, pode ser chamada, segundo a terminologia tomista, de *analogia*. A *analogia*, na medida em que considera a estrutura metafísica dos entes concretos, possibilita um conhecimento, ainda precário ao homem, da *participação* dos entes no ser. Antes de atingir certo conhecimento sobre a *participação* dos entes no ser, o homem, inicialmente, considera as *analogias* dentre os próprios entes para, consecutivamente, galgar *considerações analógicas* mais elevadas a respeito deles. Em sua *Suma de Teologia* (ST, I, q. 13, a. 5), Tomás diz que a *analogia* é um “modo médio de comunicação”, pois está entre a “pura equivocidade e a simples univocidade”. Isto é, na *analogia*, os nomes não são ditos num único sentido – como na *univocidade* – e nem numa grande diversidade de sentidos – como na *equivocidade*. Para o aquinata, a *consideração analógica* permite que os nomes sejam atribuídos a vários na medida em que se referem a um único. Diante disso, cabe, em nossa exposição, investigar não apenas a *analogia* enquanto modo médio de comunicação, mas também enquanto permite a percepção intelectual de que os entes *participam* no ser.

Orientação

Carlos Eduardo de Oliveira

Palavras-chave

Analogia; Equivocidade; Participação; Tomás de Aquino; Univocidade

O *élenkhos* socrático e a esfera pública dentro do diálogo *Laques* de Platão

Rineu Quinalia Filho

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

**Eliane Christina de
Souza**

Palavras-chave

**História da Filosofia
Antiga; Platão; *Élenkhos*;
Pedagogia**

Propor uma apresentação a respeito do *élenkhos* não é tarefa fácil. É um termo tradicionalmente indicado para indicar uma discussão que vai culminar numa refutação, pode também ser entendido como examinar (*exetazein*) ou, ainda mais genericamente, como censura ou crítica. O *élenkhos* possui inicialmente um caráter pessoal, um jogo de papéis entre alguém que pergunta e outrem que responde com diretrizes fixas. Dentro da dinâmica proposta pelo *élenkhos*, é essencial que o interlocutor que é examinado não só esteja convencido das suas próprias premissas, mas que as defenda como sendo suas verdades. A passagem do diálogo *Laques* presente em 187e6-188a2 talvez nos indicasse outras funções da prática investigativa de Sócrates. Minha pesquisa busca a partir dessa passagem mostrar que a prática investigativa socrática talvez pudesse ser compreendida como uma dinâmica denunciativa de estampo jurídico; agiria em âmbito contencioso visando promover uma denúncia pública do examinado a fim de promover uma mensagem pedagógica bem precisa. A intenção é sugerir que quando proposto dentro de uma esfera pública, o *élenkhos* poderia ser interpretado de um modo mais amplo uma vez que estaria expondo o “outro” (interlocutor) para os “outros” (público) presente na cena dramática.

Hermenêutica e estética: palavras que revelam, encantam e espantam

Roberta Castrioto Browne

USP | Mestranda em Filosofia

“Não é apenas o ‘é isso que tu és!’ que ela [a obra de arte] descobre em um espanto alegre e terrível – ela também nos diz: ‘Tu precisas mudar a tua vida’.”. É desta maneira, sedutora e enfaticamente, que H. G. Gadamer termina o seu texto *Estética e Hermenêutica*. Apresentado no 5º Congresso Internacional de Estética, em 1964, ter-se-á nele o ponto de partida e o fio condutor para os questionamentos aqui levantados. Partindo-se da premissa de que uma obra de arte sempre diz alguma coisa, como então surgem tantas possibilidades interpretativas da mesma? Atentando-se à dupla significabilidade do verbo descobrir, uma obra de arte é capaz de fazer ver, de fazer revelar coisas que antes estavam encobertas, não identificadas, escondidas. Com isso, cria-se então um problema, já que uma obra de arte não fala de maneira imediata, como é possível, então, compreender aquilo que está sendo por ela descoberto? Para que essa distância comece a ser percorrida, uma das primeiras coisas a se ter em mente é que cada obra possui um tempo que lhe é próprio, independente do tempo histórico, um tempo fora do tempo – um tempo este que comunica, que algo diz. É neste ponto que a discussão levantada pela hermenêutica vem à tona. Ela aqui se apresenta como uma espécie de mediadora, aquela capaz de olhar para aquilo que está sendo dito, compreender e transmitir essa compreensão, sem amarras, sem muitos reducionismos. Se num contato com uma obra de arte ouve-se só aquilo que se quer ouvir e/ou busca-se sinais de noções já preestabelecidas, essa abertura para o dito da obra não ocorre – um possível ouvir sem escutar. Dialogando com a ficção literária – palavras essas que tanto encantam e tanto revelam – caminhando para percorrer distâncias, buscar-se-á aqui esse “espanto alegre e terrível” trazido por Gadamer.

Orientação

Victor Knoll

Palavras-chave

**Hermenêutica; Estética;
Literatura; Experiência;
Encantamento**

Subjetividade em Sartre: uma filosofia do sujeito?

Roberta do Carmo

UFSCar | Mestranda em Filosofia

Orientação

**Luiz Damon Santos
Moutinho**

Palavras-chave

**Sartre; Subjetividade;
Marxismo; Sujeito;
História**

Sartre, em sua conferência *Marxismo e Subjetividade* (1961), nos apresenta como conclusão de sua fala uma afirmação clara do papel da subjetividade: o momento subjetivo é entendido enquanto maneira de ser no interior do objetivo, absolutamente indispensável ao desenvolvimento dialético da vida social e do processo histórico. Trata-se de destacar a subjetividade enquanto agente de repetição que é, a um só passo, também criação, não podendo ser o sujeito reduzido a um mero espectador de um processo predeterminado. Subjetividade que é entendida enquanto consciência existencial, pré-reflexiva, um ter-de-ser livre de determinações, anti-naturalista e avesso à ideia de ato e potência aristotélico. Diante das especificidades dessa consciência, é preciso que a própria filosofia do sujeito seja repensada: a ideia de um sujeito reflexivo dá lugar a um sujeito da práxis, não podendo tal filosofia ser, sob nenhuma hipótese, vinculada à tradicional forma de pensar a subjetividade enquanto conhecimento. Pretendemos com o presente trabalho apresentar de forma mais detida essa ideia sartriana de subjetividade, procurando demonstrar sua importância para o desenvolvimento do conhecimento marxista, assim como questionar o possível lugar do pensamento de Sartre dentro da concepção tradicional de filosofia do sujeito. Para tanto, tomaremos como base, além da conferência já referida, o texto de Sartre *Questão de Método* (1960).

Derrida e Agamben: Linguagem, escrita e gesto

Roseli Gonçalves da Silva

UFRJ | Doutoranda em Filosofia | Bolsista CAPES

O presente artigo tem como objetivo discutir a problemática trazida por Jacques Derrida acerca da questão da linguagem. Paíra sobre a linguagem uma certa inquietação que domina a cena filosófica, especialmente no século XX - momento em que eclode a chamada “virada lingüística” ou “linguistic turn”, - mas sobretudo, aponta para possíveis processos de transformação do problema da linguagem (tal como entendida pela tradição filosófica ocidental: escritura, fala, cibernética, informática, comunicação...), sobretudo, a partir dos anos de 1960, no qual há uma relevante proliferação de diferentes tipos de linguagem e de abordagens quanto a este tema. Há para Derrida uma inflação do signo linguagem e com isso, um transbordamento que culminará na emancipação da *escrita*, que então compreenderia a linguagem em todos os sentidos. Concomitante a isso, buscarei discutir a questão do “desaparecimento do gesto” - subsumido a todo esse movimento da linguagem - denunciado por Agamben em seu texto *Notas sobre o gesto*. Agamben em seu artigo de maneira bem esquemática, contudo concisa, discorre sobre um possível percurso que ele “rascunha” para o gesto, demarcando como início o final do século XIX, compreendendo o século e XX. Assim, fundamentarei meu artigo na hipótese de que uma possibilidade para essa percepção do *recrudescimento* do gesto - e me fio também nas palavras de Agamben: “desaparecimento” do gesto - pode ser/estar associado ao fato de a mesma se dar simultaneamente às transformações (causas e efeitos) decorrentes da chamada “virada lingüística” – que abalaram e ainda abalam o pensamento contemporâneo, tornando-se assim, importante objeto de investigação, bem como, alvo de discussões filosóficas e artísticas (dança, literatura, teatro, e sobretudo o cinema mudo) que, num movimento de fazer ecoar suas “vozes” como um apelo, um pedido de socorro, acabavam por, de certa forma *performatizar seus próprios gestos*.

Orientação

Rafael Haddock-Lobo

Palavras-chave

**Escrita; Gesto; Agamben;
Derrida; Linguagem**

Orientação

Evandro Luís Gomes

Palavras-chave

Lógica; Lógica Clássica;

Inferência;

Argumentação

O objetivo da discussão a seguir é buscar explicar como a noção denotada pelo termo 'raciocínio' é abordado dentro da lógica, ao possuir sua ocorrência dentro dos processos inferenciais que envolvem-na, a fim de evitar equívocos no papel desenvolvido por ela. A partir dessa elucidação propomos uma análise sobre a compreensão do termo 'raciocínio' dentro do proposto por John Corcoran em seu artigo intitulado *Conceptual Structure of Classical Logic*, em que, mantendo seu exame sobre o conteúdo da lógica clássica, inicia sua explanação sobre as ideias de corretude dentro deste sistema lógico, identificando diferenças na ocorrência da corretude em tipos diferentes de argumentos, os quais são propostos pelo autor como: os premissa-conclusão, que permeiam a formalidade da lógica clássica, e os demonstrativos, os quais ocorrem em contextos informais. Em sua proposta, o autor consegue indicar uma estrutura que marca o processo do raciocínio dentro desses diferentes argumentos, isto é, a forma (P, C) para os argumentos premissa-conclusão que possuem contexto formal e/ou dedutivo, e (P, R, c) para os argumentos demonstrativos, os quais ocorrem em contextos informais, mas possuem ainda vínculos com a lógica clássica. Dentro da discussão algumas noções do âmbito da lógica serão trabalhadas de forma diferente da proposta tradicional da mesma, principalmente ao que tange à ideia de estrutura formal.

Heterônimo de um Heterônimo ou Primeiro Fausto de Fernando Pessoa

Rubens José da Rocha

UFSCar | Doutorado em Filosofia | Bolsista CAPES

Uma característica fundamental na dinâmica de despersonalização nos heterônimos é o uso da ironia. Através dela, eles podem assumir simultaneamente os papéis de autor, ator, diretor e espectador, além de assumir e desenvolver uma atitude psicológica particular no drama subjetivo que eles protagonizam. À medida que as atitudes de Alberto Caeiro, Álvaro de Campos, Ricardo Reis e Fernando Pessoa se entrecruzam, no decorrer do processo criativo, o intercâmbio irônico entre as atitudes que cada um deles representa (a certeza sensível em Alberto Caeiro, a sensação autorreflexiva em Álvaro de Campos, a indiferença ao destino em Ricardo Reis e o otimismo místico no poeta ortônimo) acaba por configurar um plano de composição comum, no qual diferentes vozes se complementam e se rivalizam. Desse modo, apesar de figurar como personagem do poema dramático *Primeiro Fausto*, cuja autoria atribui-se a Fernando Pessoa ortônimo, Fausto aparece nesse plano de composição com sensações e pensamentos que ironizam a atitude dos poetas ortônimo e heterônimos, configurando atitude psicológica distinta aos demais. Minha proposta será desenvolver dois aspectos dessa relação: primeiro, mostrar como o procedimento de ironia e despersonalização contribui para a transfiguração do otimismo místico de Fernando Pessoa ortônimo no poema *Mensagem* para a atitude pessimista no *Primeiro Fausto*, e segundo, problematizar o estatuto arquetípico do personagem medieval no contexto da escrita ortônima e heterônima.

Orientação

Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Palavras-chave

Despersonalização; Cogito; Ironia; Heteronímia; Atitude psicológica

O estatuto da intersubjetividade transcendental nas Meditações cartesianas de Husserl

Scheila Cristiane Thomé

UNIFESP | Pós-doutoranda em Filosofia | Bolsista CAPES/PNPD

Supervisão

**Alexandre de Oliveira
Torres Carrasco**

Palavras-chave

**Intersubjetividade
transcendental;
Solipsismo; Redução
fenomenológica;
Emparelhamento
(*Paarung*)**

Embora o tema da intersubjetividade seja tematizado e ocupe um lugar relevante nas análises husserlianas anteriores a 1929 é em sua obra *Meditações cartesianas* que Husserl estabelece uma análise aprofundada e sistematizada do conceito de intersubjetividade transcendental. Tal análise permite revelar toda a centralidade deste conceito no interior da fenomenologia husserliana de modo que a *Quinta Meditação cartesiana* é dedicada na sua totalidade à explicitação da intersubjetividade transcendental. Esta explicitação é realizada a partir da objeção a um aparente problema que viria inviabilizar a realização do projeto fenomenológico husserliano entendido como uma fenomenologia transcendental. O problema que é levantado neste âmbito de questionamento refere-se ao “aparente solipsismo” no qual a fenomenologia husserliana recairia ao pretender solucionar os problemas transcendentais do mundo objetivo exclusivamente a partir da teoria da constituição fundada no *eu transcendental* reduzido fenomenologicamente. Procuraremos analisar neste trabalho em que consiste o suposto solipsismo existente no interior da fenomenologia husserliana e como Husserl procurou pensar tal questão a partir da formulação do conceito de intersubjetividade transcendental. Neste sentido será também tematizado o modo como Husserl procurou explicitar o estatuto da intersubjetividade transcendental a partir de uma explicitação do fenômeno da empatia (a experiência do outro) a partir dos conceitos de *corpo próprio (Leib)*, *apercepção analógica (analogische Apperzeption)* e *emparelhamento (Paarung)*.

Merleau-Ponty e a metafísica das coisas

Silvano Severino Dias

UFU | Mestre em Educação

Este estudo busca descrever como a metafísica se configura no pensamento de Merleau-Ponty. Para esse autor, filósofos e cientistas quando se utilizam de conceitos e argumentos lógicos para analisar e compreender as coisas que constituem o mundo criam redes categoriais, representações das coisas, que se originaram, não do contato com elas, mas da consciência ou mente de um espectador estrangeiro. Com isso, a realidade conceitual e lógica alcança a sua máxima potência com o conceito de coisa em si. Opondo-se a esse modo de descrever a realidade e as coisas que a constitui Merleau-Ponty aponta que a filosofia existencial pode definir toda vida como uma metafísica latente e toda metafísica como uma explicação da vida humana. Trata-se, não mais de distinguir uma natureza humana estável das situações existenciais nas quais a própria vida se encontra. Metodologicamente, procurou-se mostrar como a metafísica se encontra entrelaçada com o mundo da vida; não se reduzindo a conceitos universais, porque, epistemologicamente a fenomenologia de Merleau-Ponty situa-se no campo do pré-reflexivo, lugar da precedência ontológica do sentir. Portanto, nos ensaios *Le Roman et la Métaphysique* (1965) e *O metafísico no homem* (1965) a descrição fenomenológica de Merleau-Ponty situa a vida, o ser humano e as coisas no campo da ambiguidade. A vida não é constituída a partir de um único perfil, mas, ao mesmo tempo, de particularidades existenciais e semelhanças universais, determinações e liberdade, passividade e ação. Assim, o caráter fundamental da metafísica é esse paradoxo da consciência e da verdade, da troca e da comunicação.

Orientação

José Carlos Souza Araújo

Palavras-chave

**Metafísica; Vivência;
Sentir**

As máquinas de memória acerca da recente ditadura brasileira

Silvia Maria Brandão Queiroz

UNIFESP | Doutoranda em Filosofia

Orientação

**Edson Luís de Almeida
Teles**

Palavras-chave

**Ditadura; Democracia;
Memórias;
Subjetividades**

Considerando a pesquisa em curso, a proposta é refletirmos acerca do atual regime de produção de subjetividades pelo viés da filosofia política contemporânea e em complementaridade com as máquinas de memória acerca da recente ditadura brasileira. Trabalhamos com a hipótese de que estas máquinas, em conjunto com outros dispositivos, têm atuado como uma das engrenagens fabricantes de sujeições e de servidões. E dentre as ferramentas de captura temos a figura da vítima sofredora, que desde a ditadura não cessa de sentir dor. Como eixo estrutural de argumentação adotamos fundamentalmente o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, inserindo a obra destes autores na analítica das máquinas de memória produzidas pelo aparelho de estado brasileiro e na temporalidade característica dos tempos históricos. Na intersecção das leituras, buscamos pensar criticamente em que medida estas máquinas têm modelado o campo social por meio da formatação de afetos e de desejos, ao mesmo tempo em que são por eles produzidas. Enfim, parece-nos que as máquinas governamentais de memória acerca da recente ditadura brasileira têm atravessado regimes de produção de subjetividades como uma espécie de campo de batalha intensivo, existencial, experimental, de significados e fábrica articuladora de vivências, esquecimentos, presenças, ausências, lacunas em si constitutivas de memórias subjetivas, mas também presentes nas memórias objetivas ou históricas.

Horkheimer e os estudos sobre autoridade na década de 1930

Simone Bernardete Fernandes

USP | Mestranda em filosofia | Bolsista FAPESP

Tendo em vista a importância dos estudos sobre autoridade e do projeto da antropologia da época burguesa no âmbito do Instituto de pesquisa social, este trabalho pretende traçar um panorama do conceito de autoridade esboçado por Horkheimer nos anos 1930 e de suas implicações. Nesse período, com o objetivo de investigar o bloqueio dos potenciais de emancipação que se manifesta na forma de prevalência da autoridade, o autor esboça um conceito amplo de autoridade e investiga suas origens e reflexos em distintas instâncias. Assim, o conceito de autoridade que permeia os trabalhos “Autoridade e família” e “Egoísmo e movimento de libertação” (ambos de 1936) engloba a submissão cega e irracional mas também a disciplina necessária ao desenvolvimento da sociedade burguesa, como reforça Katia Genel. As origens desse fenômeno são investigadas na história da sociedade burguesa, por meio dos levantes populares que favoreceram o seu desenvolvimento, e na estrutura familiar. Em ambos os casos, também é propiciada a formação de uma estrutura de caráter autoritária ou sadomasoquista, que tende a aderir à autoridade e a apresentar traços agressivos. Além disso, considerando o vínculo entre a história da sociedade burguesa e a história da filosofia, o autor aponta para o retorno da autoridade na filosofia, visando especialmente as metafísicas irracionalistas. Traçando as especificidades desse conceito em cada um desses âmbitos, será possível compreender algumas bases do pensamento de Horkheimer no período.

Orientação

Luiz Sérgio Repa

Palavras-chave

**Teoria Crítica;
Autoridade; Família;
História; História da
filosofia.**

Heidegger e a nulidade existencial do *Dasein*

Taciane Alves da Silva

UFSCar | Doutorado em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Paulo Roberto Licht dos Santos

Palavras-chave

Ontologia; Analítica existencial; Nulidade; Morte; Angústia; Culpa

No § 58, de *Ser e tempo* (1927), Heidegger recorre à nulidade (*Nichtigkeit*) para designar a constituição ontológica mais originária da existência humana: “[O *Dasein* é] fundamento de um ser determinado por um não – ou seja, [é o] *fundamento de uma nulidade (...)*” (SZ, p. 283). É a partir desta nulidade, que se revela constitutiva da existência, que o filósofo alemão levanta o problema da origem ontológica da negatividade como tal. Devido a esta função estratégica do conceito de nulidade, o principal propósito de nosso texto é esclarecer o sentido que ele apresenta na analítica existencial de Heidegger. Para realizar esta tarefa, primeiramente nos dedicaremos a compreender como o projeto ontológico de Heidegger, em *Ser e tempo*, exige a realização de uma análise das estruturas ontológicas constitutivas da existência do *Dasein*, isto é, uma analítica existencial. Em seguida, contextualizaremos nesta analítica os conceitos de angústia, de morte, de consciência e de culpa, pois somente a partir de tais conceitos é que será possível compreender como Heidegger concebe a nulidade existencial do *Dasein*. Em linhas gerais, ele emprega o conceito de nulidade para demonstrar que a existência está marcada por um conjunto de limitações. Isto porque, como projeto lançado de ser-no-mundo, o *Dasein não* é o autor de seu próprio ser, *não* determina, *nem* constitui a totalidade de si mesmo, *nem* é o seu próprio fundamento. Além disso, Heidegger deixa claro que, para elucidar ontologicamente este elemento negativo da existência, é preciso identificar como a nulidade está presente em cada um dos três momentos da estrutura existencial, o cuidado (*Sorge*), do *Dasein* como um todo. São eles: facticidade, compreensão de ser (projeto) e decadência (*Verfallen*). Para esclarecer brevemente, a facticidade exprime a condição lançada do *Dasein* e a nulidade desta se refere principalmente ao fato de ele *não* chegar à existência em virtude de sua própria decisão, de *não ser* a causa de si mesmo. Com a compreensão de ser, que sempre se estrutura num projeto de possibilidades essencialmente negativo, também surge uma nulidade na existência do *Dasein*, porquanto a atividade de projetar sempre implica a exclusão de determinadas possibilidades.

O sujeito e sua relação com o trabalho abstrato: reflexões acerca da filosofia da *práxis* na obra do jovem Marx

Tatiana Peixoto dos Santos Alves Lima

UFABC | Mestranda em Filosofia

O materialismo cunhado por Marx, que considera a sociedade em seu contexto prático, na sua estrutura de relações criadas pelo homem, é a superação do materialismo que apreende a realidade na forma de objeto e também do idealismo que reconhece a atividade humana, mas de modo apenas abstrato. Na concepção de Marx a filosofia não pode se restringir a apenas um instrumento meramente teórico que somente sistematiza aquilo que conhecemos. Nem ao menos ser simplesmente crítica. Mas esta deve ter como princípio a transformação da realidade, que se apresenta inundada de contradições. Nos *manuscritos de Paris*, Marx utiliza a expressão “essência humana” para designar que o sujeito é resultado do trabalho e também das relações sociais. Contudo, ao analisar a categoria trabalho Marx só o encontra em um sentido negativo; o trabalho que ele observa na existência real do homem, só pode ser visto como trabalho estranhado. Em nossa comunicação temos por objetivo apresentar na obra do jovem Marx o sujeito enquanto ser da *práxis* e suas relações com o trabalho, para tanto abordaremos a questão do sujeito a partir das obras de juventude de Marx, considerando as influências de sua participação nos movimentos operários e suas leituras históricas que fundamentam sua obra teórica.

Orientação

Daniel Pansarelli

Palavras-chave

**Jovem Marx; *Práxis*;
Estranhamento**

Experiência e Intuição: Um diálogo entre a Fenomenologia e Bergson

Tayrone Barbosa Justino Alves

UFSCar | Mestre em Filosofia

Orientação

**Bento Prado de Almeida
Ferraz Neto**

Palavras-chave

**Experiência; Intuição;
Fenomenologia;
Bergsonismo**

O objetivo desta apresentação é fomentar um diálogo entre a corrente fenomenológica e Bergson acerca do tema “experiência”. Em nossa análise fenomenologia deve ser entendido majoritariamente, mas não exclusivamente, pela fenomenologia de Husserl. Tanto Husserl como Bergson encontram na experiência um tema central, e inclusive corroboram em certas concepções acerca desta. A percepção é, para ambos, problemática, isso se deve principalmente pela confusão que os filósofos da modernidade fizeram ao tratar deste tema. Tanto para Husserl quanto para Bergson, a modernidade empirista reduziu o objeto de experiência à mera soma de conteúdos sensíveis, como Berkeley por exemplo; já a modernidade idealista postula que o objeto é um ente cuja experiência possível está sempre subordinada ao mesmo, a exemplo de Descartes. Outro ponto de similaridade entre os dois é a estratégia tomada frente a esta tradição filosófica. A saída de ambos consiste no que Renauld Barbaras chamará de “plano de abstração”, este pode ser caracterizado como uma inversão da marcha natural da experiência, um movimento “antinatural”, como o chama Husserl, ou também “contra-natural”, como o chama Bergson. Contudo, cabe ressaltar que este “plano de abstração” extrai conseqüências completamente distintas acerca da própria natureza da experiência. Por um lado, temos em Husserl a “redução fenomenológica”, que barra o preconceito objetivista da modernidade, o sujeito transcendental passa a ser o pólo de descrição das aparições de forma que não há objeto que não seja sua própria aparição para uma consciência. Por outro lado, em Bergson temos a “intuição contra-natural”, que descreve a experiência pela estratégia do “campo de imagens”, levando a delimitação do conceito de percepção pura, a experiência é para Bergson um empobrecimento do objeto ele mesmo. Estas duas saídas são opostas entre si, a fenomenologia de Husserl reduz o ser da experiência à suas aparições, enquanto para Bergson a experiência é um empobrecimento do ser. Nossa proposta é estudar como estes dois métodos, a redução fenomenológica e a intuição bergsoniana, trabalham no tema da experiência de forma a elucidar as semelhanças e distinções destas duas filosofias.

As Cartas de 1795 e o interesse de Schelling pelo trágico

Thaís Bravin Carmello

UEM | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Nas *Cartas Filosóficas sobre o Dogmatismo e o Criticismo*, Schelling não apenas expõe as falhas dos que, em sua opinião, equivocadamente defendem os sistemas dogmático e criticista em suas formas mais extremas de anulação, respectivamente, do sujeito e do objeto, como também busca por uma terceira via que substitua os conflitantes sistemas. Para tanto, Schelling adentra o campo estético, afirmando que este é o único meio possível para que haja o perfeito equilíbrio entre o sujeito e sua liberdade com o objeto e sua necessidade. O filósofo, então, destaca a tragédia grega, em especial, o Édipo-Rei de Sófocles, como a obra de arte que mais bem equilibra a liberdade e a necessidade enquanto o homem (herói) sofre com todos os conflitos intrínsecos ao seu destino. O fundamento para o percurso a que Schelling opta não é revelado imediatamente ao leitor das Cartas, sendo nosso trabalho compilar a partir de outras obras do autor, como a *Filosofia da Arte*, e de outros autores como Kant e Schiller, para que compreendamos a importância da arte trágica na relação do sujeito com a natureza. Afinal, mais do que uma análise descritiva da tragédia, fica evidente o esforço de Schelling em teorizar o trágico a ponto que ele se torne elemento fundamental de seu sistema.

Orientação

Wagner Felix

Palavras-chave

**Fatalidade; Liberdade;
Romantismo**

Do texto e do leitor: uma reflexão sobre a função do texto no Idealismo Alemão

Thiago das Chagas Santos

UFSCar | Mestre em Filosofia

Orientação

Paulo R. Licht dos Santos

Palavras-chave

Leitura; Texto; Friedrich Schlegel

No último volume da revista Athenäum, publicado em 1800, num artigo intitulado *Sobre a incompreensibilidade* (Über die Unverständlichkeit) Friedrich Schlegel afirma que a época inaugurada após a publicação das *Críticas* de Kant trará uma nova esperança para a humanidade que, elevada, aprenderá a ler, sendo a função da Crítica, segundo o fragmento 86 da Lyceum, formar leitores. Partindo destes dois textos, procuraremos pensar a relação que Schlegel constrói entre Crítica, leitura e texto, não apenas como exercício de interpretação e crítica, mas como caminho necessário para a realização do projeto Crítico e do desdobramento conhecido como Idealismo Alemão. Para isso, lançaremos mão da polêmica travada entre Fichte e Schiller sobre o espírito e a letra na revista As Horas, onde a discussão sobre o estímulo da apresentação mostra o quanto o texto e a figura do leitor é essencial para o fazer filosófico. É a crítica ao posicionamento de Fichte, apresentado nesta querela, que leva Schlegel a postular uma função crucial do texto e do leitor no fazer filosófico, não apenas como aprendizado e estudo, mas como momento da invenção da filosofia e da realização do Idealismo Alemão.

A antropofagia entre ontologia e filosofia da cultura

Uriel Massalves de Souza do Nascimento

PUC-RIO | Mestrando em Filosofia | Bolsista CNPq

Um lugar comum a quase todas as recepções da antropofagia é situá-la no campo de um pensamento sobre a cultura brasileira situado e adstrito a um tempo histórico. Nesse sentido, caberia a Oswald o título de criador de uma espécie de pensamento sobre o Brasil que não apenas estaria restrito à realidade brasileira, como também seria uma espécie de reflexo do movimento da cultura brasileira. Em penas pouco generosas, como as de Roberto Schwartz, Oswald faria da precariedade uma virtude; em penas mais generosas, como as de Benedito Nunes, Oswald teria desvelado, de alguma forma, o movimento mesmo pelo qual o Brasil se constitua. Indo além de ambas as recepções, proponho uma leitura ontológica da antropofagia que tente refletir sobre as possibilidades de pensamento contidas nos textos de Oswald para além de sua filiação ao contexto histórico. Dito de outro modo, tratar-se-á aqui de pensar não tanto de que modo o contexto auxilia na compreensão da antropofagia ou a antropofagia auxilia na compreensão do contexto, mas sim de averiguar quais são as possibilidades de reflexão ontológica contidas na hipótese antropofágica, segundo a qual a vida não seria mais do que devoração pura. A inscrição absoluta no devir, a ênfase no “outrar-se”, bem como a manutenção da violência como *leitmotiv* do processo de contato com a alteridade são alguns dos caminhos que a antropofagia nos abre e que, ao que a revisão bibliográfica sugere, não foram ainda explorados. Assim sendo, caberia uma leitura atenta que tivesse por finalidade explicitar que, se um tal pensamento surge de um contexto de desenvolvimento material precário e se busca, de alguma forma compreendê-lo – caracterizando, com isso, uma filosofia da cultura – no entanto abre possibilidades de pensar o ser e a relação com a alteridade – ontologia – que só seriam propostas pela filosofia europeia a partir da segunda metade do século XX.

Orientação

Pedro Duarte de Andrade

Co-orientação

Luiz Roberto Monzani

Palavras-chave

**Filosofia da cultura;
ontologia; antropofagia;
filosofia brasileira**

O espírito e a carne: o campo fenomenal em Bergson e Merleau-Ponty

Vanessa de Oliveira Temporal

UFSCar/Université Jean Moulin - Lyon 3 | Doutorado em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

**Débora Cristina Morato
Pinto; Etienne Bimbenet**

Palavras-chave

**Bergson; Merleau-Ponty;
Campo fenomenal;
Imagem; Forma**

Esta apresentação propõe-se a interrogar o campo fenomenal tal como concebido por Henri Bergson e Maurice Merleau-Ponty. Definido, respectivamente, como *conjunto de imagens e universo de formas*, o campo fenomenal, tal como constituído por esses autores, pressupõe um corpo perceptivo que opera sob um ponto de vista (jamais integral) onde algo pode aparecer enquanto significação. Com isto, a partir dessa valorização da corporeidade como etapa do processo reflexivo, os conceitos de imagem e forma pretendem compor uma realidade intermediária entre coisa e representação, permitindo repensar radicalmente o sentido da relação entre consciência e matéria. Assim, construir um campo fenomenal implica a explicitação de um solo teórico amplamente explorado pela psicologia naturalista do século XIX e XX, o que equivale a dizer que, ao menos para uma boa compreensão do papel do campo fenomenal na filosofia de Bergson e Merleau-Ponty, deve-se ter em mente o aspecto crítico prévio que comporta o fecundo terreno de suas próprias teorias. Essa necessidade de reformular a base teórica naturalista da psicologia aprofunda-se em uma crítica ao pensamento objetivo (“segundo substância, sujeito-objeto, causalidade”), sob a forma do intelectualismo. Trata-se de evitar um tratamento a título de coisa tanto da subjetividade, quanto da própria matéria, na medida em que – sob o compromisso de realizar uma descrição fiel dos fenômenos –, pressupõe-se que esta última ultrapassa a apreensão realizada pelas categorias espontâneas da atitude natural. Portanto, o que nos interessa nos conceitos de imagem e de forma não se limita ao uso da palavra tomada ao pé da letra e em suas diversas ocorrências textuais, mas concentra-se, sobretudo, no estilo de argumentação que eles subentendem, compreendendo uma expectativa de debordamento lexical ao procurar recobrir uma experiência multiforme que autorize uma operação diferenciada com relação ao dualismo espírito-matéria resultante do pensamento objetivo e que oriente o curso geral das filosofias de Bergson e Merleau-Ponty em direção a uma filosofia da percepção, ou mais precisamente, da experiência perceptiva.

Natureza e Liberdade na Filosofia da História de Kant

Wagner Barbosa de Barros

UFSCar | Mestrando em Filosofia | Bolsista CNPq

De acordo com O. Höffe (2005), na filosofia da história kantiana “o paraíso significa felicidade sem liberdade”. Esta afirmação é possível quando se compreende que na história (*Geschichte*) da saída do gênero humano de sua animalidade e sua entrada em uma perspectiva racional é também a narrativa sobre o abandono de seu caráter instintivo, onde é guiado pela voz da natureza e a conquista de sua autonomia da vontade, que, para que seja livremente fundamentada, deve ser obtida pelos esforços do próprio homem. Esta passagem é narrada pelo filósofo alemão em seu ensaio *Começo conjectural da história humana* (1796), utilizando como pano de fundo a *Sagrada Escritura*, no qual demonstra que enquanto o homem permaneceu no ambiente benévolo do paraíso, era guiado instintivamente às suas necessidades tão logo quanto surgissem. Neste período o homem encontrava-se bem, pois sua existência era conformada com a complacência de sua disposição exterior e interior. Porém, quando a razão começou a instigá-lo por meio das associações dos dados provindos dos sentidos, pôde, por meio deste movimento, se conscientizar de sua potencialidade reflexiva e então, transformar sua perspectiva, reelaborando-a sob os preceitos racionais que poderia se auto-impor. Prova disso é a fundamentação da moral e do direito, bem como o nascimento de uma ordem política, as quais intentam regulamentar a liberdade dos homens frente aos conflitos sociais que permeiam suas convívências. O que se objetiva é expor a narrativa desta passagem (do animal ao racional), na medida em que evidenciamos as especificidades de cada estado, assim como os meios pelos quais ela ocorreu, para que se possa compreender as relações que os conceitos de Liberdade e Natureza mantêm na Filosofia da História de Kant.

Orientação

José Eduardo Marques Baioni

Palavras-chave

Kant; História; Liberdade; Natureza

Comunicação indireta e o uso de pseudônimos em Kierkegaard

Wagner de Barros

UFSCar | Doutorando em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação
Bento Prado de Almeida
Ferraz Neto

Palavras-chave
Kierkegaard;
Pseudônimo;
Linguagem; Existência;
Representação

É no texto *Pós Escrito* que Kierkegaard desenvolverá, pela primeira vez de forma mais detalhada, a ideia de comunicação indireta. Nesta obra, o pseudônimo kierkegaardiano Johannes Climacus distingue a comunicação direta, que se dirige para o objeto, e a comunicação indireta, focada no receptor. Para Climacus, enquanto a comunicação direta é uma comunicação de saber, a comunicação indireta tem como objeto a existência, ou seja, ela é existencial e pertence à esfera do ético e religioso. Observa-se, portanto, que a comunicação direta e indireta são opostas e excludentes. O problema da comunicação será retomado em textos posteriores ao *Pós Escrito*, como é o caso de *Ponto de vista explicativo da minha obra como escritor* e *Sobre minha obra como escritor*. Todavia, a explicação é diferente daquela exibida na obra *Pós escrito*. Em *Ponto de vista*, a comunicação indireta é descrita como um “enganar para a verdade”, uma tática que está a serviço de um objetivo mais amplo. Já em *Sobre minha obra como escritor*, o filósofo destaca que toda comunicação indireta pode ser “traduzida” na forma direta. Diante desta variedade de definições, muitos especialistas interpretam a comunicação indireta como uma comunicação sem sujeito. A comunicação indireta estaria assim intimamente relacionada com uso dos pseudônimos, uma vez que o autor seria fictício, uma subjetividade que não existe. Já a comunicação direta seria aquela na qual se ouve a própria voz de Kierkegaard, como em seus *Discursos edificantes*. Nota-se que esta leitura se harmoniza com a explicação dada pelo próprio Kierkegaard em *Ponto de vista explicativo da minha obra como escritor*, pois ali a comunicação indireta é vista como *tática*, uma ferramenta metodológica submetida à outra finalidade. Todavia, entender a comunicação indireta como uso de pseudônimos apresenta diversos problemas. O presente trabalho busca, portanto, revelar que a concepção da comunicação indireta enquanto sujeito fictício e o uso pseudonímicos é limitada, excluindo assim vários elementos importantes da filosofia de Kierkegaard, como a impossibilidade de representação da existência por meio da linguagem, defendida em *Pós Escrito*.

Stasis: O paradigma da Guerra Civil na Filosofia Política de Giorgio Agamben

William Costa

UFU | Mestrando em Filosofia | Bolsista CAPES

Esta pesquisa propõe-se a investigar a tese de Giorgio Agamben acerca da herança política ocidental da guerra civil (*stasis*) como um paradigma estabelecido em dois momentos histórico-filosóficos distintos: a partir da tradição grega, em especial aquela que versa sobre o *oikos* e a *pólis*, e das teorias políticas de Thomas Hobbes, principalmente aquelas que vislumbram na figura do Leviatã a garantia da soberania e da segurança do Estado. Com efeito, este estudo busca analisar a maneira pela qual o pensador italiano compreende a guerra civil a partir de um processo de transição do *oikos* para a *pólis*, revelando, ao mesmo tempo, a transição ocorrida entre a teologia política (resguardada pela soberania divina) para a teologia econômica (fundamentada nos dispositivos imanentes) e a teoria de que o espaço doméstico acaba se politizando, enquanto o espaço político torna-se um governo econômico responsável pela gerência da vida e pelas práticas de terrorismo global. A tentativa filosófica do pensador italiano consiste em apontar, possivelmente, para o que já fora expresso em sua obra *Lo Stato di Eccezioni* (2003) acerca da vida natural (*zōē*) e da vida inserida em um paradigma jurídico-político (*bíos*), que, aos poucos, pode ser confrontada com as necessidades do Estado e do soberano. A partir desta exposição, nosso texto se desenvolve em dois momentos importantes: primeiramente, a partir de uma incursão genealógica, buscaremos compreender a posição de Giorgio Agamben sobre o paradigma *stasis*, recorrendo principalmente às obras-base de Nicole Loraux, Aristóteles e Thomas Hobbes para fundamentar a herança política ocidental; no momento posterior, a partir de uma vertente explicativa, pretendemos compreender como o filósofo italiano entende o problema da guerra civil como um ato sacramentado pela linguagem do terrorismo e pela anomia dos poderes constituídos e constituintes. Dessa maneira, nosso estudo busca concluir se a hipótese levantada pelo pensador de Roma de que a Guerra Civil se deflagra como um ato de transição *oikos-pólis* e da correlação *auctoritas* e *potestas* é, de fato, pertinente à sua tese de que tal paradigma, reunido à noção foucaultiana de biopolítica, assume a figura do terrorismo.

Orientação

Georgia Amitrano

Palavras-chave

**Giorgio Agamben;
Stasis; Terrorismo; Oikos;
Pólis**

A Crítica de Nietzsche ao Dualismo Platônico: uma nova virtude filosófica

William Dubal da Silva

UFABC | Mestrando em Filosofia | Bolsista UFABC

Orientação
Luciana Zaterka

Palavras-chave
**Nietzsche; Platão;
Platonismo; Corpo; Alma**

O trecho intitulado *Dos Desprezadores do Corpo*, na obra *Assim Falou Zaratustra*, de Friedrich Nietzsche, apresenta elementos fundamentais para compreendermos a crítica que o filósofo alemão direciona ao dualismo corpo e alma, perpetuado por certa tradição filosófica. Embora sustentada por diversos filósofos, Nietzsche identifica no idealismo de platônico a gênese de uma filosofia dogmática que sofrerá diversos ataques ao longo da fase mais tardia de sua obra. Entre os diálogos platônicos, o *Fédon* é um dos que apresentam diversos elementos que caracterizam o dualismo entre corpo e alma, podendo então ser confrontado com o supracitado trecho de *Assim Falou Zaratustra*. Ao confrontar o dualismo platônico, Nietzsche não promove uma simples inversão, pois acaba negando a dicotomia e apresentando a alma aquela que é apenas uma palavra para algo no próprio corpo, que não se diferencia substancialmente dele. A questão que surge, a partir da subversão nietzschiana, se refere à virtude do filósofo. No diálogo *Fédon*, a concepção dualista de ser humano é fundamental para caracterizar a virtude filosófica, que deve ter o conhecimento como sua principal busca. Para Platão, apenas a alma pode alcançar o conhecimento, por meio do pensamento, na medida em que se afasta das necessidades e prazeres do corpo. Com a implosão do dualismo, o que resta ao filósofo? No que passa a consistir sua virtude? É na proposta de uma fidelidade à terra que Nietzsche irá propor sua perspectiva sobre tais questionamentos.

A unidade do ser e a infinitude dos mundos na filosofia de Giordano Bruno

Willian Ricardo dos Santos

UFMG | Doutorando em Filosofia | Bolsista FAPEMIG

Após as disputas com os aristotélicos da Universidade de Oxford Giordano Bruno (1548-1600) publica uma série de diálogos que comportam a primeira formulação sistemática da sua *filosofia nolana*. Bruno parte do diagnóstico de que a degradação de seu tempo é fruto da corrupção dos valores das antigas filosofias. Para o filósofo de Nola, as ascensões do pensamento aristotélico e do cristianismo teriam originado um período de trevas, no qual os sentidos acabaram por prevalecer à razão e as aparências se sobrepuseram às verdades. Em contrapartida, as demonstrações de Copérnico foram entendidas por Bruno como o prenúncio de que aquele ciclo obscuro da história estava na iminência de terminar. Seu heliocentrismo evidenciava os erros da cosmologia ptolomaica – que se baseava nos sentidos para defender a posição central da Terra em um universo fechado por esferas concêntricas. Mas, para Bruno, o rompimento com tal modelo só se realizaria por completo com a instauração da *filosofia nolana*, a qual oferece um copernicanismo extremado, elevado ao infinito. Em nosso trabalho analisamos o conceito que fundamenta esse projeto filosófico, a saber, o de substância. Nos *diálogos italianos* Bruno define substância como uma unidade absolutamente infinita e imóvel, que é causa e princípio de todo ser, e que só pode ser compreendida “pelo modo menos eficaz do vestígio”. Este vestígio, melhor imagem possível do uno, é o próprio universo, que por refletir a grandeza do uno também deve ser infinito. Todo pensamento bruniano está comprometido com a ideia de que de uma causa infinita deve se seguir um efeito infinito. Nossa pesquisa investiga a fronteira entre o uno (infinito metafísico) e o universo (infinito físico) a fim de esclarecer como Bruno os distingue sem, contudo, se desfazer de sua concepção monista do ser.

Orientação

Newton Bignotto

Palavras-chave

**Ontologia; Cosmologia;
Monismo; Infinitude;
Renascimento**

Sobre a existência de conceitos na filosofia de Henri Bergson

Yasmin Haddad

PUC/RJ | Mestranda em Filosofia | Bolsista Faperj

Orientação

**Pedro Duarte de
Andrade**

Palavras-chave

**Henri Bergson;
Inteligência; Intuição;
Criação; Conceitos**

Em *O pensamento e o movente* (1934), Bergson caracteriza a realidade como fluxo, mudança contínua. A partir dessa definição da realidade, surge a seguinte pergunta: como é possível conhecer o real sendo ele mudança contínua? O presente artigo visa explorar a possibilidade de um conhecimento verdadeiro da realidade a partir da seguinte pergunta: uma teoria do conhecimento bergsoniana admite a existência de conceitos? Sendo conceitos caracterizados por uma certa rigidez e padrões, regras imutáveis sobre a realidade, nos interrogamos sobre o lugar que podem ter conceitos em uma filosofia da vida e da mudança. Em *A evolução criadora* (1907) Bergson apresenta duas formas de conhecimento: a inteligência e a intuição. A questão dos conceitos é característica da inteligência: criamos moldes artificiais – os conceitos – para atribuir previsibilidade no mundo real. A inteligência e seus conceitos são, portanto, insuficientes na elaboração de um conhecimento da imprevisibilidade e da novidade – características fundamentais da vida. A partir de uma crítica à inteligência como insuficiente para conhecer o vivente, Bergson introduz uma outra maneira de se conhecer o movente: a intuição. Mas seria a intuição desprovida de conceitos? Como é possível caracterizar um conceito a partir da intuição? Certamente, esse não pode ser um conceito rígido como os da inteligência, mas isso não exclui a possibilidade da existência de conceitos no âmbito da intuição. Tentaremos desenvolver, por meio desse raciocínio, uma proposta para se reestabelecer a existência de conceitos da intuição na filosofia de Henri Bergson.

Eclipse da Razão: luta de classes e emancipação segundo o método de análise da teoria crítica de Max Horkheimer

Yasmin Nigri

UFF | Mestranda em Filosofia

Este trabalho tem por objetivo investigar as influências freudo-marxistas na obra *Eclipse da Razão*. Fundador da teoria crítica, Max Horkheimer alia os princípios marxistas à teoria psicanalítica freudiana para analisar a crise da consciência de classe no capitalismo tardio. Na obra, Horkheimer critica duramente o cientificismo positivista e retoma a lenta e progressiva expansão da dominação das consciências individuais através da razão, transformada em ferramenta ao longo dos séculos para assegurar a manutenção do status quo. Será feito um recorte dos principais conceitos desenvolvidos pelo filósofo com o intuito de responder quais foram as motivações psicológicas para que a consciência de classe não emergisse, conforme as previsões de Marx, na revolução da classe trabalhadora.

Orientação

Pedro Sússekind

Palavras-chave

Teoria crítica; Max Horkheimer; Eclipse da razão; Emancipação, Consciência de classe

Notas sobre a relação entre a alma e o Mal em Platão

Yasmin Tamara Jucksch

UFF | Mestranda em Filosofia | Bolsista CAPES

Orientação

Alexandre Costa

Palavras-chave

Corpo; Mal; Matéria;
Alma; Platão

O problema do mal no *corpus* platônico assume contornos que são, *prima facie*, bastante imprecisos, o que leva às naturais divergências sobre o estabelecimento de uma (ou várias) causa(s) para o mal na obra platônica. As divergências quanto à causa do mal começam com a identificação de Aristóteles entre o mal e a matéria na filosofia platônica (exposta principalmente na *Metafísica* 1091b31 a 1092a6); entretanto, para diversos comentadores posteriores, determinadas passagens (principalmente *Leis* 896d5-8 e *Cármides* 156e 6-8) negam esta interpretação ao localizar categoricamente e definitivamente a fonte de todo o mal na *psyché* (p. ex. WILAMOWITZ-MOELLENDORF, 1919; TAYLOR, 1928 e CORNFORD, 1937). Representantes de uma terceira e quarta vias propõem que há uma mudança de posição ao longo dos diálogos (p. ex. GREENE, 1944), ou que coexistem duas concepções opostas de modo a impedir a conclusão de que haja uma doutrina coerente sobre o mal em Platão (p. ex. MELDRUM, 1950). Naturalmente, a discussão é conduzida para o problema do caráter existencial ou não-existencial do mal, o que envolve o problema das possíveis diferenças entre níveis de males que se distinguiriam ontologicamente e que seriam devidas, como consequência, a causas distintas. Analisaremos de forma sucinta os diferentes aspectos desta discussão e mais detidamente a tentativa de solução de Cherniss (1954) para o problema, considerando a sua recusa, por um lado, em identificar as causas de todo o mal com o corpo e a matéria, mas também, por outro, em assumir radicalmente que todos os males sejam causados primariamente pela alma, apoiando-se para isso em uma leitura sinóptica baseada principalmente no *Timeu*, nas *Leis*, no *Fedro* e na *República*. Com base nisso, desejamos examinar os limites e consequências da afirmação de que a fonte de certos males é a própria *psyché*, buscando encontrar contornos mais nítidos para o problema intrincado do lugar do mal no pensamento platônico.

CONHECIMENTO
 MEDIEVAL ARISTÓTELES
 FILOSOFIA POPPER
 ANTIGA FICHTE
 COMTE
 ECO
 EPICURO
 RUSSEL
 PLATÃO
 SOCRATES
 KANT
 CONTEMPORÂNEA
 FOUCAULT
 ESPINOZA
 ZONINSE
 DESCARTES
 SARTRE
 PENHAUER
 SABEDORIA
 HUME
 SCHOP
 LEIBNIZ
 NIETZSCHE
 SARTRE
 FILOSOFIA
 LOCKE
 HEGEL
 MARX
 DELEUZE
 VICO
 HOBBS
 PLATÃO
 SABER
 TAVEL
 NIETZSCHE
 MODERNA
 DELEUZE
 MARX
 HEGEL
 VICO
 HOBBS
 PLATÃO
 SABER
 TAVEL
 NIETZSCHE
 MODERNA



patrocínio

